



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

FREDERICO ALEXANDRE DE OLIVEIRA LIMA

SOLDADOS DA BORRACHA:
DAS VIVÊNCIAS DO PASSADO ÀS LUTAS CONTEMPORÂNEAS

MANAUS
2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

FREDERICO ALEXANDRE DE OLIVEIRA LIMA

SOLDADOS DA BORRACHA:
DAS VIVÊNCIAS DO PASSADO ÀS LUTAS CONTEMPORÂNEAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador:

Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro

MANAUS
19 DE AGOSTO DE 2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela bibliotecária Ana Rocha da Costa
CRB-11/092

L732s Lima, Frederico Alexandre de Oliveira
 Soldados da Borracha, das vivências do passado às lutas
contemporâneas / Frederico Alexandre de Oliveira Lima. – 2013
158 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade
Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

Orientação: Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro.

1. Amazônia – História. 2. História social da Amazônia.
3. Soldados da Borracha. 4. Migrações.

I. Título.

CDU 94(81)

Obs : 1) Esta ficha deverá constar no verso da folha de rosto, centralizada abaixo da metade da folha.

Termo de Aprovação

Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro
(UFAM – Presidente)

Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire
(UERJ/UNIRIO – Membro)

Profa. Dra. Patrícia Rodrigues Silva
(UFAM – Membro)

À minha filha Maria Luiza de Souza Lima, para que tenha orgulho de suas origens e torne-se digna da herança de seus antepassados, mas, para que, principalmente, lembre que o ser humano é o construtor de sua própria história.

Agradecimentos

Seria muito difícil, senão impossível, agradecer a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a concretização desse trabalho. No entanto, mesmo correndo o risco de não contemplar a todos, buscarei, ao citar o nome de alguns, estender meus agradecimentos a todos.

Meu primeiro agradecimento é direcionado ao Professor Doutor Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, que muito mais que um orientador, demonstrou ser um amigo para todas as horas. Seja com a indicação de um livro, com um comentário acerca do que escrevia, com uma discussão calorosa, com uma dica da localização de fontes, e mesmo com uma “puxada de orelha” na hora certa, permitiu que eu adquirisse uma confiança que não possuía, e que conseguisse chegar com sucesso ao fim deste trabalho.

Agradeço à Fundação de Amparo a Pesquisa do Amazonas (FAPEAM), pelo apoio financeiro para realização da pesquisa, concedido na forma de bolsa de estudo.

Agradeço ainda ao Museu da Borracha e à Fundação Garibaldi Brasil, da Prefeitura de Rio Branco – AC, nas pessoas da Diana Silva Dantas, Marcos Vinicius Neves e Rachel Dourado, por terem me recebido de braços abertos e me ajudado a encaminhar a pesquisa naquele Estado.

Agradeço a meu Pai “Antônio Piranha” (*in memoriam*) por ter me mostrado o amor pela minha terra, o orgulho das coisas do nordeste, por ter me inserido no mundo das coisas do campo, do vaqueiro, do aboio, do gado e da fibra do homem do norte.

A meu Pai Niltamar, por ser um amigo de todas as horas, incentivador contumaz de minhas vitórias e apoiador incondicional no momento de minhas derrotas. Agradeço a ele por ter mostrado algo que jamais esquecerei: “não existe batata rasa para porco de focinho comprido”! Nós temos o focinho muito comprido.

À minha mãe Maria do Carmo, por todo amor e dedicação, por todo o sacrifício para me conceder a oportunidade de chegar aonde cheguei. Por ela e por seus sacrifícios, hoje estou aqui.

À minha Mãe Mary, pela confiança e estímulo, mas principalmente pelo amor incondicional dispensado a mim.

Aos meus irmãos Ana Karolina, Diego Nika e Karina e aos meus sobrinhos Antonio Pedro e Ana Luiza, por serem minha eterna fonte de estímulo e de encorajamento para continuar na trilha que escolhi.

À minha filha Maria Luiza, a quem dediquei este trabalho, pelo sorriso doce e alegre, que muitas vezes me tirou da solidão e me mostrou a realidade da alegria de viver.

Aos colegas de curso, pela companhia durante as breves conversas nos intervalos das disciplinas ou em encontros ao acaso dentro do Campus, sempre muito proveitosos. Quero registrar principalmente meu agradecimento a Vanessa Antunes, minha camarada de orientações, por seu apoio pessoal nos momentos mais difíceis que passei.

Um agradecimento mais do que merecido e especial vai para dois amigos sem os quais este trabalho não teria chegado a seu termo, companheiros da história e do direito, amigos e incentivadores: Dorineth Bentes e Francisco Pereira. Vocês são parte importante desta vitória.

Agradeço ainda aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas: Maria Luíza Ugarte Pinheiro, Eloína Monteiro dos Santos, Nelson Tomelin, Patrícia Rodrigues Silva e Almir Diniz de Carvalho Junior. A esses dois últimos, em especial, agradeço as contribuições que foram feitas para este trabalho no período da Qualificação, direcionando o seu andamento até esta finalização.

Meu agradecimento vai também para toda minha família, amigos e chegados, de cuja companhia em reuniões sociais tive que abrir mão porque, quase sempre, nos finais de semana, tinha que estudar e pesquisar. Agradeço a compreensão.

Por fim, quero dedicar um agradecimento especial à todos os homens e mulheres que dedicaram anos de suas vidas à extração do látex da seringueira e que, no passado e no presente, continuam combatendo a *Batalha da Borracha*.

Dentre eles, os meus mais sinceros e efusivos agradecimentos vão para aqueles que foram os principais motores do meu trabalho, aqueles que permitiram que eu ingressasse em suas vidas e em suas memórias para tentar, de forma muito incipiente, apresentar um pouco de suas histórias: Senhores Aldenor da Costa, Eurico Ferreira, Francisco de Assis Frazão, Joel Batista Ribeiro, Ovídio Batista de Souza, Melquisedec Barroso Soares.

Resumo

Neste trabalho, buscou-se alcançar, sem a pretensão de esgotar o tema, as experiências pessoais vividas por um segmento de trabalhadores chamados *Soldados da Borracha*, que no período da Segunda Guerra Mundial foram arregimentados no bojo dos acordos firmados entre o Governo Brasileiro e Norte-Americano, objetivando a majoração da produção de borracha, naquele momento essencial a manutenção das operações militares implementadas naquele contexto. Foi nossa intenção trazer a lume suas percepções e compreensões acerca do que viveram e do que vivem, seja nos seus deslocamentos para Amazônia, na sua vida no seringal, em suas experiências urbanas – quando do estabelecimento de residência nas cidades amazônicas –, seja ainda de suas lutas por reconhecimento como sujeitos de uma batalha não terminada.

Palavras-chave:

História do Trabalho, Seringueiros, Batalha da Borracha, Soldados da Borracha.

Abstract

In this study, we sought to achieve, without claiming to be exhaustive, the personal experiences of workers for a segment called the Rubber Soldiers, who during the Second World War, had rallied in the wake of the agreements signed between the Brazilian Government and the U.S., aiming to increase the production of rubber, at the time the maintenance of essential military operations implemented in that context. Bring to light their perceptions and understandings about who lived and who live either on their displacements to Amazon in your life the plantation or in their urban experiences when establishing residence in Amazonian cities, associated with their struggles for recognition as subjects of a battle still unfinished.

Keywords:

Labor history, Tappers, Battle of Rubber, the Rubber Soldiers.

Lista de Figuras

Figura 1: Vida Nova na Amazônia	59
Figura 2: Amazônia Terra da Fatura	68
Figura 3: Um perfil de um soldado da borracha	83
Figura 4: Equipamento de Viagem	83
Figura 5: Direitos dos Soldados da Borracha	93

Sumário

Considerações Iniciais	11
Capítulo 1 – A Construção da Batalha da Borracha	24
Capítulo 2 – Soldados para uma Guerra Estranha	53
Capítulo 3 – De Soldado à Seringueiro	86
Capítulo 4 – O Ocaso dos Soldados da Borracha	115
Considerações Finais	142
Referências	147

Considerações Iniciais

Contar é muito dificultoso. Não pelos anos que já se passaram, mas pelas astúcias que tem certas coisas passadas¹.

Guimarães Rosa

Minha opção por participar do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas e produzir esta dissertação perpassa um ajuste de contas com minha própria história de vida e com minha trajetória acadêmica. Militar por profissão, bacharel em Direito por formação e estudante de História por paixão, assim caminho até os dias de hoje.

A carreira militar e a formação jurídica me levaram a servir na cidade de Brasília, em uma organização militar ímpar, o Centro de Pagamento do Exército (CPEX), onde, como assessor jurídico, fui encarregado de analisar processos administrativos e judiciais relativos aos proventos de homens que lutaram na Segunda Guerra Mundial. No bojo da análise desses processos, surgiam os pleitos de uma categoria envolvida no conflito mundial de uma forma singular e, exatamente por força dessa singularidade, não conseguia ter seu pleito indenizatório atendido pelo Exército: eram os *Soldados da Borracha*.²

Em sua maioria, essas pessoas buscavam junto ao Exército Brasileiro algo que comprovasse sua arregimentação para extrair látex de seringa no período compreendido entre os anos de 1942-1945, objetivando a comprovação de sua condição de *Soldado da Borracha* junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a fim de perceber a pífia quantia de dois salários mínimos, à título de benefício assistencial. As respostas institucionais a essas reivindicações eram gélidas e simples: “nada consta em nossos arquivos”. Ficava imaginando a angústia dessas pessoas ao receber tal resposta, e daí voltaram a mim as lembranças da

¹ ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. São Paulo: Nova Aguilar, 1994.

² Como forma de destaque para a categoria que será trabalhada nessa dissertação, as expressões *Soldados da Borracha* e *Batalha da Borracha*, serão, doravante, grafadas com as iniciais maiúsculas e em itálico.

infância, no Piauí, quando ouvia histórias dos mais velhos sobre aqueles que foram para Amazônia em busca de riqueza, de fortuna, e dos quais, em grande parte, não se teve mais notícias.

Eu mesmo sou fruto de uma aventura assim. Nascido no Amazonas, filho de pais nordestinos, migrados nos anos 70 do século passado, ainda em tenra idade retornei ao Nordeste, quando os sonhos de riqueza e grandeza de meus genitores começam a ruir. Assim, minha vida se fez e se faz em idas e vindas, em chegadas e partidas, dessas terras em que finquei minhas raízes flutuantes.

Querer entender o drama desses homens que lutaram sua própria batalha durante a Segunda Grande Guerra foi uma inquietação que não mais me abandonou, mas que naquele momento não poderia ser levada adiante por falta de possibilidades em realizar uma pesquisa mais aprofundada.

No ano de 2007, voltei à Manaus e fui designado para função de Assessor Jurídico do Comandante Militar da Amazônia, e, não por acaso, mais uma vez exsurtem os pleitos daqueles *Soldados da Borracha*, com os quais havia travado contato na capital da República. Praticamente todos os anos essas solicitações de documentos teimavam em reaparecer sobre minha mesa de trabalho e eram sempre respondidas com a fria fórmula institucional já mencionada: “nada consta em nossos arquivos”.

Sentia que aquelas pessoas precisavam falar. Todos eles tinham idade avançada. Recordo-me de requerimentos de senhores com mais de noventa anos, cujas letras, quase desenhadas, denotavam a lida dura com a floresta e o peso da idade sobre as articulações. Foi quando surgiu a possibilidade de realizar o meu tão sonhado estudo, de forma mais metódica e sistemática, e, com ele, permitir que parte das memórias desses homens e mulheres, surgidas em um momento em que a vida parece se esvaír, servisse como forma de redimi-los da crueza de um passado que não quer passar.

O recorte temático da pesquisa foi estabelecido em torno de um grupo específico de pessoas, os *Soldados da Borracha*, seringueiros que trabalharam durante a Segunda Guerra Mundial na Região Amazônica, fossem eles migrantes de outros rincões do País, ou naturais da própria região.

À partida, buscávamos a compreensão das experiências pessoais vividas por esse grupo de trabalhadores migrantes chamados *Soldados da Borracha*³, entender suas percepções e compreensões acerca do que viveram e do que vivem, seja no momento de seus deslocamentos para Amazônia, seja no cotidiano do seringal, seja em suas experiências urbanas, em especial quando do estabelecimento de residência nas diversas cidades amazônicas por onde se espalharam. Partimos também da ideia de alcançar as experiências de dois grupos distintos, mas que de alguma forma tiveram destinos semelhantes: o primeiro, o grupo daqueles que vieram do Nordeste para a Amazônia sob a égide da campanha oficial de arregimentação implementada durante a *Batalha da Borracha*, enquanto o segundo grupo seria o constituído por aqueles que estavam na Amazônia ou eram amazônidas, e já estavam em ligação com a atividade extrativista do látex. Para tanto, foi estabelecido um recorte cronológico que se estende do início da década de 1940 do século passado até o ano de 2013, perfazendo toda a trajetória desses sujeitos, desde sua arregimentação, até a situação atual em que se encontram.

De forma mais específica, nossa busca de compreender voltava-se também para a relação desses sujeitos com o ambiente em que atuavam (a floresta ou a cidade), suas lutas pela preservação da floresta em pé e ainda a disputa incansável para o seu reconhecimento oficial e legal, como peças importantes da máquina de guerra brasileira durante o conflito mundial de 1939-1945. Inquirir tais vivências era para mim, como fazer emergir das sombras da história uma dupla dimensão de violência, já que buscava sujeitos duplamente oprimidos. No passado, pelo trabalho afanoso nos seringais inóspitos e insalubres, que tantas vidas ceifou. No presente, cruelmente “esquecidos” por aqueles que os mobilizaram e usaram, mas que com eles não querem mais se comprometer.

Na abordagem de temáticas relacionadas à economia de exportação da borracha, por muito tempo foi comum esquecer, intencionalmente ou não, das dimensões humanas que ela encerrava, tais como as relações sociais, os dilemas com o meio ambiente, as dimensões da cultura e, principalmente, as múltiplas experiências construídas no viver na floresta por aqueles que foram os motores da

³ Recrutados nos termos do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943.

produção gumífera⁴: os seringueiros, os homens e mulheres que direta ou indiretamente trabalharam na produção do látex da *hevea**. Esse esquecimento mostra-se, todavia, gritante e até mesmo aviltante, quando os sujeitos em questão são os *Soldados da Borracha*. Essa constatação já a havia registrado em outro momento:

A Batalha da Borracha é um evento ainda relegado a desleixo histórico, jurídico e legislativo, mas essa situação vem lentamente se modificando e jogando luzes no ainda obscuro universo de trabalhadores rurais transmigrados do nordeste para a Amazônia e paralelamente transformados em soldados seringueiros sob o manto imperioso da mobilização civil e militar que marcou a entrada brasileira na Segunda Guerra Mundial.

Essa retomada do tema acontece no momento em que a discussão acerca da ecologia, da preservação do meio ambiente e da sustentabilidade se vê combinada com a cada vez mais frequente valorização da relação dos chamados “povos da floresta” com o ambiente amazônico, visto como agredido e ameaçado pela marcha do capital sob uma de suas últimas fronteiras no planeta.⁵

O que se pretendeu com essa dissertação foi, partindo das lembranças e das falas desses migrantes ou de seus contemporâneos e conviventes, refletir acerca dos significados do migrar, do ser *arigó*** em terra alheia, do trabalhar nos seringais e do *fazer-se* seringueiro e *Soldados da Borracha* em luta por seu reconhecimento. Enfim, além de buscar esclarecimentos acerca de um momento histórico que se espria no tempo em direção ao presente, tentamos compreender quais os sentidos dados por esses sujeitos à sua própria história e inquirir em que medida suas lembranças e esquecimentos foram e são fatores determinantes para a construção e/ou reconfiguração de suas identidades.

Nesse percurso, nos acompanhou a importante inspiração da História Social Inglesa, com destaque para Edward Thompson, seja pela atenção que devotava aos

⁴ Nos últimos 15 anos, muitos historiadores regionais vêm fazendo uma revisão dessa forma de pensar, como, por exemplo: LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes Cearenses no Pará*. Belém: Editora Açai/Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, 2010 e MARTINELLO, Pedro. *A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial*. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

* *Hevea* é um gênero botânico pertencente à família *Euphorbiaceae*, que inclui, entre outras espécies, a seringueira (*Hevea brasiliensis*).

⁵ LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. Resenha de “Mais Borracha Para Vitória”, de Adelaide Gonçalves e Pedro Costa. *Fronteiras do Tempo: Revista de Estudos Amazônicos*, v. 1, 2011, p. 159.

** Alcinha pejorativa dada aos migrantes nordestinos no período da *Batalha da Borracha*, derivada do nome de uma ave de arribação comum no Nordeste brasileiro.

“de baixo”⁶ – ou às “pessoas comuns do povo”, como gostava de dizer Eric Hobsbawm⁷ –, seja pela insistência em levar sempre em conta o esforço, as ações e mesmo as expectativas, desejos e visões de mundo – num só termo: as experiências⁸ – dos homens e mulheres na construção de sua própria história⁹. Mas nos fala igualmente alto o poeta nordestino, em versos que, preche de sabedoria e sensibilidade, nos ensinam que a

História humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais entre plantas e galinhas, nas ruas dos subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas. Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta as pessoas e as coisas que não têm voz.¹⁰

Dessa matéria também não poderia se abster nossa narrativa e, por isso, a trama que articula a vida dos *Soldados da Borracha*, não cabe e, muito menos merece, ficar restrita a um punhado de notas de pé de página em livros que escrevem a “grande” história da borracha na Amazônia, traduzida, quando muito, em interesses do mercado internacional e em tabelas de produção e preços ou mesmo em capítulos em que os *Soldados* são diluídos em números frios, seja no interior dos quantitativos populacionais, seja no interior dos processos migratórios.

Não se quer aqui, todavia, desprezar tais temas, mas propor uma inversão de perspectiva, trazendo-os aqui para coadjuvar o enfoque sobre a diversidade de experiências desses sujeitos sociais, que está, em boa medida, relacionada a complexidades dos sentidos por eles dados à migração, individual e coletivamente.

⁶ THOMPSON, Edward Palmer. *A Peculiaridade dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2001, p. 185-201; SHARP, Jin. “A História Vista de Baixo”. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 39-62.

⁷ HOBBSAWM, Eric. “A História de Baixo para Cima”. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 218.

⁸ THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Louis Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 180-201.

⁹ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: A árvore da Liberdade*. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 7.

¹⁰ Ferreira Gullar. *Apud VIEIRA, Maria do Pillar et al. A Pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1990, p. 12.

Esses sujeitos são homens e mulheres, indivíduos em cujo cotidiano, por meio de suas experiências próprias, construíram um caminho para a sobrevivência no interior de um mundo duro, violento e árido como o chão de onde partiram. Nessa jornada, que é também de desenraizamento, de perdas e abandonos, recusam, afirmam, ressignificam identidades e papéis sociais, moldando-se conforme seus interesses e os imperativos das tensões, contradições, conflitos e resistências a que se veem envolvidos. Contudo, não são sujeitos abstratos e homogêneos, despersonalizados e com vontades determinadas, como queria a historiografia tradicional.

Dialogar com os “vencidos”, com os “marginais”, observar e olhar a história “de baixo”, trazendo do obscurantismo historiográfico todos aqueles que por não se enquadrarem em modelos pré-estabelecidos foram excluídos da história oficial, além de mostrar “uma nova face da História”¹¹, permite que, irrompendo o silêncio a eles imposto, possamos ouvir os gritos das praças, dos mercados, das casas, das roças, das matas, enfim, do mundo real no qual viveram e que, quase sempre, é a parte invisível e inaudível de nossa própria história.

Nesse processo de visibilizar e valorizar a trajetória dos *Soldados da Borracha* entra em conta também o significativo despontar de movimentos sociais de diversas vertentes a complexificar o cenário amazônico contemporâneo¹². Esquecidos, silenciados e apagados em discursos – nada inocentes! – que, volta e meia, afirmavam o “vazio demográfico” regional, os povos da Amazônia – índios, seringueiros, ribeirinhos, garimpeiros, etc. – ganharam vez e voz e, invadindo a cena política, clamam por seu lugar na História¹³ e nos cobram sem rodeios, um olhar mais atento sobre eles, suas histórias e suas vivências singulares.

¹¹ SCHMITT, Jean-Claude. “A História dos Marginais”. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 261.

¹² HEBETE, Jean (Org.). *O Cerco Está se Fechando: O Impacto do Grande Capital na Amazônia*. Petrópolis: Vozes/NAEA/FASE, 1991; D’INCAO, M. A. e SILVEIRA, I. M. (Orgs.). *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém: MPEG, 1994.

¹³ Esse diálogo entre passado e presente é, todavia, multidirecional, como argumenta Walter Benjamin em suas “teses sobre o conceito de História”. Ali, além de propor “escovar a história a contrapelo” e nos lembrar que “somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente de seu passado”, ele nos fala também das vozes que ecoam DO passado: “Assim como as flores dirigem sua corola para o sol, o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta no céu da História” e conclui: “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cansado de vencer”. BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*, Vol. 1: Magia e Técnica, Arte e Política. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 223-225.

Se a história dos *Soldados da Borracha* emerge hoje como fênix do obscurantismo historiográfico, é preciso compreender como ela resultou mergulhada em silêncio por décadas a fio. Talvez uma compreensão dessa situação seja possível, se levarmos em conta os argumentos trazidos por Michael Pollak:

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.¹⁴

Com Pollak, é possível pensar que os trabalhadores que migraram para a Amazônia no período do Estado Novo experimentaram ao fim da Segunda Grande Guerra, outros tantos momentos de fechamento político, de desqualificação e de desrespeito a lhes impor a estratégia do silêncio como alternativa, alimentando, todavia, essa “memória subterrânea” no seio familiar e nos restritos círculos de convivência e amizade, à espera de dias melhores.

Um novo momento parece ter surgido com a redemocratização do país na década de 1980, sendo a Constituição de 1988 um exemplo dessa abertura¹⁵, a encher de esperança combalidos corações e a reavivar a memória, abrindo as janelas em direção ao passado. Já se disse: “a memória não é a história” e que “entre memória e história pode haver tensão e até oposição”¹⁶, mas é, em boa medida, nas correntezas dessa memória que segue nosso olhar – crítico, todavia! – em busca das vivências, do ambiente de tensão e receios com a guerra, dos elementos motivadores dos deslocamentos para o vale amazônico, das maneiras como enfrentaram as mudanças de *habitat*, dos caminhos para a conquista e reafirmação de direitos em nossa contemporaneidade.

¹⁴ POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 5.

¹⁵ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da Ditadura Militar e o Processo de Abertura Política”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (Orgs.). *O Brasil Republicano*, vol. 4: O Tempo da Ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 243-282.

¹⁶ VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os Assassinos da Memória: “Um Eichmann de papel” e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas, SP: Papirus, 1988, p. 10. Acompanhando Halbwachs, Antonio Torres Montenegro vai nessa mesma direção, ao nos lembrar que “o vivido que guardamos em nossas lembranças e que circunscreve ou funda o campo da memória se distingue da história”. Contudo, salienta: “se são distintos, arriscaríamos afirmar também que são inseparáveis”. MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória: A cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992, p. 17.

Embora nossa dissertação não se ancore especificamente nos depoimentos e no trabalho com a História Oral, a matéria que lhe dá ossatura – a memória – tem o dom inigualável de por em contato direto com as emoções, os sentimentos, os desejos e as esperanças ocasionadas por vivências pessoais muito próprias, singulares, embora partilhadas com outras tantas vivências.

Se a sina comum dos *Soldados da Borracha* começa com o peso quase impositivo das campanhas governamentais de alistamento no Nordeste, nem por isso era impossível resistir. Ouvindo os *Soldados*, é possível perceber que, muitas vezes a *opção* pelo deslocamento é oriunda de conflitos e dilemas pessoais. Assim, mesmo levando em consideração a massiva propaganda oficial, o migrar foi, para uns, uma forma de resistência, o não aceitar passivamente as condições que lhes foram impostas em seus locais de origem, enquanto para outros foi o fruto de dramas familiares, ou ainda o resultado da falta de perspectivas sociais.

Assim, torna-se sobremaneira relevante ver, ouvir e compreender como esses sujeitos observaram, sentiram e construíram esse processo de deslocamento e como reaprenderam a viver e conviver em um local estranho e diverso daquele de suas origens. Podemos verificar que as vidas reais, em suas expressões pessoais, apresentam uma diversidade muito mais ampla do que a que pode ser imaginada e buscada nas fontes oficiais. O viver é tão complexo que em muitos momentos a palavra escrita não lhe é suficiente para abarcar.

Na tentativa de dar azo ao afloramento dessas vozes, a História Oral tem sido mais que uma simples opção metodológica, sendo, sobremaneira, um compromisso político com a reconstrução e valorização da experiência que vem por meio da palavra viva daqueles sujeitos a quem não foi permitida durante um longo lapso temporal externar suas memórias e experiências.¹⁷ Se a memória não é necessariamente e sempre a verdade do passado, não o é, igualmente, invenção ou mero devaneio, como sugerem alguns dos críticos da História Oral. Neste sentido,

O desafio da história oral nesse sentido é mostrar, diferentemente do que costuma ser consagrado, que a memória não é apenas ideológica,

¹⁷ PORTELLI, Alessandro. "Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral". In: PARELMUTTER, D. e ANTONACCI, Maria Antonieta. *Ética e História Oral. Projeto História*, nº. 15. (p. 13-33). São Paulo: PUC, Abril/1997, p. 17.

mitológica e não confiável, mas sim um instrumento de luta para conquistar a igualdade social e garantir o direito às identidades.¹⁸

É certo que os depoimentos de vida são permeados pela memória, e por ela condicionados e constituídos. Assim, cabe ao historiador o papel de fazer a leitura crítica dessas experiências pessoais, confrontando-as não apenas com outras falas, mas também com registros diferenciados¹⁹, como de resto, é o que se deve fazer com qualquer outro tipo de documento, seja impresso, visual, sonoro, literário, etc. Tais procedimentos são necessários, dentre outras coisas, porque, como já mencionado, memória e história não são sinônimas, embora se encontrem intimamente imbricadas.²⁰

Outra discussão importante é a de que, se o ato de rememorar é individual, a memória produzida por tal ato é perpassada por clivagens do grupo ao qual o indivíduo se insere. Como argumenta Pollak,

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.²¹

Assim, como em suas particularidades as memórias individuais negociam a todo tempo com as memórias coletivas, ressignificando suas próprias experiências, expondo seu viver de acordo com os imperativos do momento vivido no passado e no presente, o historiador que faz uso dessas metodologias deve estar atento ao invariante. Este emergirá, independentemente se o acontecimento narrado tiver sido vivenciado diretamente, ou “vivididos por tabela”, entendendo-se, neste caso, aqueles “acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou

¹⁸ ALBERTI, Verena, FERNANDES, Tania M. e FERREIRA, Marieta M. (Orgs.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, p. 13.

¹⁹ Comentando o “problema da subjetividade e das fontes”, Pollak lembra que até “as mais subjetivas das fontes, tais como uma história de vida individual, podem sofrer uma crítica, por cruzamento de informações obtidas a partir de fontes diferentes”. POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992, p. 208.

²⁰ Acerca dessas interações, Pierre Nora argumenta: “Tudo que é chamado hoje de memória, não é, portanto, memória, mas já história. Tudo que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade de história”. NORA, Pierre. “Entre Memória e História”. *Projeto História*. São Paulo (10), Dez 1993, p. 9.

²¹ POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. *Op. cit.*, p. 201.

mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não”.²²

A opção pela história oral como método de pesquisa permite que as memórias individuais sejam externalizadas pelos sujeitos. Porém, para que essa ferramenta seja hábil para o fim ao qual se propõe, é necessário entendermos que a arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos, enriquecem nossa experiência.

Estudar as fontes orais permite ao historiador conhecer e registrar as diversas formas como as pessoas e os grupos elaboraram suas experiências, suas escolhas, não só as vividas, mas também as concebidas, mormente nas camadas inferiores da sociedade para onde as vistas da historiografia oficial quase nunca foram volvidas. Mas para utilizar a história oral, torna-se necessário que sejam superados alguns obstáculos, concernentes a ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades “indescritíveis”, como as situações de extremo abandono, que, frequentemente, a escrita não consegue transmitir e/ou testemunhar. Como argumenta Philippe Joutard:

A força da história oral, todos sabemos, é dar voz àqueles que normalmente não a têm: os esquecidos, os excluídos ou, retomando a bela expressão de um pioneiro da história oral, Nuno Revelli, os “derrotados”. Que ela continue a fazê-lo amplamente, mostrando que cada indivíduo é ator da história.²³

É relevante que tenhamos a dimensão do papel da história oral como instrumento capaz de permitir ao historiador social a possibilidade de questionar os objetivos generalizadores e totalizadores que permeiam a academia. Os objetos de estudo do historiador social não são as linearidades da história oficial, mas sim os conflitos, as inconstâncias e incongruências que em algum momento foram desprezadas, “varridas para sob o tapete”, mas que se mantêm vivas e latentes, aguardando apenas a oportunidade de se manifestar. Os *Soldados da Borracha*, nesse sentido, não são meros coadjuvantes de sua história, mas sim atores efetivos desse momento histórico, tendo atuado diretamente na construção dele, não

²² Idem.

²³ JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: ALBERTI, Verena, FERNANDES, Tania M.; FERREIRA, Marieta M. (Orgs). *História oral: desafios para o século XXI* Op. cit., p. 33.

aceitando passivamente as imposições oficiais, mas resistindo, lutando e, principalmente, tornando-se sujeitos de seu próprio fazer.

Assumir essa perspectiva tornou possível colocar um novo olhar sobre os conceitos e preconceitos formados em torno dos *Soldados e da Batalha da Borracha*, principalmente no que concerne à idealização de sua condição de vítimas passivas que, tangidos pela seca, aliciados por uma campanha maquiavélica de arregimentação de mão de obra, depois da guerra foram abandonados no meio da selva sem opção de retornar às suas plagas originárias. Se as dimensões da dominação estiveram sempre presentes, os anseios e as práticas de resistências também se materializaram do início ao fim.

Nesse ponto, o depoimento oral se apresentou como ferramenta essencial à realização deste trabalho, pois a fala dos últimos *Soldados da Borracha* ainda vivos, logo se calará, uma vez que, em sua maioria, eles se encontram no limiar de suas existências, muitos já tendo, inclusive, passado dos noventa anos de idade. Restava-nos, pois, poucas oportunidades para ouvir o que tinham e têm a nos dizer.

Em Manaus, com pouco sucesso, busquei o contato com alguns sobreviventes dessa epopeia. De posse de uma pequena listagem de nomes e endereços, ouvi, muitas vezes, que chegara tarde demais. Ao saber que o Estado do Acre possuía a maior população de remanescentes da *Batalha da Borracha*, resolvi ir até eles. Desloquei-me até o Acre, objetivando encontrar essas pessoas, conversar com elas e esperar que elas me transmitissem suas experiências de vida, seus anseios, expectativas e um pouco de sua própria história, tal como às construíram.

Somei aos depoimentos pessoais, uma vasta documentação que tratava da *Batalha da Borracha*. Assim, percorri Jornais, relatórios das agências oficiais encarregadas de arregimentar e implementar os deslocamentos dos *Soldados da Borracha* (SEMTA e CAETA), os discursos do Presidente Getúlio Vargas, as representações imagéticas do suíço Jean Pierre Chabloz, além de leis, decretos, projetos de lei, textos constitucionais, emendas parlamentares, acórdãos de julgamentos e notas taquigráficas de audiências públicas. Todas essas fontes foram utilizadas para dar azo a pesquisa que resultou na construção desta dissertação.

A dissertação foi estruturada em quatro capítulos, pretendendo abarcar a trajetória dos *Soldados da Borracha* desde a sua idealização nos projetos governamentais, passando por sua arregimentação e saída dos torrões natais em direção à Amazônia, até chegar à sua inserção na nova região, na construção de suas experiências como seringueiros e na luta pelo reconhecimento de seus direitos.

O primeiro capítulo, de caráter contextualizador, tem como proposta apresentar, inicialmente, o fascínio que a borracha causou no mundo moderno e a consequente necessidade que a indústria passou a ter de tal insumo. Nele buscou-se também abordar os momentos iniciais da Guerra na Europa (1939-1940), bem como seus preparativos, discorrendo sobre a necessidade de acúmulo de borracha, no pré-guerra e sua imprescindibilidade com a invasão nipônica nos campos de produção de *hevea* no Oriente. Fez-se necessário abordar a conjuntura nacional, mormente no que é afeto às perspectivas e ações dos dirigentes do Estado Novo que culminaram com o ingresso do Brasil na 2ª Guerra e a assinatura dos *Acordos de Washington*, com sua influência direta na busca pelo aumento da produção de borracha na Amazônia. O capítulo finaliza abordando a conjuntura regional (Acre, Amazonas e Rondônia) na virada dos anos 1940, principalmente em relação à reimplantação da indústria gomífera e o impacto dessa produção na sociedade amazônica naquele momento.

O segundo capítulo tem a intenção de mostrar o conjunto fático que envolvia o momento da *Batalha da Borracha*, abordando especialmente a mobilização, o recrutamento e o deslocamento de trabalhadores nordestinos para a Amazônia, já sob o rótulo de *Soldados da Borracha*. Com ele, pretendeu-se mostrar o espírito, supostamente reinante na sociedade Brasileira, onde aparentemente, respirava-se “ares de guerra” e onde, todos os brasileiros eram combatentes pela vitória dos aliados. Acompanhando a feroz campanha de arregimentação promovida pelo Governo Brasileiro para alistar os *Soldados da Borracha* no Nordeste, desnuda o ideário subjacente à suas promessas e seu impacto sobre a população alvo dessas ações. Discute-se em que condições os deslocamentos para a Amazônia ocorriam e os meandros do processo de oficialização ou estatização desses deslocamentos. Por fim, busca mostrar quem foram os sujeitos das campanhas oficiais de arregimentação do Exército da

Borracha. Para esse capítulo foram utilizados com grande ênfase os depoimentos orais, com a finalidade principal de esclarecer as experiências desses soldados no referido período, uma vez que as fontes arquivísticas tradicionais nem sempre ajudavam a elucidar tais fatos.

O terceiro capítulo apresenta a transmutação do migrante nordestino, de “arigó” a *Soldado da Borracha*, já no território Amazônico, dando origem a clivagens culturais em que se mesclaram tradições vindas do nordeste com aquelas absorvidas dos índios e caboclos da região Amazônica. O capítulo aborda ainda as regras impostas pelos governos brasileiro e americano para reger as relações de trabalho nos seringais e nas cidades amazônicas, além de buscar analisar o surgimento de uma consciência ambiental entre os *Soldados da Borracha* que, como seringueiros, darão início às lutas pela preservação da floresta em pé. Nessa parte, aos moldes do capítulo anterior, estarão presentes, de forma efetiva, os depoimentos dos sobreviventes da *Batalha da Borracha*.

No último capítulo levanta-se o questionamento se a *Batalha da Borracha* terminou efetivamente com o fim da Segunda Guerra Mundial e se ela trouxe alguma alteração ao modo de vida nos seringais. Nesse enfoque, o capítulo busca mostrar em que situação ficaram os protagonistas dessa epopeia após o fim da *Batalha da Borracha*. Essa parte da dissertação tem como mote recuperar os discursos oficiais que viam a luta desses “soldados” como ferramenta importante para o esforço de Guerra do Brasil e das nações aliadas, como fatores estruturantes para a legitimação de suas demandas atuais, ancorada na espera de uma indenização que até o presente momento não foi paga. Nesse recorte, está presente a explanação da condição atual desses sujeitos, tais como a formação de sindicatos, a promoção de ações judiciais em desfavor dos governos brasileiro e americano e as ações políticas junto ao Congresso Nacional. Nesse capítulo, além de depoimentos orais, buscamos também a consulta de periódicos, visando um melhor esclarecimento da conjuntura atual.

Capítulo 1

A Construção da *Batalha da Borracha*

Nos tinha que fazer borracha para levar para guerra, para calcar nos navio e lá ter borracha para eles fazer trincheira, que lá eles não conheciam, eles não sabiam o que era borracha.

Lupércio Freira Maia ²⁴

Desde a transformação radical de estrutura política, econômica e social que se convencionou chamar de revolução industrial, a busca frenética por mercados de consumo e por insumos capazes de alavancar a produção industrial em massa, associado ao desestímulo a autossuficiência industrial dos países periféricos, foram às pedras de toque da política de expansão do capital pelos quatro cantos do mundo.

Num estudo clássico Paul Singer buscou delinear o papel do Brasil na expansão e consolidação do capitalismo após a Revolução Industrial. Para ele, logo na segunda metade do século XIX estruturou-se uma perceptível “divisão internacional do trabalho”, cabendo ao Brasil a condição de

produtor especializado num artigo de luxo – o café – e numa matéria prima extrativa – a borracha – que estava em vias de ser produzida de uma forma superior, em plantações, não no Brasil, mas muito significativamente em outros países. ²⁵

A borracha natural era extraída, em sua maioria²⁶, do látex das árvores de *hevea brasiliensis*²⁷, a seringueira, também chamada árvore da borracha. Trata-se

²⁴ Lupércio Freira Maia, *natural de Morada Nova – CE*. Depoimento extraído do Documentário “*Borracha para Vitória*”, dirigido por Volney Oliveira, 2004.

²⁵ SINGER, Paul. “O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional, 1889-1930”. In: FAUSTO, Boris (Org). *História Geral da Civilização Brasileira*, nº 8. São Paulo: Difel, 1985, p. 349. Pedro Martinello acrescenta que “o expediente usado pelo capitalismo era o de investir capitais na indústria extrativa e bloquear o surgimento de qualquer indústria interna. Destarte, estavam garantidos, por um lado, o mercado para os seus produtos manufaturados e, de outra parte o fornecimento de matérias-primas de que tanto careciam”. MARTINELLO, Pedro. *A “Baralha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial*. *Op. cit.*, p. 30.

²⁶ “As árvores de que se extrai o látex encontram-se tanto nas terras firmes como nas várzeas. São as héveas, e suas espécies mais importantes se encontram em número de vinte. As mais importantes, pela exploração que delas se faz, são: *brasiliensis*, *benthamiana*, *cuneta*, *spruceana*, *lutea*, *guianense*. A *hevea brasiliensis* é a de maior importância econômica, pela riqueza do látex que

de uma árvore originária da bacia hidrográfica do Rio Amazonas, onde existia em abundância e com exclusividade.

Com efeito, os primeiros relatos europeus sobre a borracha, que falam de sua utilização pelos índios, remontam às viagens de Cristóvão Colombo²⁸. Da fala de viajantes e naturalistas que estiveram na Amazônia, sobressai a de Charles Marie de La Condamine, já que parece ter sido o primeiro a descrever cientificamente suas características e sinalizar “as possibilidades industriais de um produto da floresta que mais tarde acabaria por difundir a Amazônia ao mundo, atraindo sua atenção e cobiça: o látex”²⁹. Para o viajante francês,

A resina chamada “caucho” nos países da província de Quito vizinhos do mar é também comuníssima nas margens do Maranhão, e tem a mesma utilidade. Quando ela está fresca, dá-se-lhe com moldes a forma que se quer; ela é impenetrável à chuva, mas o que a torna digna de nota é a sua grande elasticidade. Fazem-se com elas garrafas que não são friáveis, e botas, e bolas ocas, que se achatam quando se apertam, mas que retornam a sua primitiva forma desde que livres. Os portugueses do Pará aprenderam com os Omáguas a fazer com essa substância umas bombas ou seringas que não necessitam de pistão: tem forma de pêras ocas³⁰, com um pequeno buraco em uma das extremidades a que se adapta uma cânula.³¹

produz e conseqüentemente pela superioridade do produto na sua utilização comercial e industrial”. REIS, Arthur César Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura. 1953, p. 17. Outras espécies vegetais também produzem látex apto a produção de borracha, porém de qualidade inferior, podemos citar a balata (*Manilkara bidentata*) e o Caucho (*Castilla ulei*). Registre-se ainda o Guayule (*Parthenium argentatum*), arbusto nativo do sudoeste dos Estados Unidos e norte do México.

²⁷ Atualmente o maior produtor brasileiro de borracha natural cultivada é o Estado de São Paulo, e o Amazonas e o Acre são os maiores produtores de borracha natural coletada em seringais nativos, com 51,9% e 35,7% do total, respectivamente. (Dados do ano de 2006).

Fonte: http://www.ibge.com.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1052&id_pagina=1, consultado em 01 março 2013).

De acordo com o Jornal “o Maskate”, edição nº 2255, de 18 de abril de 2013, o Município de Manicoré é o maior produtor de borracha do Amazonas, tendo sido extraídas 300 (trezentas) toneladas na safra (Junho-dezembro) de 2012.

²⁸ Luiz de Miranda Correia afirma que “A Borracha foi revelada a Europa, desde os primeiros dias da descoberta da América. Colombo em sua segunda viagem, viu os indígenas do Haiti utilizarem vários artigos de borracha”. CORRÊA, Luiz de Miranda. *A Borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial*. Manaus: Ed. Governo do Estado, 1967, p. 11.

²⁹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. “O Espelho Francês na ‘Paris das Selvas’”. In: VIDAL, Laurent e LUCA, Tania de (Orgs). *Franceses no Brasil: Séculos XIX e XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 271.

³⁰ Existem relatos da produção e venda dessas algalias e velinhas de goma elástica da Amazônia na Cidade de Lisboa já no ano de 1799. Cf. BARATA, Manoel. Apontamentos para as Ephemerides Paraenses. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 99. Rio de Janeiro, 1924, p. 52-53.

³¹ LA CONDAMINE, Charles Marie de. *Viagens na América meridional descendo o rio das Amazonas*. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 72.

A partir do final do século XVIII, a borracha tornou-se gradativamente um produto essencial para a expansão da produção industrial, com as primeiras fábricas se instalando nos arredores de Paris (1803), em Viena (1811) e na Inglaterra (1820).³² Tal essencialidade é majorada de forma expressiva com as evoluções tecnológicas que trazem melhorias ao processo de manufatura desse produto natural, que apresentava uma grande variação estrutural quando exposto à extremos de temperatura alta, ficando muito sensível a compressão, ou baixa temperatura, tornando-se quebradiça. Como nos lembra Luiz de Miranda Correia:

O primeiro processo de preparo da borracha (natural) para aproveitamento industrial foi à trituração. Consistia em comprimir a goma entre dois rolos aquecidos, de modo que a tronasse mais plástica. Já em 1837, Charles Goodyear, que vinha trabalhando com Nathaniel Hayward, solicitou patente do processo de vulcanização. Mas foi, em 1839, que se descobriu o processo de aplicação de calor, a uma mistura de enxofre e borracha. Da combinação dos dois processos, trituração e vulcanização nasceu a indústria manufatureira da borracha, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra.³³

De simples insumo para fabricação de recipientes para transporte de água, ou para confecção de utensílios lúdicos ou domésticos, a borracha torna-se parte preponderante da composição dos produtos ligados à modernidade, mostrando-se essencial a vida humana, um bem maior, capaz de expressar a capacidade criadora e modificadora do homem³⁴. O *Diário Oficial do Estado do Amazonas*, afirmava que a borracha era o produto natural de mais variada utilização, com mais de 40 mil aplicações na indústria³⁵. Lembrando que "a borracha acompanha o homem desde o berço até o túmulo", Francisco Regis Ramos, esclarece:

O recém-nascido já sabe do valor que ela tem ou a falta que ela pode fazer. Afinal, é de borracha o bico da mamadeira. São de borracha os brinquedos e muitos outros artefatos que circundam as pequenas criaturas. Depois, na infância, vem outra avalanche de borrachas, que vai do pneu da bicicleta até à borracha de apagar a escrita do lápis. Na vida adulta, a lista de objetos parece chegar ao infinito...³⁶

³² SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, p. 45.

³³ CORRÊA, Luiz de Miranda. *A Borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial*. Op. cit., p. 13.

³⁴ "Esta (a borracha) não veio para substituir nada, mas para completar quase tudo" – Aziz Ab Saber. "Warren Dean e a memória de uma grande luta". In DEAN, Warren. *A Luta pela Borracha no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 4.

³⁵ *Diário Oficial do Estado do Amazonas*, Edição de 26 de janeiro de 1942, p. 3.

³⁶ RAMOS, Francisco Regis Lopes. "A falta que ela me faz". In GONÇALVES, Adelaide; COSTA, Pedro Eymar Barbosa (Orgs.). *Mais Borracha para Vitória*. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal, 2008, p. 41.

Essa necessidade crescente de borracha deu a Amazônia, região que possuía o maior número de seringueiras nativas, bem como, de outras espécies vegetais produtoras de látex, a vanguarda da produção gomífera mundial no final do século XIX e na primeira década do século XX³⁷. Essa situação só foi modificada pela entrada no mercado da borracha natural produzida de forma racional, nas plantações do sudeste asiático. As razões desse deslocamento são frequentemente mencionadas em referencia a um contrabando do produto pelos ingleses. Assim, por volta do ano de 1876, o botânico inglês Henry Wickham, a serviço do Império Britânico, teria coletado e selecionado cerca de 70.000 sementes da seringueira no vale do Tapajós, Região do Baixo Amazonas, enviando-as no navio “Amazonas”, aos Jardins Botânicos de Kew, nos arredores de Londres. Posteriormente, o material, depois de melhorado e multiplicado, teria sido levado para colônias britânicas, na Ásia, sobretudo na Malásia e Sri Lanka. Ali a produção acabou por superar a da Amazônia. Em consequência disso teria se iniciado o esgotamento do ciclo da borracha, com um gradual esvaziamento econômico e populacional da região.³⁸

Nunca é demais argumentar que, já no início do século XIX, os naturalistas Spix e Martius, em sua estadia em Belém, deixaram importantes registros de que o Pará lançou-se também ao processo de manufaturamento de artigos com borracha – com as sensíveis limitações técnicas anteriores ao processo de vulcanização –, produzindo calçados que eram comercializados nos Estados Unidos e em diversos portos da Europa entre 1820 a 1855³⁹, além de garrafas, algalias (sondas) e borracha de apagar escrita.

³⁷ Existem diversas variações na delimitação dos marcos temporais do que se resolveu chamar nos livros de história de período áureo da exploração de borracha, boom da borracha ou 1ª Batalha da Borracha (BENCHIMOL, Samuel. *Romanceiro da Batalha da Borracha*. Manaus: Imprensa Oficial. 1992), porém optamos por adotar neste trabalho o marco temporal que vai de 1880-1910, utilizado por WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/ Editora da Universidade de São Paulo, 1993, p. 89.

³⁸ Para mais informações sobre essa “quase mística história do roubo de sementes”, ver: MARTINELLO, Pedro. *A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial*. Rio Branco: EDUFAC, 2004, p. 56-58; FORLINE, Louis Carlos. “O ladrão de Sementes”. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Ano 8, nº1, Abril 2013, p. 70-74.

³⁹ SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia*. *Op. cit.*, p. 51. Os dados de Santos são expressivos: “Em 1823 venderam-se em Boston 25.000 pares de sapatos; entre 1836 e 1839, apesar das dificuldades políticas internas que ainda assolavam o Pará, a exportação desses artigos para os Estados Unidos atingiu 383.039 pares; e a quantidade total exportada para diversos portos estrangeiros foi de 454.930 sapatos”. *Idem*, p. 51.

Essa rica experiência de produção manufatureira desapareceu, todavia, em meados do século XIX, sendo paulatinamente substituída pela exportação de matéria prima não processada. Sob esse novo enfoque a borracha natural voltaria a despontar, anos mais tarde, como o grande esteio da economia regional, entre as duas décadas finais do século XIX e as primeiras do XX. É o que assevera Márcio Souza:

Com o rápido desenvolvimento tecnológico dos países industrializados logo o mercado internacional passaria a recusar os toscos produtos artesanais. (...) Da atividade manufatureira, retrocederia para o extrativismo em rápida ascensão.⁴⁰

A borracha durante esse período alcançava preços muito altos, o que estimulava a migração de milhares de nordestinos e até de estrangeiros, que, assim, chegavam em grandes parcelas, afluindo aos borbotões para Amazônia⁴¹. Esses migrantes chegavam, seja acossados por intempéries climáticas, seja trazidos por aliciadores a mando de seringalistas, ou ainda imbuídos do espírito de aventura, em busca da propalada fortuna fácil das árvores que “jorravam látex”, onde se acreditava poder juntar dinheiro “*a cambito*”.

No meio da selva esses trabalhadores eram apresentados a um regime de trabalho compulsório, estribado no sistema de aviamento⁴² que dava sustentação a toda cadeia de produção gomífera, estimulada pelo capital internacional.

Os altos preços pagos em Belém e Manaus refletiam o interesse externo em empresariar nacionais para o devassamento da floresta em busca de látex. Entre o trabalho e o produto obtidos mediante relações econômicas quase escravas e o financiamento e a comercialização

⁴⁰ SOUZA, Márcio. *História da Amazônia*. Manaus: Valer, 2009, p. 239.

⁴¹ Com relação à migração de nordestinos para a Amazônia neste período, é possível aceitar a avaliação de Celso Furtado, para quem a “população destacada para a região Amazônica não seria inferior a meio milhão de pessoas”. FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1985, p. 131.

⁴² Warren Dean assim explica o sistema de aviamento ou barracão: (Os seringalistas) “Recebiam artigos comerciais a crédito dos negociantes (de Belém e Manaus) e, por sua vez, forneciam aos seringueiros. Estes, aceitando tais adiantamentos, garantia o direito de explorar as árvores do intermediário – a quem passava a reconhecer como patrão -, contanto que lhe entregasse toda a borracha e comprassem dele todos os suprimentos. Tal sistema representava uma grande exploração dos seringueiros, pois o patrão obtinha o lucro mediante a venda de artigos de comércio, cujo os preços manipulava de modo que no final do ano o saldo dos seringueiros muitas vezes era negativo”. DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil*. *Op. cit.*, p. 72.

realizados por capitais estrangeiros, situavam-se os ganhos dos empresários nacionais.⁴³

O método de produção de borracha, a seu modo, acabava reproduzindo as ideias de produção industrial vigente no mundo após a revolução tecnológica do final do século XVIII. Expressões como fábrica (período de produção), empresa gomífera (local produtor de borracha), patrão (seringalista), freguês (seringueiro aviado), etc..., repetiam a ideia de que a produção de borracha era uma empresa aos moldes daquelas que se ajustavam ao sistema capitalista de produção vigente a época.⁴⁴

A majoração na produção gomífera no último quartel do século XIX, estimulada principalmente pela nascente e crescente indústria de pneumáticos⁴⁵, trouxe diversas consequências para a Região Amazônica, entre elas o já mencionado surto migratório de pessoas em busca do “ouro em forma de seiva” que escorria das árvores na floresta. Esses sujeitos, principalmente nordestinos, que vieram para a região pelos mais diversos motivos (seca, aventura, busca de riquezas, problemas policiais, etc.), fizeram com que os índices populacionais da região fossem aumentados em muitos dígitos, principalmente nas capitais amazônicas e nas regiões de produção efetiva do látex.

A tecnologia de extração da seiva da seringueira exige, ainda hoje, e naquela época exigia muito mais, um insumo básico para sua produção: a mão-de-obra humana, a força física do seringueiro, daí inferir-se que, com o aumento da produção de borracha, houve um aumento substancial da população da região Amazônica.

A relação entre acréscimos periódicos da população amazônica e a participação da produção brasileira de borracha na produção mundial parece um fato insofismável. (...) Em 1878, cem por cento da produção mundial do produto eram brasileiras. Nos quatro quinquênios consecutivos a partir de 1900, isto é, 1900 a 1919, a participação cai de 70% para 53%, 34%, 12%: no quinquênio 1925-1929, mal atinge 2%. (...) Os acréscimos populacionais praticamente refletem essa participação. Tomando 1872 = 100 (338 mil habitantes) obtemos para o

⁴³ CARDOSO, Fernando Henrique e MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*, 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1978, p 25.

⁴⁴ A borracha produzida a partir da *hevea brasiliensis* produz vários tipos de borracha, entre eles fina, entre fina, sernambi virgem e sernambi rama. A fina, é a de melhor qualidade e os sernambis são de qualidade inferior por se constituírem em resíduos de látex. Cf. REIS, Arthur César Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura. 1953, p. 100-101.

⁴⁵ MARTINELLO, Pedro. *A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial*. *Op. cit.*, p. 54.

período 1872/1900 um acréscimo de 40%; no decênio seguinte o acréscimo alcança 47%. Entre 1900 e 1920, 107% (não houve censo em 1910); podemos supor, como Celso Furtado, que parcela bem maior da tenha ocorrido no primeiro decênio. Já entre 1920 e 1940, o acréscimo não ultrapassa 0,2%, quer dizer, há uma estagnação demográfica.⁴⁶

O desejo pela riqueza fácil, prometida para aqueles que trabalhavam com a seringa, acabou por mobilizar grandes contingentes de trabalhadores, atraindo com uma força irresistível todos os braços válidos para a extração de borracha que, ávidos por fazerem saldo⁴⁷, não tinham qualquer preocupação em fixarem-se na terra. Para essas pessoas – ai incluso os seringalistas – a única atividade válida era aquela destinada a extração do valioso látex. Esse sistema, apesar das críticas severas que sofreu (e sofre até os dias atuais), era defendido por seringalistas e seringueiros. Os primeiros o defendiam por poderem maximizar seus lucros por intermédio da majoração dos preços dos produtos fornecidos aos seringueiros. Já os seringueiros, defendiam o sistema por acreditar que o trabalho assalariado os prendia, os colocava em situação de desvantagem, enquanto o sistema de aviamento dava a eles o sentimento de liberdade, da possibilidade de produzir o quanto quisessem; o que lhes permitiria fazer saldo e voltar as suas plagas natais, de preferência ricos e cheios de fortuna.⁴⁸

O esforço hercúleo e despropositada pelo “saldo” e por maior quantidade de látex, resultou num rápido esgotamento e no quase extermínio das seringueiras produtivas na área do baixo Amazonas, o que fez com que aqueles que buscavam as riquezas da borracha se internalizassem cada vez mais nas profundezas dos altos rios, num movimento expansionista que, como é sabido, resultou na chegada e anexação do território do Acre, anteriormente pertencente à Bolívia⁴⁹. A desmedida busca por borracha, acaba por solapar por completo a incipiente agricultura que existia na região. As atividades agrícolas não extrativas são abandonadas, já que todos os braços válidos acodem para exploração de borracha,

⁴⁶ CARDOSO e MÜLLER, *Amazônia: expansão do capitalismo*. *Op. cit.*, p 28-29.

⁴⁷ Crédito junto ao patrão oriundo da quantidade de borracha produzida, depois de abatidos os descontos relativos às compras fornecidas pelo patrão.

⁴⁸ O nordestino que vinha par Amazônia sem conhecer a lida com a seringa era chamado de “brabo”, em oposição ao “manso” ou seringueiro adaptado à vida na selva. Já aquele nordestino que conseguia fazer algum saldo e retornar para a sua terra de origem era alcunhado de “paroara”. BENCHIMOL, Samuel. *Romanceiro da Batalha da Borracha*. *Op. cit.*, p. 38.

⁴⁹ Sobre a “epopeia acreana”, ver: LIMA, Araújo. *Amazônia, a Terra e o Homem*. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: IBL, 1975, p. 135-144; CASTRO, Plácido de. *Apontamentos Sobre a Revolução Acreana*. Manaus: Valer, 2003.

em busca de uma sonhada riqueza fácil. Essa situação podia ser percebida através dos relatos dos presidentes da Província:

Tudo conspira contra a agricultura. Há povoações nesta província em que não se encontra, senão com extrema dificuldade, uma ave domestica. Não se vê um pé de milho, nem uma planta de horta, nem uma arvore de fruta.⁵⁰

Essa busca desenfreada por borracha era contrabalançada pelo arrocho praticado pelos patrões e pelas casas aviadoras nos preços dos produtos fornecidos aos fregueses, o que acabava por destruir o sonho de saldo e de riqueza. Visando resistir a essa exploração, os seringueiros buscavam formas de aumentar sua produção, inserindo impurezas nas pelas⁵¹, como forma de resistir a um sistema de trabalho que ao invés de libertá-lo e lhe trazer fortuna, a cada dia os aprisionava mais. Tais práticas perduraram no tempo, chegando a ser praticada também pelos *Soldados da Borracha* e mesmo depois da Segunda Guerra Mundial. Fixadas na memória dos trabalhadores, a lembrança dessas práticas emerge nos seus depoimentos:

Tinha um seringueiro, lá nesse último ponto em que eu trabalhei. Ele era meio preguiçoso mesmo, fazia quase nada. Ai nessa época o porto era uma beleza, eles jogavam a borracha lá de cima, ai caia na agua e agente jogava no batelão. Até que veio uma de lá rolando e “tchibum”, caiu na água e não boiou. Foi direto pro fundo, ai mergulharam e pegaram. E era uma pela pequena, parece que deu 30 kg, ai o patrão mandou cortar. Dentro tinha um bolão de tabatinga.⁵²

É certo que a prática de inserir sujeiras na borracha não era atributo só dos seringueiros, já que muitos seringalistas se utilizavam desse subterfugio para aumentar de forma artificial e desonesta a sua produção e, conseqüentemente, o seu lucro ante as casas aviadoras.

Eles botavam (sujeira) mesmo, mas eram os patrões que mandavam. Eu trabalhava numa colocação com um homem chamado Zé Claudino. Ai ele mandou pesar a borracha e achou pouca. Ai ele virou pro Mário e perguntou quanta borracha ele faria nos próximos três meses até ele tirar toda a produção. O Mário falou: 200 kg. Ele perguntou você é

⁵⁰ Apud BENCHIMOL, Samuel. *Romanceiro da Batalha da Borracha*. Op. cit., p. 39.

⁵¹ Como lembra Arthur Reis, “dentro das peles, para aumentar-lhes a densidade e o peso, os seringueiros punham-lhes objetos estranhos, inclusive pedras e paus”. REIS, Arthur César Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. Op. cit., p. 64.

⁵² Depoimento do senhor Francisco de Assis Frazão tomado pelo autor em 29 de outubro de 2011. *Tabatinga* é uma espécie de barro amarelo típico da Amazônia.

homem mesmo pra fazer 200 kg de borracha em três meses? O Mário disse faça sim senhor. Ai ele chegou pertinho do Mário e falou, agora só não quero que você coloque dentro da borracha, essa mulher, a Rita (mulher dele), mas o resto pode botar. (...) Eles pegam um cipó e enrolavam ate ficar bem grande; passava um dia fazendo isso, depois colocavam um dia de leite em cima. Borracha morta [que não pulava].⁵³

Como já referimos, a borracha amazônica sofreu com a concorrência dos seringais asiáticos, porém, seria leviano afirmar que esse foi o único motivo que provocou a quebra da indústria extrativa de látex na região no início do século XX. Alguns autores chegam a afirmar que a maior dificuldade encontrada pela borracha amazônica no mercado internacional, era sua impureza, provocada pelas condutas irregulares dos seringalistas e seringueiros, num jogo de ludibriação mútua que acabava provocando uma redução dos valores dessa comodite. Essa era, por exemplo, a posição defendida em 1943 pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia (SEMTA):

Mas, pela verdade, devemos confessar que a maior[causa da crise da borracha] a que mais influiu para que o país perdesse os seus mercados, reside na exportação que fazíamos de borracha impura. Seringalistas e seringueiros, no ambicioso mister de produzir a maior quantidade possível do látex, para ganhar o máximo, diminuíram a percentagem de elasticidade do nosso produto, utilizando-se de processos inconfessáveis. É notório, por exemplo, o adicionamento que faziam ao látex de substâncias várias, as quais se traziam o aumento de peso, transformavam-na em fatores de desclassificação do produto.⁵⁴

Em que pese o prejuízo causado pelas adulterações e sua consequência para a desqualificação da borracha regional, convém lembrar outros problemas que contribuíram igualmente para a derrocada da indústria extrativista do látex de seringueira no início da segunda década do século XX: a inépcia de alguns administradores públicos para enxergar as limitações da produção exclusiva de borracha silvestre, as doenças e epidemias⁵⁵, os conflitos com as populações indígenas locais, as relações de trabalho assemelhadas às da escravidão, o desejo dos seringueiros (e em muitos casos, sua opção) de retorno para as plagas natais,

⁵³ Depoimento do Sr. Aldenor da Costa Souza, concedido ao autor em 19 de Janeiro de 2012, na cidade de Rio Branco – AC.

⁵⁴ BRASIL. Presidência da Republica. Coordenação de Mobilização Econômica. *Livro Histórico do SEMTA*. 1º Vol., 30 de novembro 1942 a 31 de maio de 1943. Mimeo., p. 3.

⁵⁵ Para maiores esclarecimentos obre a questão da Saúde e do Saneamento na Região Amazônica, ver: ANDRADE, Rômulo de Paula. *A Amazônia vai ressurgir! Saúde e saneamento na Amazônia no Primeiro Governo Vargas (1930-1945)*. Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2007.

além do abandono e das fugas dos seringais em busca de melhores condições de vida e trabalho nas capitais e cidades amazônicas.

A incapacidade de implementação de uma produção racional do produto, já que as experiências de cultivo da borracha na Amazônia esbarraram na proliferação de pragas e fungos⁵⁶ e a subsequente concorrência do comodite asiático, provocou um verdadeiro esvaziamento das regiões produtoras de seringa. Antônio Loureiro fez a narrativa dessa crise generalizada:

A grande mudança se dera no nível das zonas de produção. Um bom número de seringalistas perdera as suas propriedades para as firmas aviadoras, ou as locara para terceiros, os arrendatários, seus substitutos na linha de produção. Muitos deles voltaram a seus estados de origem, ou passaram a residir nas capitais, ou ainda conseguiram cargos políticos nos quadros administrativos municipais, deixando sua atividade inicial.⁵⁷

Utilizando-se de um método de produção brutal, onde o seringalista ou patrão possuía um grande poder sobre seus clientes/seringueiros, com imposição de severas penas pelo descumprimento dos regulamentos dos seringais⁵⁸, com contas que quase nunca fechavam ou apresentavam saldo positivo, bem como histórias de assassinatos daqueles que obtiveram algum saldo, acabaram por desestimular a migração para as áreas de produção de borracha ou ainda seu abandono quando já não mais se afigurava a possibilidade de um fantasioso enriquecimento com a atividade.

Ancorando-se na memória dos nossos depoentes, é possível perceber que a lembrança desse período de decadência (décadas de 1930 e 1940) permaneceu vívida, sendo possível encontrar nos seringais abandonados resquícios dessa época anterior, propalada como período áureo da borracha.

Tinha um barracão lá [seringal na área do Uarini – AM] do tempo dos antigos. Tinha muita coisa lá jogada, bacia, tigela, essas coisas assim. Machado, tudo tinha lá. Tinha até aquele tronco onde amarravam gente. Tudo lá.⁵⁹

⁵⁶ O clima da quente é úmido da região Amazônica só permite o desenvolvimento da seringueira com um espaçamento relativamente grande, sob pena de permitir a proliferação de pragas. Tal fato permitiu o desenvolvimento da seringueira em regiões onde ela era alienígena, vez que lá não existiam pragas ou fungos que pudessem matá-la ou reduzir sua produção. DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 132.

⁵⁷ LOUREIRO, Antônio. *Tempos de Esperança (1917-1945)*. Op. cit., p. 15.

⁵⁸ Os regulamentos serão abordados com mais vagar no capítulo 3.

⁵⁹ Depoimento do senhor Francisco de Assis Frazão tomado pelo autor em 29 de outubro de 2011

Depois de 1910 os preços do produto caíram e, a partir de 1912, despencam para patamares irrisórios, jogando a região na mais profunda de suas crises econômicas. Os investimentos estrangeiros, fundamentalmente ingleses, que alavancaram a economia gomífera, desertaram da Amazônia e instalaram-se nas crescentes e economicamente rentáveis, plantações de seringueira da Ásia, principalmente pela abundância e módico preço da mão-de-obra.⁶⁰ A economia amazônica foi definitivamente colocada de joelhos, as arrecadações públicas minguaram, o comércio entrou em colapso, com consequências sensíveis para as populações locais. A Amazônia encontrava-se economicamente limitada, vez que a borracha, como principal produto da carteira de exportação da região, sofria de diversos percalços para fazer crescer de maneira substancial seu preço a fim de compensar um aumento de produção⁶¹, entre eles a concorrência com os preços praticados pelos asiáticos.

A economia amazônica por sua vez, foi arrasada pela concorrência do Ceilão e da Malásia. Os salários caíram junto com os preços a um quarto do seu nível durante o boom. Comerciantes, corretores e banqueiros desesperados juntaram-se a seus seringueiros num êxodo da Região.⁶²

Em verdade, com a queda dos preços da borracha, a Amazônia entrou em uma situação de estagnação econômica que só foi de alguma forma modificada, mesmo que temporariamente, na primeira metade dos anos 1940. Quando o extrativismo entrou em colapso, a região, que havia deixado de lado a estrutura de produção agrária (lavoura) em detrimento da máxima produção da borracha, perdeu o estímulo para retomar as culturas agrícolas a muito tempo esquecidas na busca frenética pelo ouro vegetal. É o que argumenta Arthur Reis, quando afirma:

Toda máquina que se montara na base do grande negócio, representado na exploração dos seringais silvestres, entrando em colapso, trouxe para o extremo-norte do país uma situação verdadeiramente calamitosa. Aquela estrutura agrária que antecederia ao ciclo gomífero fora perdida na aventura dos seringais.⁶³

⁶⁰ LOUREIRO, Antônio *A Grande Crise*. 2ª ed. Manaus: Valer, 2008, p. 99 e seguintes.

⁶¹ Arthur Reis afirma que a produção amazônica de borracha caiu de 36.322.000 toneladas em 1913, para 10.734.000 toneladas em 1941. REIS, Arthur César Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*, *Op. cit.*, p. 73-74.

⁶² DEAN, Warren. *A Luta pela Borracha no Brasil*. *Op. cit.*, p. 65.

⁶³ REIS, Arthur César Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*, *Op. cit.*, p. 72.

É certo que, mesmo com preços baixos, a borracha continuou a ser produzida em toda a região amazônica, porém, não com toda a pujança de outrora, sendo substituída pela extração de outros produtos regionais como a castanha (*Bertholletia excelsa*)⁶⁴, madeiras, couros e peles, além do Pau Rosa (*Aniba rosaeodora*).⁶⁵

O Vale Amazônico foi desprezado por aqueles que para ele acudiram em busca de riqueza fácil, seringais foram abandonados, a estrutura econômica entrou em esgotamento, as arrecadações estatais foram reduzidas, os preços dos produtos básicos de subsistência, ao exemplo do charque, alcançaram valores muito elevados, mesmo considerando que os preços praticados nos seringais, em alguns casos, já chegavam a cerca de dez vezes os valores praticados nas capitais⁶⁶. Entre os trabalhadores rurais, aqueles que resolveram permanecer – ou por não poderem voltar as suas regiões de origem, ou por opção própria –, lançaram-se agora à agricultura de subsistência, à exploração dos produtos da floresta e passaram a se misturar e a viver com e como a população local.

Essa economia letárgica e residual não era mais, como outrora, dinamizada por intermédio dos fluxos constantes de migrantes⁶⁷ - principalmente de nordestinos -, mas sim por intervenção das populações que permaneceram nos seringais e que se mesclaram aos índios e caboclos da região.

Foi-se a borracha, sobrou a castanha, os olhos vegetais e a madeira, explorados primitivamente, servindo, apenas para impedir que as cidades desaparecessem da paisagem regional, mas sem jamais substituírem a goma elástica na pauta de exportação amazônica.⁶⁸

Essa situação de imobilismo econômico imperou na região até início dos 40 do século passado, quando os ventos de uma possível guerra e a invasão das zonas produtoras da Ásia pelos japoneses fizeram com que o mundo, e principalmente os

⁶⁴ A Castanha sempre ocupou lugar de destaque na pauta de exportações da Amazônia, ficando logo abaixo dos diversos tipos de Borracha. Cf. LOUREIRO, Antônio. *Tempos de Esperança (1917-1945)*. *Op. cit.*, p. 56.

⁶⁵ *Idem.*

⁶⁶ SODRE, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 221-230.

⁶⁷ Os fluxos de migratórios para Amazônia foram reduzidos drasticamente, principalmente em busca de regiões que eram naquele momento economicamente mais ativas, porém, é certo que estes movimentos mesmo assim, nunca cessaram por completo.

⁶⁸ CORRÊA, Luiz de Miranda. *A borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial*. *Op. cit.*, p. 16.

Estados Unidos da América, volvessem seus olhos ávidos pela borracha, para a Amazônia.

Fora da Região Amazônica, o resto do Brasil teve nas primeiras quatro décadas do século XX, um momento de inflexão em sua história. A pujança econômica trazida pelo café e pela borracha na primeira década do século começou a ruir com o a quebra da indústria gomífera da Amazônia e com a queda dos preços do café no mercado internacional. Com efeito, o café e a nascente indústria implantada no Estado de São Paulo mantiveram os afluxos de capitais para a região sudeste do país ainda por algum tempo, não sem lançar mão de malabarismos políticos diversos. Dominando a alta burocracia estatal, a burguesia cafeeira paulista pôs o governo federal a legislar e a agir em seu favor, adotando atitudes protecionistas, altamente onerosas para os cofres públicos, como o foi a compra e incineração sistemática de estoques de café, como forma de aumentar artificialmente o preço do produto num mercado mundial que desde finais do século XIX dava provas de saturação.⁶⁹ Para Amaral Lapa, estudioso do tema, o Estado exerceu

função reguladora dos estoques, para manter os preços, evitando grande estocagem dos outros países, tendo chegado mesmo ... a erradicar a produção, proibindo novas lavouras, por prazo determinado, além de destruir estoques, por incineração e outros recursos...⁷⁰

Ressalte-se que as políticas protecionistas implementadas em prol do café, não foram postas em prática com o mesmo vigor e determinação visando a proteção da borracha amazônica⁷¹, ou de quaisquer outros produtos que estavam inclusos no rol das exportações brasileiras⁷². Essa falta de uma política protecionista pode ser atribuída a inexpressividade política daqueles que dominavam às instituições governamentais nos Estados do norte, ou a sua inépcia administrativa, que em grande parcela estavam mais preocupados com querelas

⁶⁹ FAUSTO, Boris. "Expansão do Café e Política Cafeeira". In: FAUSTO, Boris (Org). *História Geral da Civilização Brasileira*, nº 8. São Paulo: Difel, 1985, p. 206-209.

⁷⁰ LAPA, José Roberto do. *A Economia Cafeeira*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 104.

⁷¹ "Na administração Epiácio Pessoa, agravou-se a situação (calamitosa). Porque ao invés de criarem melhores condições aos trabalhadores dos seringais ou executar uma política de amparo ao produto, agiu-se de modo a desconcertar ainda mais a vida nos seringais, fornecendo-se passagens aos nordestinos para que regressassem às suas províncias de origem". REIS, Arthur César Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*, *Op. cit.*, p. 74.

⁷² TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *Servidão humana na selva: o aviamento e o barracão nos seringais amazônicos*. Manaus: Valer, 2009, p. 42.

peçoais que em buscar um apoio efetivo para solucionar a crise da indústria gomífera.⁷³

Porém, tais práticas políticas adotadas pelas camadas dominantes da república acabam por causar descontentamento em diversos setores da sociedade e, inclusive, entre este segmento, que reivindicava maior participação na vida política.

Convém lembrar que, na base da sociedade, a agitação popular já era grande nos principais centros urbanos do país desde o início da República, sendo especialmente significativa a presença do movimento operário e da luta por direitos trabalhistas.⁷⁴

A crise agravada da economia brasileira na década de 1920 agrava igualmente a crise política e amplifica o ambiente de insatisfação, dando origem a diversas revoltas de segmentos médios urbanos⁷⁵ e de militares, ficando estas últimas conhecidas sob o rótulo de “movimentos tenentistas”.⁷⁶

Esses movimentos políticos somavam-se aos movimentos sociais, que em muitos casos buscavam implantar ou instigar ideias de cunho socialista, aos moldes da revolução Russa, o que causava verdadeiro pavor a setores conservadores da sociedade brasileira da época. Nesse caldo de cultura, começam a tomar vulto na Europa e no Brasil movimentos que tem por princípio a defender um fortalecimento do Estado como forma de contestar o vigente Estado Liberal, considerado incapaz de conter as camadas médias e inferiores da sociedade.⁷⁷

⁷³ LOUREIRO, Antônio. *A Grande Crise*. *Op. cit.*, p. 155.

⁷⁴ Cf.: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000; HARDMANN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Ática, 1991. Em Manaus as agitações operárias também se fizeram presente ao longo de toda a República Velha. Cf: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus, 1889-1920*. 2ª ed. Manaus: Edua, 2003; PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Na Contramão da História: Mundos do Trabalho na cidade da borracha, 1920-1945*. *Canoa do Tempo*, v. 1, p. 11-32, 2007.

⁷⁵ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Classes Médias Urbanas: Formação, natureza, intervenção na vida política*. In: FAUSTO, Boris (Org). *História Geral da Civilização Brasileira*, nº 9. São Paulo: Difel, 1985, p. 7-37.

⁷⁶ LANNA JR, Mário Cleber Martins. “Tenentismo e Crises Políticas na Primeira República”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 313-350. Manaus não ficou alheia aos movimentos Tenentistas. Cf. SANTOS, Eloína Monteiro. *A rebelião de 1924 em Manaus*. Manaus: Valer, 2001.

⁷⁷ CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*. vol. 2: *o tempo do nacional-estadismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 110.

Acrescido a tais agitações políticas e sociais, surgiu a crise econômica que teve como seu clímax a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929, e que terminou por acelerar o processo de transformação política em todo o mundo. Esta crise, no Brasil, se fez sentir fortemente, desembocando em um golpe de Estado, a chamada Revolução de 1930⁷⁸, alçando ao poder um político gaúcho, Getúlio Vargas, que guiará com mão-de-ferro os destinos do Brasil durante a década de 1930 e metade da de 1940. Voltando ao poder entre 1950 e 1955, Vargas consolidou sua influência na vida política brasileira, servindo de influência para correntes políticas de esquerda e direita até os dias atuais. O movimento por ele encabeçado, em poucos anos, passou de uma revolução das elites para uma ditadura escancarada que flertou sem escrúpulos com governos das mais diversas matizes políticas⁷⁹. Esse movimento “Revolucionário” chegou ao poder afirmando romper com as elites políticas do passado, que, baseadas no liberalismo, trouxeram ou permitiram que fossem trazidas ideias alienígenas completamente inadequadas às realidades nacionais.

As décadas de 30 a 40 do século passado trazem em seu bojo a exacerbação de ideologias de viés ditatorial, fascistas e nacionalistas, defensoras de um Estado forte, centralizador capitaneado por um líder que corporificava a identidade nacional⁸⁰, que também era associado ao gestor da grande corporação chamada Nação ou Estado Nacional que, como defendia Vargas, deveria ser.

sem distinção de classes e profissões e acima de estereis particularismos.
(...) Reconhecendo os princípios da justiça social, e pondo em prática o primado dos direitos da coletividade sobre as prerrogativas dos indivíduos...⁸¹

Após diversas convulsões internas que caracterizaram a política Brasileira após a “Revolução de 1930”, ao exemplo do Movimento Constitucionalista de 1932, da Convocação da Assembleia Constituinte de 1933, da Promulgação da Constituição de 1934 e da intentona Comunista de 1935, Getúlio Vargas, apoiado pelo Exército e por setores conservadores da sociedade organiza um golpe de

⁷⁸ Para uma boa contextualização do período, ver: FAUSTO, Boris. “A Crise dos Anos Vinte e a Revolução de 1930”. In: FAUSTO, Boris (Org). *História Geral da Civilização Brasileira*, nº 9. São Paulo: Difel, 1985, p. 401-426.

⁷⁹ PANDOLFI, Dulce. “Os Anos 30: As incertezas do regime”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 10-21.

⁸⁰ CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”. *Op. cit.*, p. 110.

⁸¹ VARGAS, Getúlio. *Foi no poder que me tornei amigo vosso*. Rio de Janeiro: DNP, 1938, p. 7 e 9.

Estado, em 10 de novembro de 1937, cuja consequência direta foi à implementação de um governo autoritário de feições ditatoriais e nacionalistas: o Estado Novo, cuja vigência espraiou-se de 1937 até 1945.⁸²

Tal regime era caracterizado pela repressão aos movimentos sociais, pelo paternalismo concernente em concessões e benéficos à classe trabalhadora⁸³ em troca de sua submissão, o que transmitia a ideia de um Estado nacional corporativo, pacificado socialmente e politicamente unificado.⁸⁴

Apresentar uma aparente unicidade do Regime do Estado Novo, por intermédio da imprensa e da propaganda oficial, interessava a setores da sociedade que buscavam com esta prática reconstruir discursivamente sua história, apresentando para o futuro, um passado ufanista, de ordem, correção, sem conflitos ou máculas. Esta imagem, parcial e falseada, acabou por sufocar as vozes que no todo ou em parte não se coadunavam ou não eram seduzidas pelo canto da sereia do Regime, ou pior, contribui para silenciar os sujeitos sociais subalternos e suas histórias específicas, negando-lhes o papel ativo que tiveram na construção de seu passado, na significação do seu presente e nas suas expectativas de futuro, como aconteceria com os *Soldados da Borracha*.

Essa conduta estatal permitiu ao Brasil alcançar um significativo crescimento econômico, principalmente nos finais dos 30 e início dos 40, o que propiciou a prorrogação do poder de Vargas e a legitimação de sua permanência na chefia do governo Brasileiro. Para o Estado ditatorial implantado por Vargas, cada cidadão, empresário ou trabalhador, morador do campo ou da cidade, era uma peça, com função e local definidos, do grande sistema chamado Brasil, o que em muito se assemelhava aos regimes de força instalados na Europa naquele momento. Para isto, o Estado Nacional estava disposto a se igualar a tais sistemas políticos. Nas palavras do próprio Vargas, o Brasil deveria se nivelar pelas “as nações fortes, que se impõem pela organização baseada no sentimento de Pátria, sustentando-se pela convicção da própria superioridade”⁸⁵. O horror que as

⁸² MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Sociedade: A consolidação da República oligárquica. In: LINHARES, Maria Yedda Linhares (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p. 316-326.

⁸³ A Justiça do Trabalho, criada pela Constituição Federal de 1934, só foi instalada em 1^a de maio de 1939, por intermédio do Decreto- Lei nº 1.237.

⁸⁴ CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”. *Op. cit.*, p. 117-118.

⁸⁵ VARGAS Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1937, p. 20.

democracias liberais causavam aos expoentes do Estado Novo fica evidente nas palavras de Leopoldo Peres, um dos mais relevantes ideólogos do regime: “(...) eis que por toda parte se verifica, dominando nos povos mais fortes, e ainda naqueles de mais antiga e consolidada tradição liberal, o fenômeno das ditaduras. Era o crepúsculo da democracia”.⁸⁶

O substrato ideológico do Estado Novo foi a construção de dois conceitos abstratos de significado vazio se observados isoladamente: *nação* e *povo*⁸⁷. A ditadura buscou suprimir individualismos e regionalismos em prol de um projeto nacional único no qual cabia ao presidente direcionar as políticas públicas, atender os anseios da nação, observando seus problemas e necessidades e buscando formas de atendê-las.

Após o golpe, como os partidos e o parlamento foram abolidos, não havia mais intermediários entre as massas e o governo. Este passou a intervir nos estados mediante a nomeação de interventores, que assumiram o poder executivo orientados pela nova Constituição, pessoas de confiança de Vargas foram escolhidas para as interventorias.⁸⁸

E é nesse contexto de fechamento político, de centralização de poder, de rígido controle social e busca de progresso dentro da ordem que as atenções de Vargas alcançam a região amazônica⁸⁹, mormente buscando a inserção desta imensa região no contexto econômico social do Estado nacional, sempre buscando atender aqueles que ele, o chefe da Nação, considerava ser os desejos do povo. Nas palavras de Francisco Pereira da Silva, consultor jurídico do Instituto dos Marítimos, após uma das visitas que Getúlio Vargas fez a Região Amazônica: “O Presidente, depois de reunir todos os dados estatísticos e econômicos sobre a planície verde, foi vê-la... Viu a terra, ouviu o homem. E compreendeu os anseios de todos”.⁹⁰

⁸⁶ PERES, Leopoldo. *Política e Espírito do Regime*. Rio de Janeiro: A Noite, 1941, p. 227.

⁸⁷ Não cabe a esse trabalho discutir tais conceitos, mas caso se pretenda um maior aprofundamento no estudo do Estado Novo, recomenda-se a leitura da obra OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

⁸⁸ CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”. *Op. cit.*, p. 116.

⁸⁹ No capítulo 2 trabalharemos com mais vagar as relações do Estado Novo com a Região Amazônica.

⁹⁰ SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da Borracha: Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 24.

Neste interregno o governo Brasileiro vê-se colocado a frente de certos dilemas, entre os quais, a ocupação da Região Norte, que definia como sendo um “vazio demográfico”⁹¹. Por trás desse interesse estava a busca de uma solução para os problemas econômicos da região, oriundos do fim do período áureo da extração do látex da seringueira e alvo constante da insatisfação e ressentimentos das oligarquias regionais, queixosas com o pouco caso do governo federal para com a crise da borracha, mormente com o despovoamento dos seringais.⁹²

A todo o momento, Vargas buscava demonstrar a preocupação do chefe da nação com os interesses do povo, mas também, em reforçar a equidistância do Brasil para com o conflito que se iniciava na Europa, que terminaria por resultar na Segunda Guerra Mundial. Esse posicionamento de Vargas tinha por objetivos buscar as benesses dos maiores pólos econômicas da época, Alemanha e Estados Unidos da América. Apesar de suas condutas políticas serem em muito assemelhadas às práticas ditatoriais postas em práticas pela Alemanha nazista e pela Itália fascista, Vargas propalava a sua aceitação da solidariedade Americana no que tange aos posicionamentos a serem tomados em caso de uma escalada do conflito Europeu. É o que pode ser inferido de suas palavras proferidas em entrevista coletiva à imprensa, realizada no palácio do governo, em Porto Alegre, em 12 de março de 1940:

O país goza, mesmo, atualmente, de grande prestígio. Quanto aos países americanos, a política brasileira inspira, hoje, grande confiança, porque demonstra o verdadeiro desinteresse e a sinceridade da nossa colaboração. Existe, em virtude da Conferência de Lima, uma política continental americana. A atitude do Brasil perante a guerra europeia é a atitude conjunta dos países americanos. O Brasil não agirá individualmente, mas sim de acordo com todos os países do Continente.⁹³

O que em verdade o governo brasileiro buscava era a possibilidade de alinhar-se com aquela nação que tivesse a capacidade de suprir o Brasil de material bélico moderno e que pudesse estimular a construção de sua indústria de

91 SECRETO, Maria Verônica. A Ocupação dos “Espaços Vazios” no Governo Vargas: do “Discurso do Rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. *Estudos históricos*, nº 40, julho-dezembro de 2007, p. 115-135.

92 FERREIRA FILHO, Cosme. *Porque Perdemos a Batalha da Borracha*. Manaus: Ed. Governo do Estado, 1965, p. 111.

93 VARGAS, Getúlio. *Realizações e Projetos do Estado Novo*. Brasília: Biblioteca Digital da Presidência da República, s/d. p. 228.

base, mormente a siderúrgica. Por tal motivo, mantinha relações comerciais com Estados Unidos e Alemanha, usando como moeda de troca a sua importância geopolítica e de capacidade de produção de matérias primas essenciais, ao exemplo da Borracha. Nesse turbilhão, em setembro de 1939, a Alemanha ataca a Polônia, sob o argumento de garantir o corredor Polonês e a cidade da Dantzig.⁹⁴

A guerra trouxe uma maior dependência dos países europeus, mormente a Inglaterra, de matérias primas que abundavam nos países da América, cujo bloco era liderado pelos Estados Unidos. Porém, como até meados de 1942 a Alemanha permanecia como virtual ganhadora da guerra, principalmente pelas vitórias militares obtidas na França, o governo brasileiro ainda hesitava em sobre que posição adotar.

Essa posição dúbia e até certo ponto vacilante do Estado Brasileiro é forçada a chegar a um termo com o ataque japonês à base naval Americana de Pearl Harbor, no Havaí, ocorrido em 7 de dezembro de 1941, sem uma declaração formal de guerra e a subsequente entrada dos Estados Unidos no conflito mundial⁹⁵, diante deste fato, Vargas encontra-se diante de uma encruzilhada política, era o chefe de um governo autoritário, assemelhado dos regimes totalitários europeus que formavam o eixo, mas devido a pactos de mútua proteção continental deveria agora unir-se às outras nações americanas visando combater os países iniciadores do segundo grande conflito mundial⁹⁶, em nome da “democracia e da liberdade”.

Vargas temia que de alguma forma, fosse vítima desta aproximação com os estados de regime mais liberal, posto que, uma possível vitória dos aliados daria folego a uma oposição sufocada que, como realmente aconteceu, pediria o fim do Estado Novo e eleições diretas.

Até o início do ano de 1942 a política dos Estados Unidos em relação a América latina resumia-se ao envolvimento direto daquele país no conflito, enquanto as demais nações deveriam integra-se ao esforço de guerra produzindo

⁹⁴ ALVES, Vagner Camilo. *O Brasil e a segunda guerra mundial: a história de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002, p. 81-86.

⁹⁵ ALVES, Vagner Camilo. *Op. Cit.*, p. 120-121.

⁹⁶ SECRETO, Maria Verônica. A Ocupação dos “Espaços Vazios” no Governo Vargas. *Op. cit.*, p. 123.

matéria prima e controlando a ordem política interna, seja ela qual fosse, inclusive ditaduras, para evitar mudanças nos acordos já firmados.⁹⁷

Porém, pressionado pelos pactos pan-americanos, pelo afundamento de embarcações mercantes brasileiras⁹⁸ e principalmente pelos norte americanos, que tinham grande interesse na instalação de bases militares⁹⁹ e nas reservas de matérias primas, o governo Vargas se vê obrigado a declarar guerra aos países do Eixo - o que ocorreu em 22 de agosto de 1942 e a firmar os *Acordos de Washington*.

Tais acordos previam entre outras coisas que, em troca da construção de uma usina siderúrgica, o Brasil colaboraria com os Estados Unidos em seu esforço de guerra para derrotar os seus adversários europeus¹⁰⁰. Como parte de seu “esforço de guerra”, o Brasil cederia diversas bases aéreas nas cidades litorâneas do nordeste, enviaria um contingente militar para lutar na Europa ao lado das tropas estadunidenses, e não menos importante, envidaria esforços no sentido de aumentar a produção e o fornecimento da borracha para os aliados¹⁰¹, bem como de outros insumos considerados estratégicos como o manganês, cromato, berilo, mica, cristais de quartzo e diamantes industriais.¹⁰²

Com o avanço da guerra, o Império Japonês invadiu as colônias inglesas da Ásia, que após a derrocada da produção brasileira de borracha, tinham se tornado os maiores produtores mundiais de goma elástica, produzindo no início dos anos 1940 cerca de 97% da borracha natural consumida no mundo. O esforço de guerra dos aliados, mormente dos Estados Unidos da América carecia cada vez mais de quantidades imensas da substância elástica, que era usada para os mais diversos

⁹⁷ MARTINELLO, Pedro. *A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial*. *Op. cit.*, p. 80.

⁹⁸ Não existem números precisos de quantas embarcações brasileiras foram afundadas no período compreendido entre 1941 e 1944, porém, o site <http://www.naval.com.br/blog/tag/navios-afundados/#axzz2SdRY5iuU>, consultado em 7 e maio de 2013, as 15:00, afirma de forma categórica que: “Durante a Segunda Guerra, 36 navios brasileiros foram torpedeados, entre 1942 e 1944, por submarinos do Eixo, na área do Oceano Atlântico que vai desde a Filadélfia, nos Estados Unidos, até Santos, no Brasil, além do extremo sul da África (Boa Esperança). O balanço total foi de 1.074 mortos e 1.686 sobreviventes”.

⁹⁹ A base aérea de Natal - RN foi alcunhada de “Trampolim da Vitória” por sua importância estratégica em decorrência de sua proximidade com o norte da África e a Europa.

¹⁰⁰ PRIORE, Mary Del e VENÂNCIO, Renato Pinto. *O livro de Ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001, p. 320-331.

¹⁰¹ GONÇALVES, Adelaide, COSTA, Pedro Eymar Barbosa (Orgs.). *Mais borracha para vitória*. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal, 2008.

¹⁰² MARTINELLO, Pedro. *A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial*. *Op. cit.*, p. 98.

fins, desde a fabricação de pneus para automóveis até amortecedores de recuo de canhões.¹⁰³

A crescente produção industrial mundial, principalmente norte americana, e brasileira, associada aos ventos da guerra trazidos da Europa, faziam vislumbrar a possibilidade de uma possível majoração na demanda de goma elástica, para a qual a produção internacional não era suficiente e a região amazônica não estava preparada. Apenas a título de exemplificação, até Janeiro de 1939, o estoque mundial de borracha natural crua consistia em cerca de 400 mil toneladas, sendo que os maiores estoques estavam divididos entre Estados Unidos (237.000 t), Grã-Bretanha (80.000t) e Singapura (31.500 t)¹⁰⁴. Vargas ressaltava em seus discursos o quanto a máquina de guerra podia consumir borracha:

Sabeis quão gigantesco é o desgaste de material na presente guerra. E entre esses materiais alguns merecem o nosso especial cuidado pelas urgentes necessidades. Este é o caso da borracha, que entra em quase todos os equipamentos bélicos em vultosas quantidades. Podeis imaginar o que é esse consumo, lembrando-vos de que somente um bombardeiro pesado consome nada menos de 826 quilos de borracha.¹⁰⁵

Como já foi dito, a borracha era elemento essencial para a operacionalização da vida moderna. A simples ameaça de guerra já trazia o temor e as incertezas no que tange ao fornecimento regular de goma elástica, o que seria de certa maneira fatal para os interesses de uma crescente economia capitalista industrial, como a norte-americana, ou de uma economia que inicia os preparativos para um possível conflito armado, como o caso da Inglaterra. Mesmo existindo algum estoque de borracha, a instabilidade política e econômica existente no fim dos anos 1930 e início dos 1940 do século passado, jungiam os mais diversos interesses no que tange não só ao acúmulo das matérias primas essenciais para indústria, ai inclusa a borracha natural, bem como, meios de acumular tais insumos em casa de deflagração de um conflito. A guerra na Europa que se espalhava pelo Sudeste Asiático, naquela época o maior produtor mundial de látex, fez com que aquelas

¹⁰³ SILVA, Hélio. *História da República Brasileira*. Vol. 12: Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Editora Três, 1975, p. 41-51.

¹⁰⁴ *Diário Oficial do Amazonas*, edição de 26 de janeiro de 1942, p. 4.

¹⁰⁵ VARGAS, Getúlio. *Mês nacional da borracha*. Brasília: Biblioteca Digital da Presidência da República, s/d, p. 8.

que capitaneavam as grandes indústrias mundiais vissem surgir o espectro da falta de borracha.

Como consequência de tal conjuntura, iniciou-se um racionamento na venda e de produtos de bens em cuja composição existisse borracha. Esse racionamento foi amplificado logo após os ataques japoneses as bases dos Estados Unidos no Havaí, nas Filipinas e no Sudeste da Ásia. Essa afirmação é corroborada Luiz de Miranda Corrêa:

Poucos dias depois do bombardeio da “Pearl Harbour”, pelos japoneses, proibia-se nos Estados Unidos a venda de borracha. A produção e a venda de automóveis e caminhões. Foi, também, paralisada, ao mesmo tempo em que, se interditava a fabricação de objetos, que empregassem goma elástica, com exceção de um pequeno número de produtos.¹⁰⁶

Os americanos, tentando suprir as necessidades relativas à sua indústria interna, bem como para atender as necessidades de seus aliados, principalmente de combate, buscaram alternativas de suprimento de borracha, em substituição a produção das zonas sob o poder das Forças Armadas do Império japonês, vez que seus estoques, mesmo com o racionamento imposto, não suportariam uma guerra que se prolongasse por um longo período. Relatório do governo estadunidense do final do ano de 1942 é emblemático ao afirmar a necessidade de borracha:

De todos os materiais críticos e estratégicos, a borracha é aquele que apresenta maior ameaça à segurança de nossa nação e ao êxito da causa aliada. A produção do aço, do cobre, do alumínio, das ligas ou da gasolina de aviação pode ser inadequada para conduzir a guerra tão rápida e eficientemente como o desejaríamos, mas ao menos estamos certos de suficiente abastecimento desses produtos para operar nossas forças armadas em poderosíssima escala. Se, porém falharmos na consecução rápida de um novo e volumoso suprimento de borracha haverá um colapso de nosso esforço de guerra e da nossa economia interna. Assim sendo, a situação da borracha constitui o mais crítico de nossos problemas.

Considera-se a situação presente tão perigosa que, se não se tomarem medidas corretivas imediatas, este País entrará em colapso civil e militar.¹⁰⁷

A borracha natural que já era essencial para o desenvolvimento da indústria e para vida moderna, torna-se agora crucial para a preparação e para implementação da guerra, a ponto de se afirmar que com a borracha talvez se

¹⁰⁶ CORRÊA, Luiz de Miranda. *A borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial*. Op. cit., p. 21 e 22.

¹⁰⁷ FONSECA, Cássio. *A Economia da Borracha: aspectos internacionais e defesa da produção*. Biblioteca Documental da Borracha. Ministério da Indústria e Comércio: Manaus, 1970, p. 97-98.

ganhe a guerra, mas sem ela, com certeza, a guerra estaria perdida. Isso fez com que o governo norte-americano, se visse as voltas com estratégias para aumentar seus estoques de borracha de antes da guerra, e manter seus níveis do produto após a entrada na guerra e a invasão dos centros produtores do sudeste asiático.

Tais fontes consistiam basicamente em quatro caminhos: a produção de borracha sintética, a reciclagem e reutilização da borracha, a plantação racional de seringueiras, chamada de haveicultura, e a extração da seiva das seringueiras selvagens da Amazônia¹⁰⁸, sem esquecer a manutenção da política de racionamento do consumo de borracha.

A produção de borracha sintética nos Estados Unidos ainda não alcançara os patamares necessários para atender a demanda que se avizinhava, pois as melhores estimativas da época afirmavam que talvez a produção em larga escala deste tipo de substância elástica só alcançaria sua plena capacidade em 1944 ¹⁰⁹. A borracha sintética produzida a época mostrava-se pouco resistente e necessitava de uma grande parcela de borracha natural em sua composição, somado ao fato de que o estado da arte na produção deste insumo estava nas mãos dos químicos alemães que agora eram considerados inimigos, tudo isso resultava numa impossibilidade de utilização imediata deste produto.

A reciclagem de borracha era algo dispendioso no sentido de necessitar de um envolvimento da população em busca de borracha já utilizada, mas que trazia um resultado efetivamente baixo na majoração dos estoques da substância elástica.

No que tange a haveicultura, várias empreendimentos objetivando o cultivo de plantas produtoras de látex, para fabricação de borracha já vinham sendo tentadas desde meados dos anos 1920, na África, na América Central e na Amazônia. Em sua maioria, as tentativas de cultivo resultaram em fracasso. Como assevera Arthur Reis:

A política de plantação intensiva ou da modificação técnica da extração não encontrou eco. Os ensaios que se fizeram aqui e ali, não obedeceram a qualquer critério técnico-econômico. Em 1924 não havia, em todo vale

¹⁰⁸ CORRÊA, Luiz de Miranda. *A borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial*. Op. cit., p. 20.

¹⁰⁹ Os americanos investiram 400 milhões de dólares na indústria petroquímica durante os anos de 1942-1945, objetivando a construção de mais de 50 fábricas de borracha sintética. Ao final do ano de 1945 essa produção já alcançava 1 milhão de toneladas, o que atendia as necessidades daquele país. Cf. MARTINELLO, Pedro. *A "Batalha da Borracha" na Segunda Guerra Mundial*. Op. cit., p. 92-93.

amazônico, 2.000.000 de árvores cultivadas, e essas mesmo apresentando um rendimento insignificante, consequência, em grande parte, da falta de tratamento conveniente no plantio realizado.¹¹⁰

Na América Central o departamento de agricultura dos Estados Unidos possuía um programa de desenvolvimento e plantio de seringueiras e outras plantas produtoras de látex, mas que, porém, só teriam produção efetiva a médio ou longo prazo¹¹¹. Na Libéria, a Firestone vinha pondo em prática um programa de plantio racional de seringueiras, objetivando atender suas necessidades principalmente de produção de pneumáticos e fugir dos preços cobrados pelo cartel de produtores de borracha comandado pelos ingleses que controlavam a maior parte dos centros produtores¹¹². Enquanto isso, no Brasil, a Ford Company, com os mesmos objetivos, recebia subvenções do governo brasileiro para implantação da Fordlândia¹¹³ e posteriormente de Belterra¹¹⁴. As plantações amazônicas de seringueiras acabaram por não resultar em produção efetiva de borracha, principalmente devido a problemas sanitários, mormente o mal-das-folhas¹¹⁵, que assolavam os clones de *hevea*, conforme nos assevera Warren Dean:

(...) os seringais da Ford permaneceram como único intento significativo de cultivo da seringueira no Brasil. Representaram uma experiência em vasta escala, custosa, eivada de erros e de resultado incerto. Os brasileiros sabiam apenas vagamente da luta que lá ocorrera e da sucessão de tentativas que já haviam sido levadas a cabo a fim de determinar a praticabilidade do plantio competitivo e em grande escala da seringueira na presença de um parasita virulento e aparentemente invencível.¹¹⁶

¹¹⁰ REIS, Arthur César Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. *Op. cit.*, p. 73.

¹¹¹ CORRÊA, Luiz de Miranda. *A borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial*. *Op. cit.*, p. 46.

¹¹² GRANDIN, Greg. *Fordlândia: A ascensão e a queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010, p. 35 a 38.

¹¹³ Fordlândia foi o nome dado a uma gleba de terra adquirida pelo empresário norte-americano Henry Ford, através de sua empresa Companhia Ford Industrial do Brasil, por concessão do Estado do Pará, por iniciativa do governador Dionísio Bentes e aprovada pela Assembleia Legislativa, em 30 de setembro de 1927. A área de 14.568 km² fica localizada no município de Aveiro, no estado do Pará, às margens do Rio Tapajós.

¹¹⁴ BATISTA, Djalma. *O Complexo da Amazônia: Análise do Processo de Desenvolvimento*. Manaus: Valer, 2007, p. 181.

¹¹⁵ O Mal-das-Folhas e provocado por um fungo *Mycrocyclus ulei*, que mata a seringueira por asfixia, causando a queda das folhas e redução da produtividade. Outras doenças fungicas também atacaram as seringueiras cultivadas no trópico amazônico como a “morte lenta” e o “apodrecimento do painel”. Estas doenças não atacaram as plantações do sudeste da Ásia ou do Oeste da África. Cf. BATISTA, Djalma. *O Complexo da Amazônia*. *Op. cit.*, p. 182.

¹¹⁶ DEAN, Warren. *A Luta pela Borracha no Brasil*. *Op. cit.*, p. 130.

Os insucessos ocorridos no plantio racional de seringueiras em terras amazônicas resultaram na transferência dos seringais da Ford Company para o governo brasileiro por um preço simbólico, em meados de 1945.

As três primeiras alternativas mostraram-se dispendiosas e contraproducentes em relação à urgência que o esforço de guerra exigia, por conseguinte, resolveram investir de forma maciça na alternativa tradicional de produção de borracha, ou seja, a extração do látex utilizando a mão-de-obra do seringueiro. Porém, a diversidade de espécies naturais produtoras de látex dificultavam a implementação de um processo extrativo eficiente.

Devido a tal conjuntura, imediatamente a Amazônia brasileira voltou a se tornar uma das principais fontes de borracha natural para o esforço de guerra dos aliados, já que possuía a maior quantidade da espécie vegetal que produzia maior e melhor quantidade de goma elástica. Por volta do início dos anos 1940 o Governo Brasileiro, por intermédio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, avaliava que a Amazônia possuía cerca de 300 milhões de seringueiras, com uma capacidade estimada de produção de 800 mil toneladas de borracha por ano, sem contar a produção marginal oriunda de outras fontes de látex como o caucho, a balata e a maniçoba. Tal capacidade produtiva observada apenas pelo aspecto técnico seria mais que o suficiente para atender as necessidades Americanas e de todos os seus aliados durante a guerra, porém os técnicos americanos não tinham efetivo conhecimento da realidade Amazônica e das dificuldades concernentes à extração do látex da seringueira.

As principais dificuldades para extração da goma elástica residiam na densidade de árvores por hectare de floresta, na quase completa desarticulação da cadeia produtiva de borracha da região, falta de transportes adequados para região, nos problemas burocráticos e principalmente na escassez de mão-de-obra nas regiões produtoras.¹¹⁷

No que tange a densidade das seringueiras nativas é de se observar que em cerca de um hectare de floresta tropical amazônica poderiam ser encontradas de 1 a 3 árvores, sendo que nas plantações racionais do oriente neste mesmo espaço estavam alocadas cerca de 200 plantas¹¹⁸. Some-se a isso a dificuldade de

¹¹⁷ MARTINELLO, Pedro. *A "Batalha da Borracha" na Segunda Guerra Mundial*. Op. cit., p. 94-99.

¹¹⁸ SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia*. Op. cit., p. 151.

deslocamento em meio à floresta fechada, onde existia o risco do enfrentamento com animais selvagens e peçonhentos, além dos conflitos com as populações indígenas, fatos estes que eram limitadores da majoração da produção de látex.

Outro aspecto relevante que impedia um aumento imediato da produção de látex de seringueira foi o desmonte da cadeia produtiva do primeiro período de exploração e o quase abandono dos seringais, ocasionado pela concorrência dos seringais asiáticos. Os preços irrisórios pagos pela borracha amazônica tornaram-na, como já se afirmou, um produto secundário na carteira exportadora da região, tornando caro e economicamente inviável continuar a investir neste produto. Por tudo isso, foi comum que os seringais abandonados tivessem seus varadouros e estradas de seringa fechados, pela retomada da mata. Muitos barracões foram abandonados e os antigos seringueiros que ainda resistiam na região dedicavam-se a outras atividades extrativas ou a agricultura de subsistência como forma de sobrevivência.

Reativar essa cadeia produtiva e tentar mudar o sistema de produção do antigo sistema de aviamento para um novo modelo de produção seria outro grande desafio a ser enfrentado objetivando retomada da produção extensiva de borracha na Amazônia.

Com relação aos transportes e à logística de escoamento da produção, é importante lembrar que em fins do Século XIX e início do século XX, com os altos preços atingidos pela borracha no mercado internacional, diversas casas comerciais resolveram investir no transporte na região amazônica, adquirindo barcos para o escoamento de seus produtos para o sertão amazônico, bem como para o transporte da borracha dos seringais para os portos de exportação. Com a derrocada da indústria gomífera, as frotas comerciais foram reduzidas ao mínimo, sendo basicamente mantida a navegação na área por navios do Serviço de Navegação e Administração dos Portos do Pará (SNAPP)¹¹⁹, que além de velhos e sucateados não atenderiam a demanda de um novo boom de produção como se desejava naquele momento.

Naquele momento diversos órgãos do governo norte-americano e principalmente do Brasileiro estavam envolvidos na busca de aumentar a

¹¹⁹ BOUÇAS, Valentin Fernandes. *Estudos Econômicos e Financeiros: meio século de trabalho*. Rio de Janeiro: Financeiras, 1953, p. 62.

produção de borracha natural. Uma miscelânea de siglas e letras que terminavam por mais dificultar que auxiliar nesta tarefa. Em decorrência disso o governo norte americano cria a *Rubber Development Corporation* (RDC), que ficaria célebre na Região Norte do Brasil e cujo objetivo principal foi concentrar todas as atividades ligadas ao programa Americano de produção de borracha. No âmbito brasileiro, o Governo Vargas criou a toda poderosa Comissão de Controle dos *Acordos de Washington*, bem como outros órgãos cuja familiaridade dos nomes será uma constante SAVA, SEMTA, CAETA.¹²⁰

A região Amazônica durante a maior parte de sua história nunca foi contemplada com efetivas políticas de saneamento que visassem livrar sua população de doenças endêmicas que de alguma forma aumentavam as taxas de mortalidade e reduziam a capacidade de trabalho de seus moradores, com consequências funestas para a produção de borracha. A insalubridade e o medo das doenças tropicais serviam como fator de desestímulo as migrações para Região Amazônica. As doenças também eram apontadas como fatores preponderantes na redução da capacidade de produção dos seringueiros. Com a necessidade de produção de borracha em grandes quantidades e a assinatura dos *Acordos de Washington* incluiu-se entre as cláusulas, uma que previa o combate às doenças que grassavam na região amazônica, que neste contexto de guerra tornara-se estratégica para a produção de borracha para atender as necessidades Norte Americanas. Desta forma, foi criado um órgão estatal com tal atribuição, o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), que com apoio do Governo americano buscou sanear a Região e auxiliar na triagem do principal insumo para produção de borracha, a mão-de-obra¹²¹, que sofria diretamente os efeitos da falta de suprimentos, medicamentos e assistência médica.

No início dos anos de 1940, portanto, após as debandada dos seringais com o fim do período de ouro da exploração do látex de seringa, restavam na Amazônia algo em torno de 30 a 35 mil seringueiros, que combinavam suas atividades de extração de látex com outras atividades extrativistas com a caça, a pesca e agricultura de subsistência. Considerando-se que produção média de um seringueiro era e continua a ser de cerca de meia tonelada de borracha por

¹²⁰ Serviço de Abastecimento do Vale Amazônico, Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia e Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para Amazônia.

¹²¹ ANDRADE, Rômulo de Paula. *A Amazônia vai ressurgir! Op. cit.*, p. 10.

safra¹²², seriam necessários pelo menos 100.000 seringueiros em plena produção para que se alcançasse a quantia de 50.000 toneladas anuais.¹²³

O incremento desta produção perpassava pela arregimentação de mão-de-obra que se internaria na selva amazônica em busca do “ouro branco”, para tanto o governo americano não mediu gastos, investindo cerca de US\$ 2.750.000.00 (dois milhões setecentos e cinquenta mil dólares).¹²⁴

De imediato o Governo Vargas iniciou uma institucionalização de um processo migratório nordestino que já perdurava de forma esporádica a cerca de 60 anos, bem como, buscou formas de incrementar a economia da Região Norte impulsionada pela imediata necessidade de consumo de seu principal produto de exportação, a Borracha.

Um dos principais problemas visualizados pelos empresários amazonenses que lidavam com a produção de borracha, além do preço¹²⁵ era, precisamente, a falta de mão-de-obra. Como afirma Cosme Ferreira Filho:

a inesperada transformação do panorama econômico do Estado, fazendo voltar a borracha à sua posição de preponderância no quadro de produtos regionais de exportação criou problemas novos, ou melhor, reatualizou antigos e insanáveis dificuldades. Dentre essas, entretanto, a que mais vivamente preocupa a quantos tem interesses ligados à produção daquela matéria prima e aos próprios círculos administrativos, é, sem dúvida alguma, a carência de braços.¹²⁶

Essa nova necessidade de produção gomífera retirou o vale amazônico da letargia econômica em que se encontrava, fazendo com que suas capitais voltassem a ter um sopro renovador de vida. Foram firmados acordos de cooperação e, rapidamente, cidades como Manaus, Belém, Rio Branco e Porto Velho foram tomadas por dezenas de agentes de órgãos americanos e brasileiros, com a responsabilidade de pensar estratégias de viabilização dos acordos de cooperação, dentre as quais a mais difícil e importante era trazer mão-de-obra e facilitar de toda a forma a retomada e a majoração da produção de borracha na região.

¹²² Todos os entrevistados pelo autor no curso da pesquisa afirmaram de forma categórica que um seringueiro bom, que não seja preguiçoso, trabalhando bem durante todo o fábriço consegue produzir até mil quilos de borracha. Depoimento de Ovídio Batista dos Santos, 85 anos.

¹²³ CORRÊA, Luiz de Miranda. *A borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial*. Op. cit., p. 40-41 e 89.

¹²⁴ Nos termos do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943.

¹²⁵ “22,11 cents, [era o valor da] libra-pêso em 1941”. FONSECA, Cássio. *A Economia da Borracha*. Op. cit., p. 139.

¹²⁶ FERRERIA FILHO, Cosme. *Porque Perdemos a Batalha da Borracha*. Op. cit., p. 115.

Dessa vez, ao contrario do que ocorrerá na primeira fase de exploração da borracha, onde o capital privado financiava a migração, agora o Governo brasileiro tomava para si o controle deste movimento para Amazônia, estribada no afluxo de capitais americanos e nas ideias de ocupação de vazio demográfico que serviam de mote para a *Marcha para o Oeste* proposta por Vargas.

A busca por uma majoração da produção gomífera a qualquer custo acabava por gerar ideias mirabolantes, que beiravam o ridículo e demonstravam o total desconhecimento das vicissitudes enfrentadas por aqueles que laboravam na produção de borracha na Amazônia, senão vejamos a noticia veiculada no Jornal O Acre, que se autointitulado Órgão Oficial de Comunicação do Governo do Território Federal do Acre:

Paraquedistas na *Batalha da Borracha* – Desbravadores Aéreos serão lançados de aviões na selva – um plano gigantesco de colaboração entre o os Estado Unidos e o Brasil. (..) Um porta voz do Secretário de Comércio (americano) Jesse Jones, que declarou que uma “Task Force” jogaria homens, por meio de paraquedas, dentro das áreas das selvas dos seringais.(...) Os desbravadores aéreos jogados de paraquedas, irão munidos de machadinhas, viveres e outros equipamentos.. Serão imediatamente abertas trilhas para os rios mais próximos e logo depois estas trilhas serão alargadas para permitir ate a descida de aviões. Desta maneira, espera-se encontrar uma solução rápida para o seríssimo problema de transportes da região Amazônica, o que será de extraordinário alcance econômico para o Brasil.¹²⁷

A expressão “jogar homens na selva” parece bem adequada para o que viria a ocorrer novamente nos anos 1940. Estava iniciada a *Batalha da Borracha*, porém, ficava evidente que aqueles que capitaneavam e conduziam esta empreitada “*não sabiam o que era borracha*”.

¹²⁷ *O Acre*, nº 694. Rio Branco, 16 de maio de 1943.

Capítulo 2

Soldados para uma Guerra Estranha

Vai-se de um a outro século na inaturável mesmice de renitentes tentativas abortadas. As impressões dos mais lúcidos observadores não se alteram, perpetuamente desinfluídas pelo espetáculo de um presente lastimável contraposto a ilusão de um passado grandioso.

*Euclides da Cunha*¹²⁸

A historiografia brasileira, e mais ainda a regional, incluindo-se aí autores como Arthur César Ferreira Reis, Djalma Batista e Antônio Loureiro, dentre outros, vem a largo tempo buscando esclarecer a temática das migrações para Amazônia, porém, seus estudos aferram-se ao período do chamado *boom* da extração do látex, situado entre o último quartel do século XIX e primeira década do século XX.¹²⁹

Com efeito, este período que exerce um fascínio, quase místico, nos historiadores, acaba por deixar na penumbra momentos outros da rica história amazônica. Como asseverou Maria Luiza Ugarte Pinheiro, tal fascínio se explica, parcialmente, pela sede de mostrar uma elite enriquecida pela borracha, reproduzindo uma história triunfalista¹³⁰, escorada em um recorte muito particular da história da Amazônia, desconsiderando, ou melhor, apagando os demais sujeitos deste fenômeno. Ficam de fora as pessoas de carne e osso, que não acendiam charutos com notas de mil-réis, mas que lutavam todos os dias por seu sustento, disputando e ressignificando os espaços sociais em que viviam, construindo uma experiência toda particular que foi deixada ao largo dos estudos acadêmicos por longos períodos. Isso significa dizer que a historiografia oficial

¹²⁸ CUNHA, Euclides da. *Um Paraíso Perdido: Ensaio, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

¹²⁹ BATISTA, Djalma. *O Complexo da Amazônia: Análise do Processo de Desenvolvimento*. Manaus: Valer, 2007; LOUREIRO, Antônio. *A Grande Crise*. *Op. cit.*, e REIS, Arthur César Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. *Op. cit.*

¹³⁰ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)*. 2ª ed. Manaus: EDUA, 2003.

atuou como reprodutora dos anseios de uma elite que, ufanista, buscava projetar sobre si imagens de modernidade e refinamento, passando a recriar discursivamente um passado “esplendoroso” para a cidade e a região. Dessa tradição historiográfica, Márcio Souza, em passagem emblemática, já havia definido os contornos, tachando-a de:

a mais oficial, a mais deformada, encravada na mais retrógrada e superficial tradição oficializante da historiografia brasileira. Pouco estudada, verdadeiramente abandonada, com uma bibliografia parca e documentação rara e saqueada por inescrupulosos que se julgam proprietários do passado.¹³¹

O certo é que, de forma intencional ou não, as migrações para a região norte do Brasil, pouco foram estudadas em sua plenitude quando tratamos de períodos diversos daquele chamado de período áureo da exploração de Borracha¹³². Um destes momentos colocados à margem da historiografia oficial é o da *Batalha da Borracha*, que, ocorrida durante a 2ª Guerra Mundial, patrocinou o deslocamento de massa significativa de população, principalmente nordestina, tendo como alvo e cenário o imenso sertão amazônico.

Muito frequentemente, a floresta Amazônica e a Amazônia como um todo foram e são vistas como um espaço deserto e selvagem, não por estarem fora do alcance do homem, mas por estarem fora da atividade humana¹³³, e por tal motivo, aptas a receber “desbravadores” e “civilizadores” de todas as matizes, que assim podem, no cenário amazônico, contrapor a natureza selvagem ao mais importante fruto da tecnologia e do espírito inventivo do homem: a civilização. Desconsiderava-se, assim, que desde tempos remotos a Amazônia já fora fartamente ocupada, estando repleta de culturas e povos que deixaram suas marcas indelévels na ecologia, nos costumes e na vida dos povos amazônidas.¹³⁴ A esse respeito, uma mudança de perspectiva tem se tornado possível desde o momento em que:

¹³¹ SOUZA, Márcio. *A Expressão Amazonense: Do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977, p. 17.

¹³² Uma contribuição importante, mas que não incorpora o período que aqui nos interessa – o da *Batalha da Borracha* – pode ser vista em: CANCELA, Cristina e CHAMBOUREYRON, Rafael. *Migrações na Amazônia*. Belém: Açáí, 2010.

¹³³ Veja-se a instigante perspectiva de LE GOFF, Jacques. “O deserto-floresta no Ocidente Medieval”. In: *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa, Edições 70, 1991, p. 43.

¹³⁴ PORRO, Antonio. *O Povo das Águas: Ensaio de Etno-História Amazônica*. São Paulo: EDUSP, 2004.

(...)se intensificaram os estudos arqueológicos e paleontológicos na região amazônica e começaram a aparecer inúmeros sítios arqueológicos com restos cerâmicos, solos de terra preta de índio, estruturas de terra escavada com formas geométricas visíveis do alto (geoglifos), diques, canais e outras construções de manejo da água e da pesca por toda a geografia da região. Essas descobertas somente poderiam ser explicadas numa situação de alta densidade populacional e pela existência de sociedades sofisticadas e capazes de modelar a paisagem circundante. Com isso, as teorias deterministas que dominavam o discurso segundo o qual a baixa densidade de indivíduos das atuais sociedades indígenas explicar-se-ia pelas fortes limitações ambientais ficam ultrapassadas. Hoje em dia, é consenso que, antes da chegada dos europeus, no período formativo (de 2.500 até 1500 AP), as sociedades nativas estavam organizadas e estruturadas em cacicados de alta complexidade social e com contrastada capacidade de transformar a natureza. Isso seria especialmente evidente nas áreas de várzeas, lagos e partes baixas dos grandes rios amazônicos. Assim, ao invés de limitadas pelo ambiente, as populações indígenas transformaram e manejaram o meio onde viviam, ao longo do tempo e de várias gerações, até conseguir domesticar a paisagem.¹³⁵

A academia e mesmo os governos, nacionais e estrangeiros, tinham a Amazônia como terra inculta e selvagem, um verdadeiro inferno verde. Nas palavras de Alberto Rangel, que consagrou essa expressão:

Inferno é o Amazonas... inferno verde do explorador moderno, vândalo inquieto, com a imagem amada das terras donde veio carinhosamente resguardada na alma ansiada de paixão por dominar a terra virgem que barbaramente violenta. Eu resisto a violência dos estupradores. (...) sou a terra prometida às raças superiores, tonificadoras e vigorosas, dotadas de firmeza, inteligência e providas de dinheiro; e que, um dia, virão assentar no meu seio a definitiva obra da civilização, que os primeiros imigrados, humildes e pobres *pionniere* do presente, esboçam confusamente entre blasfêmias e ranges de dentes.¹³⁶

Por este ponto de vista, a Amazônia era considerada como despovoada ou precariamente povoada por seres humanos que se encontravam em um estado assemelhado ao da selvageria, sendo ainda caracterizados por um marasmo imenso que os impediam de alcançar padrões societários e civilizatórios mais elevados sem o apoio externo. Esta ideia de atraso cultural, tecnológico e social, projetada pelas teorias raciais do século XIX e consagrada pelo senso comum, foi

¹³⁵ SCOLLES, Ricardo. Do rio Madeira ao rio Trombetas: novas evidências ecológicas e históricas da origem antrópica dos castanhais amazônicos, in: *Novos Cadernos NAEA*. v. 14, n. 2, p. 265-282, dez. 2011. Belém, p. 266-267.

¹³⁶ RANGEL, Alberto. *Inferno Verde*. 6ª ed. Manaus: Valer, 2008, p. 163.

igualmente assimilada e reproduzida pela academia¹³⁷, como demonstram as palavras de Djalma Batista:

Restaram na Amazônia, ainda, apreciáveis amostras da herança ameríndia no comportamento do povo. Uma delas, a mais típica, **é uma dose visível de preguiça reinante entre os habitantes do vale**, uma indisposição para o trabalho sistemático, um conformismo com o resultado dos modestos esforços realizados e uma permanente despreocupação com o dia de amanhã.¹³⁸

O caboclo, fruto da miscigenação do branco com o índio, é igualmente apresentado em termos depreciativos por diversos autores, como um ser preguiçoso e “apalermado”, igualmente incapaz de proporcionar o desenvolvimento e o progresso da região amazônica. Daí a necessidade de se trazer para Amazônia, de outras regiões, braços dispostos ao trabalho. Essa discussão fica evidente na fala de Alfredo Ladislau:

O juízo dominante, emitido a cada passo, sobre as qualidades morais e físicas dos mestiços da Amazônia, englobados, indiferentemente, sob a designação de caboclo e tapuios, é que eles são, em sua totalidade, fracos, indolentes, broncos e alcoólatras.¹³⁹

Esse discurso preconceituoso, que de certa maneira busca desconsiderar a qualidade humana ou a capacidade transformadora do nativo amazônico ou do mestiço, é evidente na obra de Ladislau, ao comparar os “mongo-malaios” e os mestiços ou nativos da Amazônia aos sertanejos nordestinos¹⁴⁰, colocando os primeiros na condição de inferiores moral e culturalmente. Essa não era, na verdade, uma ideia nova, pois já era defendida pelo casal Agassiz ainda no século XIX:

O mestiço de branco com índio, denominado *mameluco* no Brasil, é pálido e efeminado, fraco, preguiçoso, embora obstinado. Parece que a influência do índio tem a força justamente precisa para anular os altos atributos do branco, sem comunicar ao produto nada da sua própria energia.¹⁴¹

¹³⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

¹³⁸ BATISTA, Djalma. *O Complexo da Amazônia*. *Op. cit.*, p. 63. Grifos meus.

¹³⁹ LADISLAU, Alfredo. *Terra Imatura*. Manaus: Valer, 2008, p. 79.

¹⁴⁰ Idem, p. 78-88.

¹⁴¹ AGASSIZ, Luís e AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil 1865-1866*. Brasília: Senado, 2000, p. 488.

Essa ideia foi tomada como verdadeira, por sucessivos governos brasileiros, ao exemplo do governo militar que controlou o país de 1964 a 1984, cujo bordão para incentivar o deslocamento de sulistas para Amazônia era o de “Terra sem homens para homens sem terra”, sem considerar as populações que existiam, viviam e sobreviviam na região.

No período do Estado Novo, com o lançamento da *Marcha para o Oeste*¹⁴², Vargas busca ocupar os “espaços vazios” do território nacional, com homens válidos e capazes de empreender a missão civilizadora e salvadora de controlar a natureza, dela retirar o que puder ser fornecido e principalmente ocupar os locais mais isolados do Brasil, ao exemplo das fronteiras e da Amazônia.

A “Marcha” e o seu complemento de ocupação da região amazônica tinham como objetivo a colonização, a fixação da família sertaneja nos territórios interiores. Num discurso pronunciado em Belém, em 1933, Vargas afirmava que o desafio maior para a Amazônia era transformar a exploração nômade em sedentária, e para isso era necessário povoá-la, colonizá-la, fixar o homem à terra.¹⁴³

Tal discurso foi retomado pelo Presidente Getúlio Vargas no festejado *Discurso do Rio Amazonas*, proferido no dia 10 de novembro de 1940, no salão do Ideal Club, em Manaus:

Vulgarizou-se a noção, hoje desautorizada de que as terras equatoriais são impróprias à civilização. (...) Nada nos deterá nesta arrancada que é, própria do século vinte, a mais alta tarefa do Homem Civilizado:
– Conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade em energia disciplinada. ...¹⁴⁴

A necessidade de “civilizar” tais terras e de ocupá-las, “retirando-as do atraso” e inserindo-as na economia capitalista de guerra vigente, no discurso de Vargas, se coadunou com a necessidade imperiosa de mão-de-obra para produção de borracha sentida na região¹⁴⁵, após a quebra da economia gomífera nas

¹⁴² A *Marcha para o Oeste* era um programa do Estado Novo que buscava resgatar o espírito bandeirante e desbravador dos Brasileiros. Em verdade o que se buscava era manter o homem do campo em seu local, evitando seu deslocamento para as cidades, onde poderiam aumentar a tensão social, além de retirar das cidades os excedentes populacionais indesejados.

¹⁴³ SECRETO, Maria Verônica. A Ocupação dos “Espaços Vazios” no Governo Vargas. *Op. cit.*, p. 119.

¹⁴⁴ VARGAS, Getúlio. *Discurso do Rio Amazonas*. Belém: Oficinas Gráficas Lauro Sodré, 1943, p. 1.

¹⁴⁵ Com o desmantelamento da indústria gomífera, muitos trabalhadores optaram por abandonar os centros produtores de látex e buscar outras oportunidades de sobrevivência nas cidades e em

primeiras décadas dos séculos XX. Novamente, essa conjuntura transmuda, ao menos discursivamente, a Amazônia, de sertão, floresta selvagem e deserta, em Eldorado e terra da fartura, tudo isso sob os auspícios do Governo Federal e de suas agências fomentadoras de migração. Nas palavras de Vargas, tratava-se de “incorporar a Amazônia ao corpo da Nação”. Essa campanha iria se intensificar com o ingresso do Brasil na Guerra e a assinatura dos *Acordos de Washington*.

O *Discurso do Rio Amazonas*, proferido por Getúlio Vargas, marcou para o Estado Novo e para os seus representantes na Amazônia, uma inflexão nas políticas do poder central em relação ao vale amazônico. Esta fala presidencial, repetida pelos agentes do Estado, principalmente na pessoa dos interventores dos maiores Estados amazônicos (Amazonas e Pará), era, como tantos outros eventos, fabricada para mostrar à população a figura de um grande líder preocupado com os caminhos adotados pela pátria¹⁴⁶. De resto, fazia ainda a apologia do sistema ditatorial imposto pelo Estado Novo, já que asseverava que somente por intermédio de uma liderança forte e presente, como a de Vargas, a Amazônia e o Brasil ocupariam um lugar de grandeza no concerto das nações mundiais.

Revestido com um tom messiânico e apelando para os instintos de religiosidade da população brasileira, Vargas apresenta o vale amazônico como a terra da promessa (ver Figura 1), explorada e esquecida, porém, promissora; ideário que em momento futuro seria reproduzido nas campanhas de arregimentação promovidas pelo governo. No discurso deslindado por Vargas, a arrancada da Amazônia rumo a este destino promissor aguardava a chegada de um povo capaz de explorá-la adequadamente e inseri-la nos trilhos do desenvolvimento e da civilização.

Apresentando-se como salvador da Amazônia e seguindo os trilhos da *Marcha para o Oeste*, Vargas buscava, por intermédio deste e de outros discursos a ele associados, reafirmar a necessidade de que a Amazônia fosse ocupada por um povo que em outras épocas já havia demonstrado aptidão e patriotismo suficiente para conquistar e anexar grandes extensões de terras ao corpo da pátria. Em suas palavras:

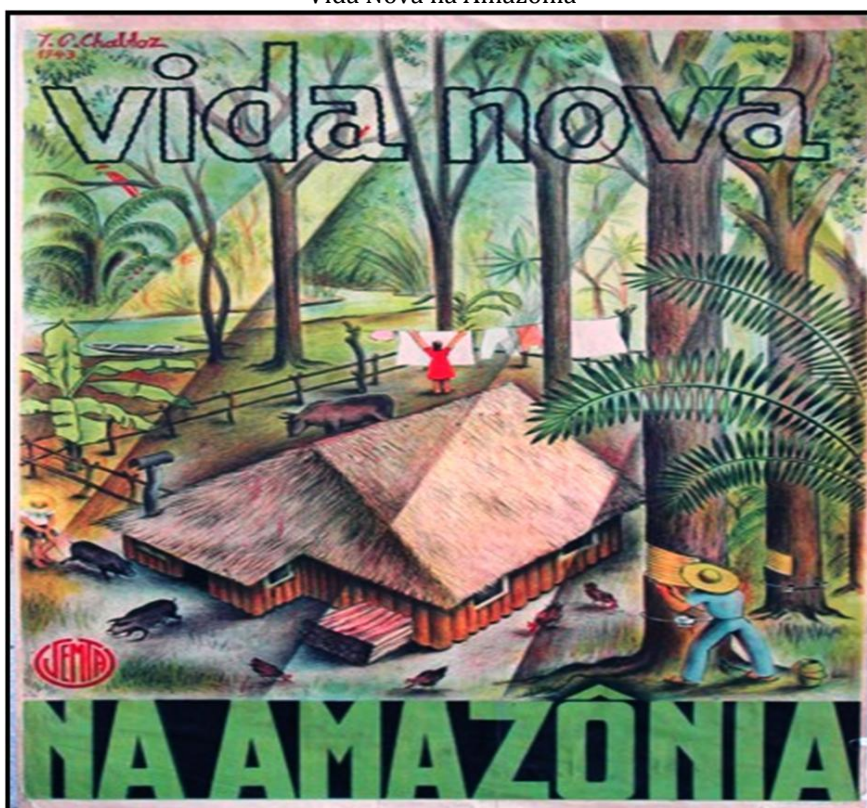
outras regiões do país, provocando uma escassez da mão-de-obra nos seringais. Cf. REIS, Arthur César Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. *Op. cit.*, p. 73 e 74.

¹⁴⁶ Sobre o propagandismo varguista e o culto ao personalismo, empreendido em seu governo, convém conferir: CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em Cena: Propaganda política no varguismo e peronismo*. 2ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

O nordestino, com o seu instinto de pioneiro, embrenhou-se pela floresta, abrindo trilhas de penetração e talhando a seringueira silvestre para deslocar-se logo, segundo as exigências da própria atividade nômade. E ao seu lado, em contacto apenas superficial com esse gênero de vida, permaneceram os naturais à margem dos rios, com a sua atividade limitada à caça, à pesca e à lavoura de vazante, para consumo doméstico. Já não podem constituir, por si sós, esses homens de resistência indobrável e de indomável coragem, como nos tempos heróicos da nossa integração territorial, sob o comando de Plácido de Castro e a proteção diplomática de Rio Branco, os elementos capitais do progresso da terra, numa hora em que o esforço humano, para ser socialmente útil, precisa concentrar-se técnica e disciplinadamente. O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto.¹⁴⁷

Como um Moisés da nova Canaã, Vargas, com todos os meios de que dispunha, instigou o povo nordestino e, em especial o cearense, a assumir esse papel por ele desenhado e, assim, deslocar-se para a Amazônia.

Figura 1:
Vida Nova na Amazônia



Acervo Jean Pierre Chabloz – Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará.

¹⁴⁷ VARGAS, Getúlio. *Discurso do Rio Amazonas*. Op. cit., p. 6.

Em outras épocas (fins do século XIX), o cearense, movido pela necessidade e tangido pelas intempéries climáticas, já havia se deslocado para a Amazônia, buscando extrair o ouro vegetal. Ali, em conjunto com outros segmentos minoritários de migrantes nacionais e estrangeiros, lutou, desbravou e incorporou ao Brasil as terras do Acre boliviano. Agora, em meados do século XX, não se via mais premido apenas pela seca, mas tocado em seus brios e patriotismo, instado a vir novamente para o vale amazônico, ajudando a incorporá-lo como um todo ao corpo da nação brasileira. É o que se infere da própria fala de Vargas em discurso proferido na cidade de Fortaleza em 15 de outubro de 1940, logo após voltar de sua viagem a Amazônia:

Venho da região amazônica, do extremo Norte do país, daquelas zonas de águas extensas banhando vastas campinas verdes e densas florestas, e a maneira como fui recebido pelas populações do Amazonas, o modo unísono e confiante das demonstrações de patriotismo e de entusiasmo de que fui alvo, fizeram exultar o meu espírito de brasileiro. Enquanto percorria o prodigioso vale, a cada momento, lembrava-me de vós.

Numa época em que o Nordeste era assolado pela seca, em que as populações, deixadas ao abandono, procuravam, por si mesmas, recursos para não morrer, os nordestinos, principalmente os cearenses, começaram a emigrar para a Amazônia. Saíram da terra flagelada, transferiram-se para outra, onde havia abundância de água, onde a própria planície verde parecia encharcada pelo rio mar. E o cearense adaptou-se à nova vida, avançou através da mata virgem, foi o pioneiro da Amazônia, afrontando perigos sem conta, audaz, heróico, persistente. Embrenhado na floresta, foi ter aos confins do Brasil, reivindicando para a Pátria e incorporando à soberania nacional cerca de 200.000 quilômetros quadrados todo o território acreano. E essa obra é vossa, cearenses.¹⁴⁸

Assim, durante todo o Estado Novo o governo viu como um dos principais problemas para o progresso e integração da Amazônia ao resto do país a escassez populacional¹⁴⁹, a precariedade no sistema de transporte (aquaviários principalmente) e a falta de saneamento básico, provocando uma forte e perigosa insalubridade na região. Retomar o povoamento da Amazônia era além de tudo, segundo os ideólogos do Estado Novo, uma forma de impedir a influência

¹⁴⁸ VARGAS, Getúlio. *O Ceará e os seus Homens de Trabalho*. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, s/d. p 4 e 5.

¹⁴⁹ Desde o fim do primeiro ciclo da borracha a população de migrantes e de seus descendentes na região amazônica sofreu um decréscimo, fruto, sobretudo do tipo de exploração que se fazia no seio da indústria gomífera, desestimulando ou mesmo proibindo a fixação do homem a terra, por intermédio da agricultura. Cf. CARDOSO, Fernando Henrique e MÜLLER. *Amazônia: Expansão do Capitalismo*. Op. cit., p. 28.

estrangeira numa área que até aquele momento estava colocada na margem do desenvolvimento do resto da nação, algo que posteriormente o regime militar incorporaria com o mote de “ocupar para não entregar¹⁵⁰”. Não é outro o pensamento do Chefe do Governo:

E a nós, povo jovem, impõe-se a enorme responsabilidade de civilizar e povoar milhões de quilômetros quadrados. Aqui, na extremidade setentrional do território pátrio, sentindo essa riqueza potencial imensa, que atrai cobiças e desperta apetites de absorção, cresce a impressão dessa responsabilidade, a que não é possível fugir nem iludir.¹⁵¹

Os órgãos governamentais do Estado Novo apontavam ainda, em consonância com a fala de Vargas, que o espírito nômade e aventureiro do primeiro ciclo de exploração de borracha era um dos causadores da escassez populacional após a derrocada daquela indústria. Vejamos as palavras contidas na documentação produzida pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia (SEMTA):

As correntes imigratórias se processam debaixo de estímulos de caráter econômico e social. Os que imigram, por espírito de aventura, não se fixam permanentemente a terra, trazendo a descontinuidade à marcha da economia pela não estabilidade da mão de obra.¹⁵²

De acordo com as ideias apresentadas por Vargas, para enfrentar as agruras do vale amazônico e fixar-se a terra para inclui-la no caminho do progresso da nação, só o povo escolhido que havia dado prova de seu valor. O migrante nordestino por sua índole de bravo e de homem calejado pela história e pela geografia de sua região, não fugiria aos problemas do vale amazônico, ao contrário, iria até lá solucioná-los, desde que instruído e amparado pelo Estado, não mais, segundo ele, com o espírito de aventura, mas sim, de amor patriótico e de fé nos destinos da nação.

O discurso e as estratégias legitimadoras dos interesses governamentais para uma mais efetiva intervenção no espaço amazônico encontraria no contexto

¹⁵⁰ Para um maior aprofundamento sobre o período da ditadura militar e sobre a política de integração nacional ver SANTANA, Arthur Bernady. A BR-163: “ocupar para não entregar”, a política da ditadura militar para a ocupação do “vazio” Amazônico. In: *Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética*. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

¹⁵¹ VARGAS, Getúlio. *Discurso do Rio Amazonas*. Op. cit., p. 1 e 8.

¹⁵² BRASIL, *Coordenação da Mobilização Econômica. Esboço Geral do Livro do SEMTA*. 1943. Cx 50. Doc. 62, p. 5.

da guerra uma ocasião ímpar, que Vargas soube aproveitar com oportunismo. Desta forma, um movimento coordenado de deslocamento de populações regionais trazia em seu bojo uma clara feição militarizada, derivada igualmente do momento de ditadura que o Brasil vivia. Essa motivação belicista servia como forma de apelar para o patriotismo daquelas populações que se queria atingir, associando a imagem do migrante a de um soldado, de um combatente da liberdade, de um patriota em sua essência.

Esses territórios, situados nas fronteiras do país, principalmente na fronteira oeste, eram considerados estratégicos pelo Estado Novo, que, durante o segundo grande conflito mundial, transformou várias destas áreas em territórios federais, como o Guaporé (atual Estado de Rondônia) e o próprio Acre:

...em 1942, durante o momento do conflito mundial, com Getúlio Vargas, estes espaços serão de fato transformados em unidades federativas sob o estatuto de "Territórios Federais", sob alegação fundamental de estarem na fronteira e serem desabitados, portanto sujeitos às pressões externas. Estes novos entes federativos passam assim a ser controlados pela União, em nome da "Segurança Nacional".¹⁵³

O discurso belicista da época servia igualmente para afirmar para as outras nações amazônicas e para outros países da América, que o vale do rio Amazonas estava não apenas ocupado por brasileiros, mas por soldados brasileiros. Funcionava, portanto, como uma forma de dissuadir quaisquer pretensões sobre esta terra, frequentemente pretendida e ameaçada por potências estrangeiras¹⁵⁴. Tal política, arraigando-se num forte nacionalismo assumido pelas forças armadas brasileiras, seria, em grande medida, retomada pelos governos militares no pós 1964.

Com efeito, mesmo antes de o Brasil romper relações diplomáticas com os países do Eixo Roma/Berlim, a guerra já estava presente no dia-a-dia dos brasileiros, por intermédio das notícias (apesar da censura) de jornal, do rádio e até das revistas de variedades. O ambiente de guerra iminente podia também ser verificado de forma mais direta por intermédio dos sistemáticos racionamentos de alimentos, de combustíveis e de borracha. Nesse período os treinamentos de

¹⁵³ NOGUEIRA, Ricardo José Batista. *Amazonas: A divisão da Monstruosidade Geográfica*. Manaus: EDUA, 2007, p. 17-18.

¹⁵⁴ Cf. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 65.

defesa passiva eram recorrentes, mesmo em cidades que, distantes do litoral, teriam chances quase nulas de serem atacadas, como é o caso de Teresina, capital do Piauí. Todavia, esses treinamentos serviam para manter a população em situação de alerta quanto à situação de guerra:

O Serviço de defesa passiva antiaérea foi criado no Brasil em fevereiro de 1942 em decorrência do rompimento de relações diplomáticas do governo brasileiro com os países do Eixo. No entanto, após a efetivação do estado de beligerância em agosto de 1942, foram criados departamentos regionais de defesa passiva, inclusive no Estado do Piauí.¹⁵⁵

Esse clima de guerra ficou na memória daqueles que viveram principalmente nas capitais do nordeste, no período da 2ª Guerra Mundial, e em especial, no polo irradiador da campanha de recrutamento dos *Soldados da Borracha*, Fortaleza, como podemos inferir da fala de Blanchard Girão:

Entre nós, o espírito de guerra acentuou-se. A cidade realizava exercícios preparatórios contra possíveis ataques aéreos, que felizmente nunca ocorreram. Mas a gente sentia o conflito cada vez mais perto de nós nas noites dos denominados blecautes. Recordo bem de minha saudosa mãezinha, com as filhas, a pregar papéis escuros nas vidraças das janelas, dentro da orientação recebida dos inspetores de quartelão encarregados dos exercícios. De fato, a coisa parecia mesmo com guerra.¹⁵⁶

Após a declaração de guerra, o processo se agudiza e se explicita, enquanto a propaganda governamental, por meio de seus tentáculos no interior dos meios de comunicação de massas, inspirava o terror, alardeando a presença de “quinta-coluna”¹⁵⁷ no interior do país. Mais ainda, atribuíam-se as limitações ao transporte marítimo à campanha imposta pelas “alcateias”¹⁵⁸ de submarinos alemães e italianos que variam os mares e faziam incursões pela costa brasileira, causando verdadeiro terror aos que navegavam por aquela área naquele período.

¹⁵⁵ BRANCO, Manoel Thomaz. *O Brasil da II grande guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960, p. 118.

¹⁵⁶ GIRÃO, Blanchard. *O Liceu e o Bonde na Paisagem Sentimental da Fortaleza Província*. 2ª ed. Fortaleza: ABC, 1997, p. 61.

¹⁵⁷ Pessoa que atua sub-repticiamente num país, preparando ajuda ao invasor em caso de invasão, ou fazendo espionagem e propaganda a favor daquele; quinta-colunista.

¹⁵⁸ “No campo operacional, o Almirante Doenitz desenvolveu uma tática para enfrentar o sistema de navegação protegida coletiva (os comboios), sua ideia consistia em atacar os comboios com alcateias de U Boots que em alguns casos chegavam a agrupar mais de dez submarinos”. Cf. CAVALIN NETO, Francisco. *Kriegsmarine: Os Corsários do III Reich*. São Paulo: 24 Horas, 2010, p. 49.

A se tomar como seguros os diversos depoimentos de antigos *Soldados da Borracha*, este espírito atemorizador da guerra também esteve presente na vida dos migrantes nordestinos antes mesmo do deslocamento para a Amazônia. Lembram que já no momento de fazer a opção entre ir para guerra ou para Amazônia e mesmo durante o seu deslocamento para o sertão amazônico, realizavam condutas e posturas preventivas dentro dos navios transportes.

Assim, Melquisedec Barroso Soares, *Soldado da Borracha* recrutado no Ceará, lembra claramente desses receios e dos cuidados que precisavam ter no deslocamento:

Saí de casa dia 27 de dezembro (1944), no dia 1º (de janeiro de 1945) embarcamos à noite (no porto de Fortaleza). Naquele tempo embarcava meia noite. O navio se chamava Pará, tinha sido tomado da Alemanha na primeira Guerra Mundial. Embarcamos e fomos até Belém. O "Helicopi" passa o dia em cima do navio e um navio, chamado caça-mina passava o dia rodando o navio, dia e noite. E o "helicopi" lá em cima, bem baixinho. Agente ficava dentro do navio, aquilo de noite ninguém nem fumava e nem conversava. No dia do embarque o comandante disse logo, quem for pegado fumando, vai pro porão e só sai em Belém. Se um fuma morre todo mundo com o torpedo no navio. O submarino pega uma ponta de cigarro com 20 milha de distância. De noite agente também conversava bem baixinho, por que a voz ele pegava também com 20 milha. ¹⁵⁹

O mesmo sucedeu com Joel Batista Ribeiro, recrutado no Paraíba, que também rememora aqueles momentos de tensão:

Nós ficamos oito dias em Cabedelo, logo com uns 3 dias encostou o navio, que era o navio Comandante Rippel¹⁶⁰. Quando deu 6 horas da tarde, na hora que nós estava pegando a xepa, com o prato na mão pra tirar a comida, aquela fila de gente para tirar a comida, aí o navio pagou todas as luz, ninguém podia fumar, ninguém podia falar, por que eles avistaram um submarino, que era no tempo da guerra. Neste tempo afundaram o Baependi, fundaram outros e outros navio que realmente funcionavam nessa linha. Aí o Comandante apelou para todas as força da máquina, pra nós se defender pelo navio. Não tinha nada nos protegendo. O navio funcionou a noite todinha, quando foi negócio do outro dia, 9 horas do dia, o navio no meio do mar mesmo parou e arriou a âncora. Aí depois para esfriar a máquina, pra pode seguir. O submarino já tinha desaparecido. Antes do navio levantar âncora para seguir viagem nos avistemos um avião. Ele rodou, rodou e nos ajudou, depois seguiu viagem no rumo de Belém, aí foi quando o Navio levantou ancora e nós saímos. Daí nos gastamos ainda dois dias com duas noites pra chegar em Belém. Mas não tivemos mais problema com submarino. ¹⁶¹

¹⁵⁹ Depoimento do Sr. Melquisedec Barroso Soares, realizado pelo autor na cidade de Rio Branco, no dia 16 de janeiro de 2012. Optamos por manter as falas dos depoentes o mais próximo do original, visando evitar interferências no sentido de seus discursos.

¹⁶⁰ Chamado de "navio da borracha", o "Comandante Ripper carregado de centenas, às vezes um milhar, de nordestinos aventureiros fazia quinzenalmente a travessia de Fortaleza ou de S. Luiz do Maranhão para Belém". (www.2guerra.com.br, acessado em 4 Fev. 2012).

¹⁶¹ Depoimento do Senhor Joel Batista Ribeiro, concedido ao autor na cidade de Rio Branco, no dia 18 de Janeiro de 2012.

A migração nordestina para Amazônia, partindo da fala oficial do Presidente Getúlio Vargas, deixa de ser um movimento espasmódico, condicionado em sua maioria pela seca, para tornar-se uma campanha oficial, uma verdadeira campanha de guerra. Ela passa a ocorrer as expensas do Estado Brasileiro, depois auxiliada pelo capital norte americano, que apela não só para a imagem associada ao êxodo dos Judeus para terra prometida, mas também utilizando-se do espírito de patriotismo e dedicação integral à pátria, apregoado pelo Estado Novo, como fica claro no *Livro do SEMTA*:

Raiou, assim, em face da realidade, um novo direito substancialmente social, nitidamente nacional. É que se aproximava a hora tumultuária da guerra, na qual todos os ímpetos criadores devem dirigir-se para a pátria, principalmente os de ordem jurídica, que imprime a verdadeira uniformidade de vida e de relações, quer sociais, quer econômicas. (...) Recrutar e encaminhar **os soldados do “Exército da Borracha”** é iniciativa mais arrojada até hoje levada a frente na América do Sul, por que os que movimentam massas civis, buscando a fixação do homem a terra, transportam cidades, no conceito romano.¹⁶²

O discurso de Vargas apresenta uma visão de onipotência, de busca de uma unidade da nação para a sua sobrevivência no interior do conflito e sua consagração como protagonista no cenário mundial. Porém, discursos por si só são incapazes de mover os desejos de todos os cidadãos. Não devemos esquecer que a simples fala do presidente ou de seus assessores não é suficiente para promover, por exemplo, o deslocamento de milhares de pessoas para Amazônia. O concerto subjetivo da tomada de decisão por parte do indivíduo perpassa por diversos outros caminhos que nem sempre são facilmente mapeáveis. A ideia de que o Estado tem absoluto controle sobre a população é ilusória, pois no seio da população, mesmo em um regime de força, como o Estado Novo, surgem vozes divergentes ou mesmo contrárias aos desígnios do Estado e dos governantes. Essas falas dissonantes são, todavia, reconhecidas pelo Estado, mas este, de alguma forma, tenta escamotear as opiniões divergentes acusando seus propaladores de lesa-pátria ou traidores:

Eis o que cabe fazer aos brasileiros de boa vontade (crer nas palavras do Presidente), em se tratando de colonização dos vales irrigados pelo

¹⁶² *Livro do SEMTA, Op. cit.*, p. 7 e 12. Grifos nossos.

Amazonas. Toda indiferença no encarar os magnos problemas relacionados com a produtividade dessas terras, por isso mesmo, é um crime contra a pátria.¹⁶³

Se o deslocamento de nordestinos para Amazônia nos anos 1940 teve como mote oficial o *Discurso do Rio Amazonas*, idealizado e proferido por Vargas, outros motivos impulsionaram os sujeitos a se deslocarem, abandonando sua terra natal. A propaganda pode ter estimulado, assim como também influíram problemas familiares, a busca por nova condição de vida, por relações de trabalho mais dignas, a ilusão da fortuna, etc. Neste sentido corrobora nossa posição a fala de Isabel Cristina Guillen:

A propaganda tem uma eficácia, como o poder tem positividade, que não lhe é próprio, mas relacional, pois vai ao encontro de anseios múltiplos, como o desejo de uma nova vida, de uma terra própria, de dinheiro para solucionar problemas, apenas para citarmos algumas razões postas pelos migrantes ao atender o chamado da propaganda.¹⁶⁴

Para o Estado, os braços que mais se coadunavam com as necessidades daqueles momentos eram os dos nordestinos, que, como no primeiro período de extração da borracha, seriam os únicos capazes e motivados o suficiente a realizar a exploração da seiva da seringueira e impulsionar a economia e, conseqüentemente, o progresso da região.

A propaganda implementada pelo Estado Novo, moderna, seja pela utilização de “novas” tecnologias de comunicação, como o rádio, seja pela contratação de um profissional para a produção de material gráfico – Jean Pierre Chabloz –, tinha como mote arregimentar quaisquer homens válidos e capazes de desbravar e se fixar no sertão amazônico. Com isso, as imagens produzidas tinham um caráter visual forte, somada ao fato de que a população para quem era dirigida, era constituída em sua maioria por analfabetos. As imagens apelavam não só para o contraponto entre a fartura da Amazônia e a pobreza e aridez do nordeste, mas também primava por apresentar a possibilidade de mudança de uma condição social, anunciando uma riqueza almejada por muitos, que, desta feita, deixariam de ser trabalhadores pobres para tornarem-se pequenos proprietários de suas glebas. Além disso, tais imagens apresentavam o *Soldado da Borracha* como um

¹⁶³ *Livro do SEMTA, Op. cit.*, p. 2.

¹⁶⁴ GUILLEN. Isabel Cristina Martins. *Errantes da Selva: Histórias da migração nordestina para a Amazônia*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006, p. 97.

combatente tão importante para o esforço de guerra quanto o soldado das Forças Armadas. Essa propaganda, que como vimos, era dirigida em sua maioria ao povo do nordeste, buscou uma forma de justificar a condução destes homens para Amazônia, somado a uma proteção do Estado e do chefe da nação. Não é outra a ideia defendida por João Ernani Furtado Filho:

Objetiva-se precisar a intenção da propaganda: não queria seduzir pioneiros; queria conduzir trabalhadores de capacidade comprovada. Em um estado de conflagração, a analogia entre o soldado e o trabalhador espraiasse para a lógica do recrutamento. A sutileza dessa propaganda é desejara mobilização de um contingente bem maior do que aquele dos recrutáveis; para quem, talvez, ela fosse até redundante. A propaganda da "*Batalha da Borracha*" operou-se em registros impressos, visuais e sonoros; compensou materialmente certas simbologias e buscou apartar-se da publicidade, aduzindo que não visava a um "público", mas que era dirigida a um "povo". Sua finalidade não seria tão somente estimular o alistamento de homens (às vezes, com família já constituída), mas conferir legitimidade aos processos de seleção, treinamento e trabalho dessas pessoas.¹⁶⁵

Por intermédio do propagandismo estatal, a Amazônia, outrora lugar distante e inóspito, repleto de doenças e de animais peçonhentos, acaba sendo, com a generosa colaboração de Chabloz, novamente apresentada de forma idílica (ver Figura 2). Mesmo assim, é possível pensar que ela foi igualmente vista (percebida) de forma distinta e significou, para as elites e para as populações afastadas das tomadas de decisões perspectivas diferenciadas. Enquanto a elite a considerava como um local de exílio, de desgraçamento, de descoberta, de solidão, um lugar a ser desbravado ou ainda um lugar para se passar por provações e purificações; os extratos inferiores da sociedade, mais suscetíveis à sedução do propagandismo estatal viam a Amazônia como um lugar de oportunidades, de esperança, uma terra onde se poderia exercitar seu maior desejo: a liberdade.

É recorrente no discurso oficial o argumento de que, para solucionar a apatia do caboclo e restaurar a força produtiva dos seringais, era necessária a vinda de elementos do Nordeste. Trabalhadores que seduzidos pela propaganda governamental serão capazes de dar seu sangue e suor para tirar, dias a fio, leite das seringueiras, objetivando um dia ter saldo para retornar a seu torrão natal em melhores condições financeiras do que partiram, ou ainda desejando fixarem-se

¹⁶⁵FURTADO FILHO. *A batalha da borracha: alguns aspectos e sua propaganda*. In GONÇALVES, Adelaide; COSTA, Pedro Eymar Barbosa (Orgs.). *Mais borracha para vitória*. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal, 2008. p.32-33

num pedaço de terra seu, e passarem de migrantes a colonos enraizados em seus próprios domínios.

Figura 2:
Amazônia Terra da Fartura



Acervo Jean Pierre Chabloy – Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará

Ao se tomar a fala de Vargas, abaixo transcrita, percebe-se com clareza que o discurso oficial delineia um sonho que o nordestino, cheio de demandas e agruras, acalenterá ardentemente:

O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto. ¹⁶⁶

É certo que os nordestinos, mormente os cearenses, foram os precursores das migrações para as terras amazônicas em busca do látex, desde meados do XIX, porém, estes não foram os únicos a vir para Amazônia. Neste momento, aliciados por circunstâncias climáticas desfavoráveis (mas não só por isso), por promessas

¹⁶⁶ VARGAS, Getúlio. *Discurso do Rio Amazonas. Op. cit.*, p. 2.

de que a Amazônia era, enfim, a “terra prometida”, de que haveria total apoio do governo, e também influenciados pelo fortíssimo apelo belicista da propaganda estadonovista, milhares de cidadãos brasileiros, principalmente nordestinos, não apenas cearenses, mas também, paraibanos, piauienses e baianos, além de migrantes de outras regiões, como os cariocas¹⁶⁷, e mesmo de estrangeiros, de diversas nacionalidades, como portugueses, espanhóis, lituanos, romenos e tchecos¹⁶⁸ seguiram para a Amazônia, visando trabalhar em busca de “mais borracha para vitória”, como dizia um bordão governamental.

Não existem dados precisos acerca da quantidade de “*Soldados da Borracha*” recrutados, porém às informações variam entre 50 mil¹⁶⁹ e 60 mil¹⁷⁰. Martinello assevera que foram deslocados para Amazônia cerca de 55 mil trabalhadores no período de 1941 a 1945¹⁷¹:

Em levantamento que efetuamos, pudemos verificar que os vários serviços encarregados do recrutamento e encaminhamento, usados e criados pelo governo para o provimento de mão-de-obra para a *Batalha da Borracha* (DNI, SEMTA, CAETA e FBC – Fundação Brasil Central), enviaram entre 1941 a 1945, 55.339 pessoas à Amazônia e Mato Grosso, dentre os quais 36.280 eram homens aptos para o corte da seringa e 19,059 eram dependentes (crianças, mulheres e anciãos).¹⁷²

Não só a seca e a fome influíram nessa decisão. É preciso lembrar ainda o autoritarismo dos chefes políticos nordestinos - os “coronéis” -, e até mesmo o fim

¹⁶⁷ Em conversa informal durante o 1º Congresso Pan-Amazônico de História Oral realizado na cidade de Belém, em março de 2012, Eurípedes Funes afirmou a este autor que, alguns *Soldados da Borracha* utilizavam a aba de seus chapéus de palha com afrente batida, ao estilo dos cangaceiros, para se diferenciarem de *Soldados da Borracha* de outras origens, especialmente cariocas, que eram considerados malandros e pouco afetos ao trabalho.

¹⁶⁸ Relatório do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), relativo ao Albergue da Boa Vontade no primeiro bimestre de 1943. Arquivo Paulo de Assis Ribeiro. AP 50, Cx 5, Pasta 1, Doc. 62.

¹⁶⁹ SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da Borracha: Trabalhadores entre o Sertão e a Amazônia no Governo Vargas*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo. 2007, p. 37.

¹⁷⁰ De acordo com o site www.portalamazonia.globo.com/pscript/amazoniadeaaz/artigoAZ.php?idAz=130. Acessado em 23 Set 10, as 23h30min.

¹⁷¹ O autor teve acesso aos arquivos do SEMTA relativos ao pouso de Tapanã, localizado na cidade de Belém, no ano de 1943, onde pode constatar que entre 20 de fevereiro e 02 de outubro de 1943, passaram por aquele pouso, com destino aos seringais, nada menos que 10.490 homens solteiros (*Soldados da Borracha*). Se fizermos uma proporção abrangendo o período de março de 1942, quando foram assinados os *Acordos de Washington* e maio de 1945, data do fim da 2ª Guerra, teremos, considerando um deslocamento constante teríamos um deslocamento estimado de aproximadamente 42 mil homens, sem contar aqueles que se deslocaram por meios próprios e aqueles que levaram suas famílias. Arquivo Paulo de Assis Ribeiro. AP 50, Cx 5, Pasta 2, Doc. 43 a 52.

¹⁷² MARTINELLO, Pedro. A “*baralha da borracha*” na Segunda Guerra Mundial. *Op. cit.*, p. 340.

dos grupos de cangaceiros¹⁷³, como fatores que também influenciaram a decisão de abandonar o semiárido nordestino em direção a úmida floresta tropical. Não se deve esquecer ainda os dramas pessoais, como as dissoluções familiares, ou mesmo a possibilidade de fugir a um recrutamento em período de guerra, que poderia resultar em deslocamento para os campos de batalha da Europa. Some-se a tudo isto o sonho do Eldorado Amazônico, da terra onde o leite valioso da seringueira brotava aos borbotões, gerando riquezas incomensuráveis.

É frequentemente relegado a um segundo plano o fato de que os deslocamentos podem ser vistos também como uma forma de resistência, de não aceitar passivamente as condições que lhes eram impostas em seus locais de origem, como o desemprego e a falta de perspectivas sociais. Esta dimensão de resistência não se dissipa pelo simples fato de o deslocamento ser, por vezes realizado sob o auspício e patrocínio dos governos federais e estaduais. Em muitos casos, tais populações apenas oportunizam a seu favor o incentivo estatal, mantendo-se fiéis aos desejos e sonhos de uma nova vida em um (outro) lugar promissor. É possível pensar que muitos dos que saíram dos diversos rincões do país, e principalmente do Nordeste, em direção à região amazônica, tenham tido esse tipo de motivação.

Em suma os migrantes lutavam, antes e acima de tudo, por liberdade, pelo direito de ir e vir, para ter acesso a terra, aos meios de produção e, principalmente, lutavam pela possibilidade de manter os laços de solidariedade construídos a duras penas com seu povo e sua gente.

É importante refletir, portanto, sobre esses deslocamentos, observando suas peculiaridades e ouvindo a voz daqueles que o empreenderam. Não se trata de negar ou reforçar o que a historiografia já construiu até o presente em anos de pesquisa e produção. Nosso desejo é o de agregar valor, a partir de alguns aspectos

¹⁷³ O maior grupo de cangaceiros do nordeste o de Virgulino Ferreira da Silva, Lampião, foi dizimado pela polícia alagoana em 28 de Julho de 1938. O último cangaceiro dessa estirpe, Cristino Gomes da Silva Cleto, Corisco, foi morto em 25 de maio de 1940. Como fim de tais grupos, foi oferecido o indulto pelo Governo Federal àqueles que se entregassem às autoridades ou fossem para outras regiões, porém, muitos soldados do cangaço ficaram a perambular pelo interior do nordeste visando fugir da perseguição policial, e a oportunidade de ir para Amazônia aos auspícios do Estado Brasileiro era apropriada para o momento. Cf. WIESEBRON, Marianne L. Historiografia do cangaço e estado atual da pesquisa sobre banditismo em nível nacional e internacional. *Revista Ciência e Trópico*. Recife, v. 24, nº 2, p. 417-444, jul./dez., 1996, p. 417.

importantes que afloram com frequência da fala dos *Soldados da Borracha*, como no trecho a seguir, fruto da memória do paraibano Joel Batista Ribeiro:

Nós morava num lugar por nome Rio Tinto, numa fábrica de tecido, eu junto com meus irmãos, minha mãe e meu Pai. Aí meu pai, já de uma certa idade, já com seus 60 anos, foi trabalhar em uma usina de açúcar, por nome “Boca de Mata”, e por lá encontrou uma viúva e se esqueceu de minha mãe. Minha mãe meio desgostosa por isso nos convidou, “meu filho vamos embora para cidade, para João Pessoa”. Aí nós viemos para João Pessoa. Quando chegamos em João Pessoa, nesta época de (19)42... desde (19)37 a (19)42 a (19)47, tava vindo gente para cá (Amazônia – Acre). Aí quando chegamos em João Pessoa, tava esse alistamento para quem quisesse vir para o Amazonas, e lá minha mãe aproveitou esse ensejo e alistou tudinho. Minha mãe nos alistou por que meu pai já estava separado de minha mãe. Nós era sete irmão, só que ficou três irmão, por que eram casados. O resto era solteiro: eu, Euclides, a Joana e o Cícero... e o Levy. Eita rapaz que era muito irmão. Todos acompanhamo minha mãe para o Amazonas, ela era principal.¹⁷⁴

Os dissabores familiares e a relação de subordinação matriarcal, presente nos rincões do Nordeste, que já preexiste e que permanece latente em muitos momentos, se mostram, nesse caso, como um dos fatores centrais para o deslocamento. A decisão de ir para Amazônia recaí sobre a mãe, naquele momento a provedora e esteio da família, e incide sobre todos os filhos solteiros daquele núcleo familiar. Fato interessante a observar é que o depoente confunde-se com a quantidade de irmãos que iriam acompanhar aquele deslocamento, e que iriam permanecer, denotando certo afastamento do núcleo familiar original, em especial daqueles que já haviam contraído matrimônio.

A família do senhor Joel não estava efetivamente ligada à agricultura. Eram trabalhadores em uma indústria e moravam em uma região de certa forma úmida – e, portanto, potencialmente produtiva em termos de cultura agrícola – do Estado da Paraíba, tendo seu deslocamento se dado muito mais – senão exclusivamente – por uma decisão de sua mãe, após ser abandonada pelo marido.

Ressalte-se que, esse depoimento, de alguma forma, rompe com a rigidez de alguns entendimentos acerca do deslocamento de nordestinos para Amazônia, mormente no que tange ao fato de, os *soldados da borracha* serem todos cearenses, e mais ainda, de que a seca era sempre o fator determinante para o deslocamento.

¹⁷⁴ Depoimento do Sr. Joel Batista Ribeiro, concedido ao autor no dia 18 de Janeiro de 2012, na cidade de Rio Branco – AC. A fábrica de tecidos mencionada no início da nota refere-se à Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRRT), fundada pelos irmãos suecos Frederico e Arthur Lungdren, na cidade de Mamanguape – PB.

Observe-se que nenhuma dessas posições devem ser, todavia, descartadas, pois os cearense foram sim, maioria no contingente migrado para a Amazônia e a seca determinava em muitos momentos a decisão de ir ou não para o norte do Brasil. Mas, de qualquer forma, a pesquisa histórica calcada nos depoimentos orais e em outras fontes, tem nos mostrado experiências mais plurais.

O primeiro órgão estatal a ser institucionalmente responsabilizado por tal deslocamento foi o Departamento Nacional de Povoamento (DNP), que em 1938 passa a se chamar Departamento Nacional de Imigração (DNI), autarquia ligada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que tinha como uma de suas principais tarefas, conceder passagens às famílias de migrantes nordestinos que tivessem interesse em se deslocar de sua região de origem, sendo a Amazônia um dos principais destinos, principalmente quando o objetivo era a fixação na terra: “Um dos destinos preferido mais procurados pelos nordestinos nas conjunturas de seca, e não apenas nestas, era o Norte, especialmente os estados do Pará e Amazonas”.¹⁷⁵

Nesse momento, o Estado Brasileiro ainda defendia a ideia de ocupação da Amazônia com família, que de alguma forma buscariam fixar-se na terra e principalmente criariam raízes, diminuindo ou mesmo acabando, ao menos para os ideólogos e burocratas do Estado Novo, com o vazio demográfico e com o nomadismo que eram inerentes a região amazônica. Porém a guerra muda em parte tais planos. O deslocamento de famílias continuaria, mas, a necessidade premente de braços validos que estivessem imediatamente prontos a extração da borracha, fez com que surgisse um campanha paralela de arregimentação de homens solteiros e validos, que submetidos a teste médicos e físicos semelhantes aos realizados para a prestação do serviço militar, seriam deslocados o mais rápido possível para a Amazônia em busca de extração de borracha.

Inflacionado ou não, o *Discurso do Rio Amazonas* foi uma “carta de intenções” que não seria cumprida. A Segunda Guerra Mundial e os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil demandavam extrativismo. No biênio 1942-1943 se fazia urgente obter borracha para fornecer aos aliados (...) A idéia de povoamento, de famílias sendo encaminhadas para a região amazônica, foi substituída pela de recrutamento de trabalhadores, *homens*, a serem trasladados em caráter de urgência para os seringais.¹⁷⁶

¹⁷⁵ SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da Borracha*. *Op. cit.*, 73.

¹⁷⁶ SECRETO, Maria Verônica. A Ocupação dos “Espaços Vazios” no Governo Vargas. *Op. cit.*, p. 121.

Em decorrências dos *Acordos de Washington* firmados em março de 1942, o presidente da república cria, por intermédio do Decreto-Lei nº 4.750, de 28 de setembro de 1942, a Coordenação de Mobilização Econômica, cujo coordenador seria o Ministro João Alberto Lins de Barros, com as seguintes finalidades:

Art. 3º Ao Coordenador da Mobilização Econômica, como delegado do Presidente da República, competem, em geral, as atribuições de coordenação indispensáveis para:

I - Orientar a mineração, a agricultura, a pecuária e a indústria em geral, no sentido de habilitá-las a produzir, com a máxima eficiência, os materiais e produtos mais necessários e urgentes;

II - Controlar, através da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, a importação e a exportação de matérias primas, produtos semimanufaturados e manufaturados, atendendo às conveniências e necessidades das forças armadas, do serviço público e do povo em geral;

III - coordenar os transportes no território nacional e para o exterior;

IV - planejar, dirigir e fiscalizar o racionamento de combustíveis e energia;

V - intervir no mercado do trabalho, determinando a utilização de mão de obra, no tempo e lugar próprios.¹⁷⁷

Em decorrência dos poderes a ele atribuídos pelo presidente Vargas, João Alberto edita a Portaria nº 28, de 30 de novembro de 1942 da Coordenação de Mobilização Econômica, criando o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia, o SEMTA, cujo objetivo primordial era:

Intensificar imediatamente, o povoamento da Amazônia, visando permitir o incremento da produção de borracha. Esse Serviço nasce com a determinação expressa de organizar um sistema de recrutamento que mereça a confiança dos trabalhadores, protegendo-os e assistindo-os convenientemente durante a viagem (para Amazônia) e dando às suas famílias assistência médica e econômica.¹⁷⁸

O acordo firmado entre a Ruber Reserve Corporation (RRC)¹⁷⁹, a agência do governo federal dos Estados Unidos da América, e o SEMTA, estabelecia como responsabilidade daquele órgão brasileiro, que jamais as cumpriu em seu pleno termo, de apresentar na cidade de Belém-Pará, até o dia 07 de abril de 1943, 30.000 (trinta mil) trabalhadores do sexo masculino, adultos e capazes de executar quaisquer trabalhos ligados a extração de borracha na área do Amazonas e mais

¹⁷⁷ Publicado no *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 28/9/1942, p. 14.484.

¹⁷⁸ Portaria nº 28, de 30 de novembro de 1942.

¹⁷⁹ Posteriormente substituída pela Rubber Development Corporation - RDC.

20.000(vinte mil) totalizando um total de 50.000 (cinquenta mil) até 31 de maio de 1943. Com isso começou-se uma corrida desesperada por braços válidos.¹⁸⁰

Não é outra a ideia que se pode depreender do anúncio publicado em um importante jornal cearense quando informava: “315 Homens seguiram hoje para o “El-Dorado” da Amazônia aumentando da corrente migratória impulsionada pelo SEMTA”.¹⁸¹

De imediato é reforçada a campanha de arregimentação de *Soldados da Borracha*, sendo que o DNI perde a prerrogativa de conduzir famílias para que se fixem na Amazônia, passando tal encargo ao SEMTA¹⁸² e a SAVA¹⁸³, que sob o argumento de exiguidade de tempo, prefere a condução de homens solteiros, ou daqueles cujas famílias aceitam permanecer nos abrigos mantidos por aquele órgão até que pudessem ser conduzidas ao encontro de seus entes queridos, coisa que nunca aconteceu¹⁸⁴. Os órgãos governamentais brasileiros e americanos acabavam por dividir entre si as funções relativas ao encaminhamento e fomento da produção de borracha:

O SEMTA encarregava-se de recrutar e levar os trabalhadores até Belém; a partir dali, a SAVA colocava o trabalhador nos seringais e se encarregava, com a RDC¹⁸⁵, de fornecer gêneros essenciais diretamente aos seringalistas, evitando intermediários. (...). Também foi criado o SESP (Serviço Especial de Saúde Pública), que tinha por objetivo sanear a Amazônia e a região do vale do Rio Doce, onde se produzia borracha e minério de ferro, matérias primas essenciais para o esforço de guerra norte americano.¹⁸⁶

¹⁸⁰ Acordo Firmado entre SEMTA e RRC em 21 de dezembro de 1942. Biblioteca Nacional Arquivo Paulo de Assis Ribeiro. AP 50, Cx 5, Pasta 1, Doc 64, fl 6 e 7.

¹⁸¹ *Correio do Ceará*. Fortaleza, 21 de abril de 1943.

¹⁸² O SEMTA e a SAVA tiveram vida efêmera, porém intensa, sendo substituídos pela Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (C.A.E.T.A.) por meio do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, que englobava a função dos dois órgãos antecedentes.

¹⁸³ Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico, criada pelo Decreto-Lei nº 5.044, de 4 de dezembro de 1942, encarregada de superintender o abastecimento de gêneros alimentícios e outros de primeira necessidade no vale Amazônico, em face do programa da produção de borracha.

¹⁸⁴ Para um maior aprofundamento acerca das agruras enfrentadas pelas famílias de *Soldados da Borracha* que permaneceram nos abrigos mantidos pelo SEMTA, recomenda-se a leitura da obra de SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da Borracha*. *Op. cit.*

¹⁸⁵ Rubber Development Corporation, agência oficial do Governo Norte-Americano, que passou a substituir a Rubber Reserve Company nos acordos assinados por esta com o Governo Brasileiro e entidades autárquicas federais, responsável por subsidiar e coordenar as atividades de produção de borracha na Amazônia no período da Segunda Guerra Mundial.

¹⁸⁶ SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da Borracha*. *Op. cit.*, p. 58 e 86.

A necessidade do aumento de produção de borracha fez com que outro órgão Governamental, a Fundação Brasil Central (FCB), encaminhasse trabalhadores para o Estado do Mato Grosso, objetivando também a extração de borracha. Para esta região do país foram recrutados trabalhadores principalmente da pobre região norte de Minas Gerais, em cidades como Pirapora, Montes Claros e Governador Valadares. Destas Cidades eles eram encaminhados para a Ilha das Flores no Rio de Janeiro, onde já funcionava um presídio, e de lá para seu destino final que era Cuiabá. Esses homens tiveram ao fim destino muito semelhante a seus iguais do nordeste.¹⁸⁷

No caso do SEMTA, o recrutamento – com fortes doses de aliciamento – era feito diretamente pela propaganda oficial ou por recrutadores credenciados junto ao órgão¹⁸⁸. Tanto uma, quanto outra forma de aliciamento ressaltavam o aspecto militar da arregimentação, dando aos sertanejos, duas opções: a incorporação ao Exército Brasileiro e a consequente possibilidade de ir para o cenário das operações de guerra, ou ir para Amazônia, envolvendo-se no esforço de guerra vinculado à produção de borracha e, dessa forma, ter seu alistamento adiado¹⁸⁹. É exatamente dessa opção que nos fala o Senhor Melquisedec Barroso da Silva:

Com 20 anos saí do Seringal Califórnia – AC e fui para o Ceará. Para terra dos parentes de minha mãe. Fui para Uruburetama. Lá é uma terra boa, nunca teve seca... Eu tava lá, e já tinha sido sorteado (para o serviço militar) quando passou um camarada alistando gente pro Acre. Aí quando cheguei lá disseram: você tá no alistamento, Soldado da Borracha não vai não (para guerra). Preferi ir para o Acre. Disse: “Vou pra lá que já conheço”.¹⁹⁰

¹⁸⁷ BRASIL, *Relatório da CAETA*. Dezembro de 1945. Rio de Janeiro, p. s/n – CPDPC/FGV Ref: 061.1(811)(047) CAETA/C733.

¹⁸⁸ Regulamento do SEMTA. Portaria nº 5, de 1º/5/1943^a. Da Coordenação da Mobilização Econômica - item 33-21 – O Aliciamento era feito diretamente pela propaganda ou através de recrutadores credenciados pelo SEMTA.

¹⁸⁹ O Decreto-Lei nº 5.225, de 1º de Fevereiro de 1943, estabelecia em seu artigo 1º que os trabalhadores nacionais encaminhados ao vale amazônico para a extração e exploração da borracha e os que já ali estiverem trabalhando, devidamente contratados, nessas atividades, são considerados de incorporação adiada até a terminação do contrato de trabalho, ou enquanto se dedicarem àquelas atividades. Localizado na *Coleção das Leis de 1943 - Volume I, Atos do Poder Executivo, Decretos-Leis de Janeiro a março*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro – 1948 p. 67. Esse decreto Lei era regulamentado pelo *Aviso do Ministro da Guerra nº 1262*, de 24 de maio de 1943. Vale ressaltar que este adiamento do alistamento era informado aos recrutados, já que tal informação constava de suas cadernetas de Soldado da Borracha.

¹⁹⁰ Depoimento do Sr. Melquisedec Barroso da Silva, concedido ao autor no dia 16 de Janeiro de 2012, na periferia da cidade de Rio Branco – AC.

Porém, tais medidas não impediram que alguns trabalhadores, seringueiros inclusive, fossem considerados insubmissos, por não terem se apresentado para prestação do serviço militar no momento oportuno. É o que assevera a senhora Esther, esposa do Senhor Eurico:

Ele morava no Seringal Bom Destino em Tarauacá no Acre. Era Seringueiro. Na época da guerra ele foi sorteado e ficou ali onde é o Colégio Militar [de Manaus]. Só que não anotaram o endereço e nem a profissão dele. Ele ficou ainda insubmisso por que chegou atrasado para apresentação. Ainda ficou uns dias detido por isso. Lá no Jordão (rio afluente do Tarauacá) ele começou a cortar seringa, de lá ele foi convocado para a Guerra. Ai ele veio pra cá, cumpriu tudo que tinha para cumprir depois mandaram ele de volta, por que quando ele chegou em Manaus [no início de 1945] a guerra encerrou.¹⁹¹

Tais condutas dos arregimentadores a serviço do Governo Brasileiro, acabavam gerando certos dissabores familiares, onde os jovens exerciam um papel muito importante no sustento da família, o que em alguns casos acabava levando não só o “*Soldado da Borracha*” para Amazônia, mas toda a sua família, pai, irmãos e principalmente a mãe, que novamente mostra seu papel decisivo na opção de ir para o extremo norte do Brasil, como aparece no depoimento de Vicenza Bezerra da Costa:

Chegou lá em Alto Santo uma lista para os rapaz de maior vir tudo para Fortaleza pela SEMTA. A SEMTA não é que nem a migração. A migração que nos viemo é família e a SEMTA é só rapaz, fica naquele pouso. Aí minha mãe foi e começou a chorar, aí disse: “Chico Antônio, meu filho nunca pegou numa arma, meu filho vai morrer, isso assim, vão levar meu filho para guerra, eu também não fico mais aqui, se você quiser ir também para o Acre, o Amazonas vamo embora, aqui eu não fico mais”.¹⁹²

A extinção do SEMTA em 1943 e a criação da CAETA não trouxe mudanças significativas para os *Soldados da Borracha*, posto que os métodos de arregimentação continuavam os mesmos, sendo a única diferença que este novo órgão, visando diminuir os conflitos e a evasão dos recrutados, permitia a possibilidade do transporte também das famílias. O Sr. Melquisedec confirma essa mudança na política de arregimentação:

¹⁹¹ Depoimento do Sr. Eurico Ferreira e sua esposa Esther, concedido ao autor no dia 22 de outubro de 2011, na periferia da cidade de Manaus.

¹⁹² Vicenza Bezerra da Costa, depoimento prestado ao Documentário “Borracha para Vitória”, dirigido por Volney Oliveira, em 2004. Alto Santo é uma cidade do sertão do Ceará, próximo à fronteira com o Rio Grande do Norte.

No meu navio veio homem e mulher e menino. No começo [da *Batalha da Borracha*] era só homem, mas eles viram que não dava certo, aí no final já tinha família também. Quando chegava em Belém, quem quisesse casar eles casavam de graça¹⁹³.

Pode-se inferir dessa fala que os *Soldados da Borracha*, não foram meros expectadores da arregimentação e deslocamento, mas que impuseram resistência aos regramentos da arregimentação, não aceitando o que lhes era imposto passivamente. Suas reclamações, fugas, brigas e recusas de ir para os seringais resultaram na possibilidade de que não fossem apartados de suas famílias, mormente contra a suas vontades.

Ao serem cadastrados, famílias ou homens solteiros válidos, eles eram concentrados em abrigos ou “pousos”, onde aguardavam o deslocamento. Nos primórdios dessa campanha, como o DNI não possuía uma estrutura própria e organizada para esse deslocamento, as famílias ficavam simplesmente aguardando nos locais determinados pelos agentes governamentais, normalmente em condições lamentáveis, como reconhece um relatório do SEMTA:

Ainda em Fortaleza, em 9 de dezembro (de 1942), afim de coordenar as atividades que lhe haviam sido entregues, o Sr. Paulo de Assis Ribeiro (Chefe do SEMTA) conferenciou com os Sr. Interventor Federal Francisco de Menezes Pimentel, e com os Srs. José Barra, Esmerindo Parente, Uchôa, Miranda Heyder Corrêa Lima e Aristóbulo de Castro, tendo também visitado quatro abrigos de flagelados, mantidos pelo Departamento Nacional de Imigração. Observou, então, que apesar dos esforços patrióticos dos seus dirigentes, eram lamentáveis as condições higiênicas dos referidos abrigos.¹⁹⁴

Com o surgimento do SEMTA e o financiamento norte-americano, montaram-se pousos para os homens – com constrangedora estrutura estética de um campo de concentração – e, onde eram feitos exames médicos e sanitários, e onde também recebiam materiais de viagem, apoio espiritual fornecido pela igreja católica¹⁹⁵, treinamento físico e iniciavam os treinamentos para o corte da seringueira, nos termos do que prevê o Regulamento do SEMTA:

¹⁹³ Depoimento do Sr. Melquisedec Barroso da Silva, concedido ao autor no dia 16 de janeiro de 2012, na cidade de Rio Branco – AC.

¹⁹⁴ BRASIL, *Coordenação da Mobilização Econômica. Esboço Geral do Livro do SEMTA*. 1943. Biblioteca Nacional, Arquivo Paulo de Assis Ribeiro. Cx 50. Doc. 62. p. 7.

¹⁹⁵ Dom Helder Câmara, um dos expoentes da luta contra o Regime Militar, era funcionário do Governo Vargas, além de ser o padre responsável pela coordenação do apoio espiritual dado tanto aos trabalhadores recrutados para Amazônia, quanto às famílias que permaneciam nos acampamentos e aos seringueiros já instalados nos seringais. Interessante o receio do então Padre Helder Câmara com a vinda de missionário Americanos católicos e protestantes, que poderiam

Os trabalhadores serão, após aceitação nos pontos indicados para cada região, (...) serão conduzidos para os pontos de concentração onde serão completados os serviços de recrutamento com a distribuição de parte do equipamento indispensável à estada nestes pousos, mediante recebido com relação própria.¹⁹⁶

A todos os órgãos do Governo Nacional era determinado dar o apoio necessário a esta campanha de arregimentação de homens, porém, maior ênfase foi dada a responsabilidade das grandes unidades militares. Em tempo de guerra, e com uma campanha de recrutamento sendo realizadas nos moldes militares, nada mais evidente que o Exército fosse, portanto, o maior responsável pelo apoio aos *Soldados da Borracha*, em especial porque estes eram, visivelmente nominados e reconhecidos pelo Governo Brasileiro como soldados, e combatendo uma batalha tão crucial quanto a combatida pelos militares, nos termos do bordão das campanhas do SEMTA, *Cada um no seu lugar*. É o que se infere da documentação do SEMTA:

Das Regiões Militares – O trabalhador que segue par a Amazônia é um **Soldado da Produção**. E tanto é assim que todos os recrutados pelo SEMTA tem sua mobilização adiada pelo Exército Nacional. É necessário, pois, que se dê ao trabalhador a noção de sua responsabilidade em face a guerra, e nenhum pode ser mais eficiente que este: Po-lo em contato com o Soldado do Exército. Deste contato resultaria em uma maior colaboração do Exército e o SEMTA.¹⁹⁷

A vida nos pontos de concentração ou pousos¹⁹⁸ era difícil para os trabalhadores acostumados a uma maior liberdade de locomoção, o que em muitos casos resultava em fuga. Some-se a isso as rígidas regras impostas aos que estavam instalados nos pousos, bem como ao fornecimento de uma alimentação que os técnicos afirmavam ser mais saudável, por ser composta de folhas e verduras, mas que possuía uma baixa palatabilidade para homens e mulheres acostumados a

desvirtuar seu “rebanho”. Cf. *Carta ao Núncio Apostólico no Brasil*, datada de 28 de janeiro de 1943, disponível nos arquivos da Biblioteca Nacional, Arquivo Paulo de Assis Ribeiro AP 50. Cx 4, Doc 7.

¹⁹⁶ Biblioteca Nacional, Arquivo Paulo de Assis Ribeiro *Regulamento do SEMTA*, item 33-41. AP 50. Cx 4, Doc 8.

¹⁹⁷ *Plano de colaboração geral com o SEMTA*. Apresentado por C. J. Assis Ribeiro. Biblioteca Nacional. Arquivo Paulo de Assis Ribeiro. Ap. 50. Doc. 18. Cx 4.

¹⁹⁸ Existiam pousos e hospedarias em várias Cidades do Norte e Nordeste: podemos citar os mais lembrados pelos *Soldados da Borracha*: Pouso do Prado, em Fortaleza; Hospedaria de Tapanã, em Belém e a Hospedaria de Ponta Pelada, em Manaus. Porém, em Juazeiro - BA, Natal e Mossoró - RN, Teresina - PI e São Luiz - MA, também existiam pousos e pontos de concentração, que no fim eram estruturas físicas semelhantes.

comer carne e farinha, o que acabava por ocasionar revoltas entre os trabalhadores. Essa dificuldade de adaptação comida fica patente nos relatos dos técnicos do SEMTA:

A refeição servida aos trabalhadores era a mesma servida aos administradores dos pousos e hospedarias. Embora diante da reação dos nordestinos, os cardápios diários eram sempre obedecidos e haviam sido organizados por dietistas contratados. A reação dos nordestinos era quanto a verdura e legumes, farináceas e outros alimentos aos quais não estavam habituados, isso porque a carne e a farinha formavam a base e quase exclusividade de sua alimentação.¹⁹⁹

Os pousos como já dito em muito se assemelhavam a campos de concentração, não possuindo muros, porém, tendo cercas vigiadas por guardas armados nas suas áreas externas e na área interna por guardas desarmados recrutados entre os próprios *Soldados da Borracha*. Interessante é observar os métodos subjetivos de seleção destes guardas. Os gestores dos campos, normalmente militares do Exército, apelavam para o cuidado que o sertanejo tinha com seus poucos e parcos pertences. Tais guardas tinham por principal função separar brigas que aconteciam entre os próprios *Soldados da Borracha*, além de evitar fugas. Nestes pontos é esclarecedora a fala do Sr. Melquisedec

Vim de Uruburetama para Fortaleza e fique no Pouso do Prado, onde o chefe era Sr. Humberto Teixeira Viana. Para mim lá era bom. Todo lugar para mim é bom. Não reclamo. Quando cheguei lá eles fizeram uma reunião e perguntaram: quem tem mala? Eu levantei o braço. Então eles dissero, você vai ser segurança, por que não vai fugir. Eu não ficava armado, mas tinha soldado armado.

Em Belém eles davam umas fichinhas, uma autorização de saída para agente poder passear pela cidade. Em Manaus eu ainda era segurança e ficava na Ponta Pelada. O chefe era o Capitão Trigueiro, ele era reformado do Exército. Lá só ficava os homens solteiros. As mulheres e as Crianças iam para Flores, lá o chefe era o Capitão Guedes.

Eles [*Os Soldados da Borracha*] brigavam muitos entre eles, mais era de faca, principalmente os Baiano.²⁰⁰

O que salta da fala da Sr. Melquisedec é que mesmo dentro dos *pousos* acabava por se formar uma hierarquia. Os próprios trabalhadores acabavam, cooptados ou não, por assumir funções que de alguma forma dava ascendência sobre os outros trabalhadores. Essa ascendência, que já existia pelo fato de possuir

¹⁹⁹ BRASIL, *Relatório da CAETA*. Dezembro de 1945. Rio de Janeiro. p. s/n – CPDPC/FGV Ref: 061.1(811)(047) CAETA/C733.

²⁰⁰ Depoimento do Sr. Melquisedec, concedido ao autor no dia 16 de janeiro de 2012, na cidade de Rio Branco – AC.

uns poucos bens a mais que os outros, era reforçada pelos chefes militares do campo, que os investia de uma suposta autoridade, em trocas de algumas benesses. Ocupar essas funções de destaque entre seus pares, além de lhes colocar em uma condição de ascensão social sobre os outros, resultava ainda em uma renda extra, que certamente permitia uma condição de subsistência melhor que o da maioria dos outros trabalhadores.

Aos que eram empregados nas hospedarias no serviço de limpeza, das hortas ou de conservação, eram pagos salários, o mesmo sucedendo aos que faziam parte do corpo da guarda, que eram formados pelos trabalhadores mais ordeiros.²⁰¹

Nos pousos, além dos exercícios calistênicos²⁰² semelhantes aos executados pelos militares, os *Soldados da Borracha* iniciavam seus treinamentos para o plantio de seringueira e principalmente para o corte da *Hevea*, na defumação do látex e na construção do tapiri (instalação onde ficaria instalado o defumador)²⁰³, conforme saltam as lembranças do Sr. Melquisedec:

Dentro do pouso (Ponta Pelada) agente ficava plantando seringa e o fiscal ficava ensinando a cortar seringa. Um dia eu tava olhando ai o fiscal disse: eu sei cortar seringa por que eu estudei. Eu disse: pois eu sei mais que o senhor por que aprendi cortando (ele já havia morado no Acre). Ai ele me botou para cortar. Ai foi pior por que me botou para ensinar os outros.²⁰⁴

Fica claro que formulas pronto de enquadramento dos *Soldados da Borracha*, como pobres vítimas que eram conduzidas aos seringais sem opção ou sem interagir com o meio em que estavam, ou que a sua forma não buscavam reagir a opressão, estão fadadas a desaparecer, pois a cada momento observamos que tais homens e mulheres foram e são sujeitos capazes de construir suas vivências e, assim, disputar um espaço na escrita de suas próprias histórias.

²⁰¹ BRASIL, *Relatório da CAETA*. Dezembro de 1945. Rio de Janeiro. p. s/n – CPDPC/FGV Ref: 061.1(811)(047) CAETA/C733.

²⁰² Atividade física que consiste em uma variedade de exercícios físicos feitos sem equipamentos ou pesos que têm por objetivo aumentar a força e a flexibilidade usando o peso do próprio corpo como resistência.

²⁰³ BRASIL, *Relatório da CAETA*. Dezembro de 1945. Rio de Janeiro. p. s/n – CPDPC/FGV Ref: 061.1(811)(047) CAETA/C733 – Aqui como lá os trabalhadores eram examinados pelo SESP (Serviço Especial de Saúde Pública), e tinham o mesmo número de refeições, campo de esportes, hortas e uma pequena escola do seringueiro, onde se exercitavam no corte amazônico da seringueira, na defumação do látex e na construção do tapiri.

²⁰⁴ Depoimento do Sr. Melquisedec Barroso Soares, concedido ao autor no dia 16 de janeiro de 2012, na cidade de Rio Branco – AC.

Na fala dos *Soldados da Borracha*, cada nova etapa do deslocamento era ansiosamente esperada e vividamente aproveitada. Assim, a chegada a Belém, capital do Pará, porta de entrada para a Amazônia, também se revestia de um significado todo especial, já que sons, cheiros e alimentos, consistiam em novas experiências para os recém-chegados, o que acabava ocasionando eventos cômicos, mas que, sobremaneira, fizeram parte da formação desses migrantes como *Soldados da Borracha*.

Quando chegamos no porto de Belém, tinha um navio carregando castanha. O porto era um porto grande, um porto bonito viu. Você saltava parecia que tava aqui (bate o pé no chão). Tinha castanha em todo canto derramada acolá. Os arigó metiam a mão no bolso, metia castanha, metia castanha, metia no dente, quebrando castanha. Quando foi no outro dia, o sanitário era pouco para os arigó. Cadê comida. Ninguém queria comer. Uma disenteria que deu na turma devido à castanha. Castanha é muito forte, ninguém conhecia, ninguém sabia, gostosa né.²⁰⁵

Nesta fala sobressai a falta de conhecimento do nordestino em relação às novidades que a Amazônia apresentava para suas vidas, mas também, salta à observação o fato do depoente identificar-se com o termo pejorativo *arigó*. Reconhecer-se como tal, parece denotar a aceitação do depoente em relação à sua natureza de migrante e à sua falta de conhecimento da natureza amazônica.

Nesse momento, ou talvez mesmo na sua saída do nordeste, era comum que esses migrantes recebessem algum tipo de tratamento pejorativo por parte das populações citadinas que os viam como integrantes da escória social, sob a qual recaíam todas as qualidades negativas possíveis de se imaginar. Assim, *arigó* era uma dessas expressões que os depreciavam e os colocava na condição de inferiores, sem ligação com a terra de onde saíram ou com aquela para onde iam. Embora esse termo pudesse ser aceito por alguns, como vimos acima, outros se sentiam extremamente ofendidos com tal pecha, pois não se consideravam meras aves sem rumo. Com efeito, em alguns casos eles chegaram mesmo a lutar para desfazer esta imagem pejorativa, buscando demonstrar que eram muito mais que simples migrantes, que eram sujeitos que buscavam ter o direito de construir suas próprias histórias, como podemos observar na fala do Senhor Melquisedec:

²⁰⁵ Depoimento do Sr. Joel Batista Ribeiro, concedido ao autor no dia 18 de janeiro de 2012, na cidade de Rio Branco – AC.

Eles [a população em geral] chamavam agente de Arigó, mas o administrador [do pouso da ponta pelada em Manaus] não queria que chamasse arigó não, era para chamar *Soldado da Borracha*. Um dia, o Capitão Trigueiro [administrador do Pouso], que era Capitão do Exército aposentado, não sei o que ele tinha dito lá com um cara [o vigia tinha discutido com um migrante e o chamado de arigó]; aí ele pegou no braço dele [faz o gesto de segurar e sacudir] e disse: “cabra ruim você não é nada, você é um vigia aqui, você respeite que eles [os Soldados da Borracha] são mais que você”.²⁰⁶

Mesmo ao chegar aos locais de distribuição (os chamados “pousos”), onde seriam escolhidos pelos patrões, nem todos os *Soldados da Borracha* submeteram-se a ir para os seringais, sendo de supor que não aceitaram de forma passiva os termos e determinações estatais, ou podem ter se recusado também a aceitar as imposições dos seringalistas e do sistema de aviamento que ainda imperava nos seringais.

Diante das evidências que surgem das fontes orais, é preciso reconhecer que parte dos arregimentados para a *Batalha da Borracha*, desviando o caminho dos seringais, acabou ficando a meio caminho, pelas vilas e cidades da Amazônia. A se tomar como segura a fala do Presidente do Conselho Nacional de Colonização, essas ações de fuga e deserção eram corriqueiras e nada desprezíveis em termos numéricos:

Queixava-se, igualmente o presidente do Conselho Nacional de Imigração, de que as quatro mil passagens gratuitas distribuídas pelo Loyd foram destinadas a “mulheres, barbeiros, alfaiates, marceneiros, artífices de toda sorte, seduzidos pela facilidade de transporte”, que não queriam se dirigir aos seringais, nem as colônias agrícolas, ficando os migrantes pelas cidades do caminho.²⁰⁷

Filtrada pela documentação, é possível perceber que a sina dos migrantes em direção aos seringais da Amazônia foi bastante plural. É certo que muitos milhares se acomodaram ao sistema de produção e espoliação, mas muitos resistiram, muitos fugiram, e muitos sequer chegaram aos seringais. Ficando pelas cidades, buscaram reconstruir suas vidas de forma as mais diversas e, nem sempre trilhando um caminho de ordem e submissão.

²⁰⁶ Depoimento do Sr. Melquisedec Barroso Soares, concedido ao autor no dia 16 de janeiro de 2012, na cidade de Rio Branco – AC. Na parte final deste trecho do depoimento, o depoente, bastante emocionado, já não conseguia conter a voz embargada e os olhos lacrimejantes, forçando-nos a uma breve pausa.

²⁰⁷ GUILLEN. Isabel Cristina Martins. *Errantes da Selva: Histórias da migração nordestina para a Amazônia*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006, p. 110.

Foi comum o registro de potenciais *Soldados da Borracha* flagrados cometendo pequenos furtos, criando rixas e lutando por sua sobrevivência no submundo das vielas escuras, das periferias inseguras e insalubres, e, dessa forma, reforçando uma imagem estereotipada que se fixou na imagem popular da época: calça frouxa de mescla azul marinho, chapéu de palha virado, ao estilo cangaceiro, blusão largo de algodão, mochila com seus petrechos de combate²⁰⁸, seus *teréns**, suas *pracatas de currulepos*** e a inseparável *lambedeira**** na cintura.

Samuel Benchimol, que registrou e estudou a presença destes migrantes em Manaus, fez deles interessante descrição:

Desse modo não seria de estranhar a atitude desse novo tipo de imigrante, mesmo aventureiro, que preferia ficar na cidade, andando ao léu, com seu uniforme típico de “Soldado da Borracha”: (...) andavam aos bandos à procura de emprego, de estância para morar, da petisqueira e da birosca para comer sua “gororoba”, do boteco para beber a “maldita” e esquecer os mal-ditos, e das festas e dos “arrasta-pés” dos bairros pobres, onde iam a procura de diversão; não raro, transformavam-nas em cenas de bebedeira, de valentias e de “pega-prá-capar”.²⁰⁹

Figura 3
Um perfil de um *Soldado da Borracha*



Acervo: Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará.

Figura 4
Equipamento de Viagem



Jean Pierre Chabloz – Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará

²⁰⁸ O Senhor Melquisedec afirma: “Quando agente chegava nos pouso, eles davam uma rede, duas cordas, um par de alpercatas, duas calças de mescla, uma camisa branca uma sacola para botar os trens e um chapéu. Andava todo mundo igual feito soldado”.

* Conjunto de coisas de uso pessoal como talher, copo, prato e rede.

** Sandália de correias, cuja nome reproduz a onomatopeia do som produzido pelas tiras quando do andar. Muito comum no Sertão do Nordeste.

*** Faca comprida e pontiaguda, usada no Nordeste.

²⁰⁹ BENCHIMOL, Samuel. *Romanceiro da Batalha da Borracha*. Op. cit., p. 229.

Talvez por essas práticas ou pela força desse estereótipo, as cidades do Norte e Nordeste, permaneciam em verdadeiro estado de pavor com a notícia da chegada de *Soldados da Borracha*, o que já os marcavam socialmente, mesmo antes de suas chegadas:

...foi essa a primeira turma que saiu daqui (de *Soldados da Borracha*), do treatro aqui. Diz que foi fazendo miséira, absurdo, como quem não tinha ordem, não sei por quê, eles fizeram absurdo na cidade. Quando nos chegamo na cidade de Tianguá (Ceará), tava fechada a cidade, era a segunda turma, o segundo contingente que saiu daqui, nos fomo. Chegamo lá a cidade tava fechada. Perguntamo, qual a razão disso? Não, por que quizero invadir aqui. Dizemo: Não, ninguém anda invadindo nada não.²¹⁰

Em alguns casos, as notícias das brigas e confusões provocadas pelos *Soldados da Borracha*, até mesmo dentro dos navios de transporte, acabavam por se antecipar a chegada deles, reforçando os estereotipo de arruaceiros e fazendo com que a população exigisse providencias dos governantes. Interessante observar que em muitos casos eles eram recebidos como *bandidos* e não como *Soldados da Produção*. É o que se infere da fala dos sobreviventes:

Na hora do desembarque em Manaus, você sabe o que nós encontremo? De um lado e do outro da passagem até chegar na rua? Que já estava outra navegação nos esperando lá na frente para levar para o Aleixo. O Exercito. Sim encontramos o Exercito, com revanche de quando teve a briga no navio, quando nos vinha de lá (do nordeste), que os arigó brigaram e cortaram rede e brigavam e pintavam o diacho no navio. Quando chegamos em Manaus já tava sabendo e esperando por nós, tudo de baioneta calada, nos revistando tudo. Tomando faca, o que a pessoa tivesse. Era o Exercito mesmo, não era a policia não. Nos tomava faca, tesoura, o que tivesse tomava.²¹¹

Os que foram para os seringais, juntando-se às demais culturas existentes na região amazônica, com as quais conviveram e trocaram experiências, refizeram suas vidas e tornaram-se novos sujeitos sociais amazônidas, chegando hoje a se inserir em novos e instigantes arranjos e sociabilidades, como a que hoje encerra e articula os Povos da Floresta. Esta experiência, portanto, permitiu a construção de

²¹⁰ Depoimento do Sr. Francisco Jonas Bandeira, natural de Morada Nova Ceará, contido no documentário *Borracha Para Vitória*. Produção de Margarita Hernández. Ceará/Acre: TV Cultura, 1986.

²¹¹ Depoimento do Sr. Senhor Joel Batista Ribeiro, concedido ao autor em 18 de Janeiro de 2012, na periferia a da cidade de Rio Branco – AC.

uma identidade própria destes sujeitos, que os conduziria de Arigós em *Soldados da Borracha*, Cidadãos da Floresta.

Capítulo 3

De Soldado à Seringueiro

O estudo do passado, longe de ser operação saudosista, modo de legitimar as estruturas vigentes, ou simples verificação, pode ser uma arma para abrir caminho aos grandes movimentos democráticos integrais, isto é, os que contam com a iniciativa do povo trabalhador e não o confinam ao papel de massa de manobra, como é uso.

Antônio Candido ²¹²

Apenas iniciado, o movimento migratório impulsionado pelo governo visando a implementação da *Batalha da Borracha* na Amazônia já não ficaria mais restrito apenas à Região Nordeste, como havia acontecido em seu primeiro momento e também como haviam sido desenvolvidos os deslocamentos do final do Século XIX e início do XX. Embora majoritariamente nordestino, ele alcançava agora todo o Brasil, como observou Samuel Benchimol:

O movimento migratório, que de início tivera características essencialmente nordestino-cearenses, ampliou-se e enriqueceu-se com a participação ativa de outros elementos regionais. Com o carioca, o mineiro, o baiano, sobretudo. Esse cruzamento regional tronou-se intenso e deu cunho nacional ao movimento dessas populações em marcha para Amazônia. ²¹³

Com efeito, existem relatos de que muitos interventores, principalmente do Rio de Janeiro e dos Estados do Nordeste – então assolados por grupos de cangaceiros –, oportunizaram esse movimento de migração em massa para Amazônia para “limpar” suas cadeias, livrando-se de elementos socialmente indesejáveis. Com isso, transferiam “o problema” para a outra ponta do processo, gerando ali ressentimentos e insatisfações, como se pode observar na esclarecedora fala da Associação Comercial do Amazonas:

O que a Amazônia viu, salvo pequenas e honrosas exceções, foi o malandro dos morros cariocas, foi o sangrador das caatingas, foi ao

²¹² CÂNDIDO, Antonio. “O Significado de Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª Ed. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 24.

²¹³ BENCHIMOL. *O Romanceiro da Batalha da Borracha*. *Op. Cit.* p. 16

assassino que cumpria pena em Fernando de Noronha ou na ilha das flores, enfim, o lodo das ruas, a escória social brasileira.²¹⁴

Após uma viagem que durava meses, desde as cidades de origem até Belém, Manaus, Porto Velho, Rio Branco e, de lá, para os diversos seringais, os migrantes acabam por entabular contatos com um novo universo, com um novo meio ambiente que em nada se assemelhava a seus locais de origem. A Amazônia era e ainda é um lugar diferente de qualquer outra região do País e, por isso gerava admiração e receio. Na floresta tropical tudo é superlativo, imensidões de águas, de matas, árvores gigantescas, mamíferos, peixes e reptéis maiores do que em qualquer outro lugar. É certo que tais conceitos não são regra, mas ao menos é assim que parecia ser para aqueles que adentravam a foz do Amazonas com destino aos seringais. De pronto surge ideias e expectativas de que uma nova vida se avizinhava. Fortuna talvez, mas principalmente liberdade! É comum observar nos relatos daqueles que eram chamados de *Soldados da Borracha*, que o deslumbramento com a Amazônia vinha desta fartura e abundância, o que, à princípio, parecia referendar os discursos da propaganda de arregimentação promovida pelo Estado Novo.

Muitos *Soldados da Borracha* já haviam ouvido falar das violências e arbitrariedades cometidas nos tempos áureos da exploração de borracha, porém, o que se verifica nos seus relatos é que ao chegar a Amazônia o sentimento majoritário que os possuía era o de esperança, o de recomeço, mesmo quando havia latente a ideia de retornar a terra de origem. Porém, aquela terra úmida e exuberante seria o lugar onde principalmente a esperança da realização dos sonhos se fazia presente e onde também se acalentavam sonhos de não estar submetido à vontade de ninguém.

O nordestino, o sertanejo, o flagelado, o peregrino, o herói, o monstro, o Judas... são todas faces de indivíduos com histórias em eterna marcha. Corpos inquietos e perpetuamente seduzidos pela estrada. Habitantes de lugares onde a seca, a miséria constante, a exploração, mas também a altivez, os desejos e os delírios são partes de uma vida sofrida e fabulosa. Elementos que se entrelaçam na ordem do viver encantado de homens, mulheres e crianças que falam da luta pela sobrevivência nas formas do mundo e do além-mundo.²¹⁵

²¹⁴ *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus, Ano VII, nº 91, fevereiro de 1949, p. 42.

²¹⁵ RIOS, Kênia Souza. *A batalha de João nas terras do sem fim*. In GONÇALVES, Adelaide; COSTA, Pedro Eymar Barbosa (Org.). *Mais Borracha para Vitória*. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008, p. 51.

O contato com uma nova geografia era algo que causava espanto aos homens que chegavam a Amazônia, e isso, de alguma forma, reforçava a ideia de inesgotabilidade de recursos naturais, de uma terra que precisava ser dominada, explorada e controlada. É interessante notar que hoje, por meio da maleabilidade dessa memória que se adapta aos temas e demandas do presente, é possível ouvir dos antigos *Soldados da Borracha* uma sincera preocupação com os recursos desperdiçados no passado:

Quando chegamos ao porto de Manaus, oito horas do dia, eu olhei assim para o rio negro, ainda dentro do navio. Ai eu via aquela nuvem que subia, descia, depois se acabava. Daqui a pouco aquela nuvem estrondava por ali, subia, ficava na flor d'água e depois sumia. Ai eu perguntei, o que é aquilo ali? Qual o significado daquelas nuvens? Ai ele disse: é peixe. É a piracema de jaraqui. Agora, hoje, pra comer um jaraqui em Manaus não é fácil não, mas naquela época era assim. Aquela nuvem de peixe subia e ficava na flor d'água. A água do Rio Negro era preta e mais preta ela ficava. Lá se mariscava com tarrafa, com tarrafa de argola. Não era essa tarrafa de chumbo que joga e desce. Era apropriada para descer e fechar e pegar tudo, fechar em baixo e puxar. Ela arrastava aquela roda de peixe. Com três ou quatro tarrafeadas você enchia uma canoa de jaraqui. Agora tá difícil jaraqui. Lá nos só comia jaraqui escolhido, ninguém comia jaraqui pequeno. Jaraqui pequeno amargava. Só jaraqui grande e assado. Jaraqui só presta assado.²¹⁶

As obras que tratavam da migração para Amazônia no período da Guerra, escritas durante o Estado Novo reforçavam esta visão deslumbrada que se não era de todo equivocada, ao menos era exagerada, visando apresentar as políticas do Presidente Vargas, como ato de salvação dos nordestinos premidos pela seca. Tal postura acabava por colocar todos os migrantes em um estereótipo que poderia até representar a maioria dos *Soldados da Borracha*, mas que com toda certeza não os representava na totalidade. O que se busca reforçar é o contraste entre a terra seca do nordeste e a exuberância da Amazônia, aos moldes do que se viam nos cartazes de propaganda do SEMTA produzidos pelo artista suíço Jean Pierre Chabloz. Esta visão acabava por esconder ou escamotear outro aspecto que era relevante para os migrantes, que era a possibilidade de liberdade, de autodeterminação, de lutar por sua sobrevivência e existência. Mesmo assim, é importante que observemos como aqueles que estavam no extrato dominante da sociedade naquele período, viam a chegada dos *Soldados da Borracha* à Manaus:

²¹⁶ Depoimento do Sr. Senhor Joel Batista Ribeiro, concedido ao autor em 18 de janeiro de 2012, na cidade de Rio Branco – AC.

Apesar do abatimento físico e moral que se notava à chegada, percebia-se-lhes igualmente, nos olhos espantados, certo deslumbramento, certa admiração, sufocada, prestes a expandir-se... É que eles viam bem de perto o verde sem fim que os cercava, a fartura cobiçada da água... Daí momentos recebiam a primeira dádiva da natureza amazônica: - a chuva que caía larga e farta, desoprimindo os ares, alegrando-os, memorando neles o mais forte sentimento nostálgico da terra incendiada... A maioria dos nordestinos correu para o pátio externo dos pavilhões, deixando-se encharcar com a chuva e os garotos brincando nas biqueiras. (...) Eles chegavam dos desertos combustos do nordeste, batidos pela inclemência da terra desumana e atirados para dentro desta Amazônia carinhosa- Canaã do Brasil – que os recebia, não apenas com desvelos e proteção do governo, mas também com a oferta de chuvas perenes, das águas remansadas e das matas intermináveis, que serão deles para a fecundidade das searas...²¹⁷

Ao chegar a Manaus os *Soldados da Borracha* eram encaminhados ao “Pouso do Aleixo”, que ficava a duas horas de barco de Manaus²¹⁸. Já pelos idos de 1943 foi construído um acesso alternativo, constituído em uma estrada improvisada e quase intransitável de 20 quilômetros, partindo do centro da capital amazonense. Essas instalações tão afastadas da cidade tinham, por certo, o objetivo de segregar os migrantes do convívio da sociedade, devido, em grande medida, à má-fama que possuíam, mas também servia como mecanismo de controle, minorando ou mesmo impedindo as frequentes fugas e ações de resistência contra os deslocamentos para as regiões extratoras de borracha.

Chegando em Manaus nos pegamos um navio gaiola, que ia nos deixar no Aleixo, que era um ponto reservado pelo governo para o povo lá, para os arigós quando chegassem. Lá ninguém fugia, por que não tinha estrada, só por água, tipo a ilha de Fernando de Noronha. E de lá nos só saía patrocinado, se não tivesse patrão, ninguém saía.²¹⁹

Algum tempo depois do início da *Batalha da Borracha* e visando aumentar a operacionalidade e permitir uma maior facilidade na destinação dos *Soldados da Borracha* em direção aos seringais, foram construídos mais dois *pousos* em Manaus, o da Ponta Pelada, para homens, e, no lado oposto da cidade, o de Flores, para mulheres e crianças. Vale ressaltar que esses dois locais, eram também, à

²¹⁷ MENDONÇA, Carlos. *Gente do Nordeste no Amazonas: Reportagem em tono do repovoamento do Amazonas em 1942*. Manaus: Imprensa Pública, 1943, p. 6.

²¹⁸ Idem, p. 9.

²¹⁹ Depoimento do Sr. Joel Batista Ribeiro, concedido ao autor em 18 de janeiro de 2012, na cidade de Rio Branco – AC.

época, afastados do centro urbano, seguramente com os mesmos propósitos existentes no caso do Aleixo.

Ao lá chegarem, os migrantes, ainda não acostumados com a vida Amazônica, ficavam aguardando a chegada dos seringalistas, que os apontavam, numa operação semelhante àquela existente no trabalho da estiva. A escolha do seringalista, não descuidando de uma avaliação da compleição física, mesmo que superficial, lançava mão, todavia, de critérios bastante frágeis e subjetivos, como rememoram os próprios migrantes:

Os patrões preferiam os cearenses porque tinham fama de trabalhadores, os paraibanos tinham fama de valente, os baianos preguiçosos, os pernambucanos de cangaceiros e por isso viravam capangas. Ainda tinha os cariocas que eram malandros. O homem tinha que ser magro e ter canela fina para andar muito. Se fosse gordo não queriam por que não ia aguentar a lida no seringal.²²⁰

Outro método de escolha utilizado pelos patrões e posteriormente apropriado pelos migrantes foi o aproveitamento dos laços de fraternidade criados entre os *Soldados da Borracha*, nos seus locais de origem ou durante as viagens. Foi bastante comum que amigos fossem para o mesmo lugar, baseados em indicações mutuas, ainda que também associadas às subjetividades já citadas.

Eu já cheguei no pouso destinado para o seringal Califórnia em Feijó no Acre, de onde eu tinha saído. Eu vinha trazendo gente comigo, 53 (cinquenta e três) colegas, tudo lá de Uruburetama, que o patrão tinha mandado pedir. Ele só queria cearense. Eu trouxe um paraibano, por que um cearense se deu com ele e pediu para levar. Era um paraibanim até bom de trabalho.²²¹

Fator interessante a se observar é a recorrência nos relatos dos *Soldados da Borracha* da informação de que não existia obrigatoriedade de que eles fossem para um seringal específico. Muitos migrantes recusavam ir para certos rios devido às histórias de insalubridade e doenças que grassavam na região e que, circulando entre eles, causava verdadeiro temor. Foi comum observar relatos de *Soldados da Borracha* que mudaram de seringal ou de rio, exatamente pela incidência de doenças e epidemias. Assim, fica claro que aventura, a fortuna, a fuga da seca, a

²²⁰ Depoimento do Sr. Melquisedec Barroso Soares, concedido ao autor em 16 de janeiro de 2012, na cidade de Rio Branco – AC.

²²¹ Idem.

propaganda, a defesa da pátria ou qualquer outro motivo que estimulasse a migração, podia esbarrar em alguma limitação imposta pela “leitura” que os próprios migrantes faziam do processo.

Eu tava na hospedaria de Ponta Pelada, lá com o Capitão Guedes, o fala firme. Ai quando foi no mês de outubro de 1943, eu me alistei com o Coronel Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes, para uma aflente do Rio Negro, rio Caurés, com 48 companheiros. Desses 48 voltamos 18 para Manaus. Eu fui um dos tais que quando cheguei ao barracão, que o patrão me olhou e disse: “esse não bota o dia manhecer”. Eu hoje graças a Deus boto 89 anos. Quando voltei do Rio Negro, fui para Manaus e de lá para outro seringal aflente do Rio Purus. Ai cortei 9 anos.²²²

Visando evitar que os seringalistas pudessem ter acesso a migrantes que não tivessem passado pelo crivo estatal, ou ainda que não possuíssem a higidez física considerada necessária, os órgãos estatais, ao exemplo do Banco de Credito da Borracha, se encarregavam de intermediar essa mão de obra. Essa medida visava ainda evitar que agenciadores particulares trouxessem mão-de-obra para a região, como já haviam ocorrido no primeiro período de exploração da borracha. Por tal motivo, as autoridades, visando coibir a prática, faziam campanhas nos jornais recomendando que a mão-de-obra deveria ser solicitada exclusivamente àquele esse órgão, como se infere da noticia:

Cabe o Banco da Borracha o selecionamento do pessoal destinado aos seringais – (...) Visa esta providencia organizar um corpo de trabalhadores selecionados e eficientes para os seringais, evitando-se que esse centros produtores de borracha recebam um pessoal estropiado e inadequado aos fins que se tem em mira (...).²²³

Como já mencionado, muitos migrantes não foram para os seringais, ficando pelas cidades, perambulando em busca de ocupação que garantisse a sobrevivência no espaço urbano, ou então em busca de um modo de volver a seu torrão natal. Devido a tais resistências, as próprias autoridades lançaram mão de alguns dos migrantes para diversos outros serviços, inserindo-os nas atividades policiais, nos serviços de manutenção pública, ou mesmo nas fábricas de beneficiamento de castanha e borracha.

²²² Depoimento do Sr. José Romão Grande, obtido no site: www.opniaotv.com.br/index.php?vid=3349, acessado em 11 de junho de 2012, às 17:00 hs.

²²³ *O Acre*, nº 676. Rio Branco, 19 Jan 1943.

Muitos deles, artífices e operários especializados, são aproveitados nos serviços das oficinas e estaleiros de Manaus, ou em trabalhos da prefeitura, e alguns mesmo, recrutados para as fileiras da força pública do Estado...²²⁴

Paralelamente, exsurtem das falas dos *Soldados da Borracha* diversas outras formas de resistência à ida para os seringais, ao exemplo das redes de contatos formados por intermédio da religiosidade:

Só podia sair do Aleixo se fosse com patrão, fosse para o seringal ou fosse para outra tarefa. Acontece que eu, minha mãe e meus irmãos, nos era evangélicos. Ai um dia chegou um pastor lá e nos tirou da escravidão. Ai nos viemo para Manaus. Quando chegamos em Manaus nos fomos trabalhar numa fábrica de castanha por nome Ajuricaba.²²⁵

No fim, a maioria acabava por ir aos seringais, aos rios da borracha, em busca de riqueza ou de uma “terrinha para se fixar”. Iam aos seringais cheios de promessas e de sonhos, que em sua maioria não se realizaram. Os recém-chegados, *os arigós*, que ainda não tinham prática em cortar seringa e cuja produção inicial de borracha era muito pequena assim como no primeiro ciclo de exploração de borracha, foram recorrentemente tratados como “brabos”. Só no segundo fábrica e que esse migrante era considerado “manso”, ou seja, apto a lida nos seringais. Retomava-se assim, uma terminologia bastante recorrente na região desde finais do século XIX.

No primeiro boom da Borracha, qualquer espécie de cultura de subsistência era rechaçada, pois todas as energias do seringueiro nordestino deveriam estar destinadas a produção gomífera. Em consequência o seringueiro não se fixava a terra, pois sua única intenção era produzir borracha, pagar suas dividas no barracão e tentar voltar para seu torrão natal. Com a derrocada da indústria extrativa amazônica de látex, houve uma debandada dos trabalhadores nordestinos, que buscavam retornar para casa, ocasionando um esvaziamento de braços capazes na região amazônica. Reportando-se àquele momento, Carlos Mendonça argumenta:

²²⁴ MENDONÇA, Carlos. *Gente do Nordeste no Amazonas. Op. cit.*, p. 20.

²²⁵ Depoimento do Sr. Joel Batista Ribeiro, concedido ao autor em 18 de janeiro de 2012, na cidade de Rio Branco – AC.

Não mais parecia uma retirada, mas uma fuga, aos grupos. Os seringueiros não estavam radicados à terra. Domaram-na, apenas para a produção da *hevea*, mas não a estimavam... Não tinham por ela o apego e o amor que se tem ao solo trabalhado pela messe dos roçados. Sempre lhe fora vedado cultivar a terra. O patrão não queria lavouras; Exigia borracha, só borracha. E eles abandonavam o Amazonas.²²⁶

No entanto, o trabalhador arregimentado para a *Batalha da Borracha* vinha para a Amazônia com promessas governamentais de tratamento diferente do idos tempos da primeira corrida pela exploração do látex. De acordo com as normas estabelecidas nos contratos de encaminhamento e propalada de forma ostensiva por intermédio de cartazes de propaganda e cartilhas, o seringalista ficava obrigado a facultar ao seringueiro, independente de qualquer indenização, o cultivo da terra até uma hectare no entorno de sua barraca, possibilitando o consumo pessoal ou da família. Também era assegurado ao seringueiro a meação da castanha recolhida e a totalidade das peles dos animais silvestres que abatessem, além da exploração da madeira de arvores diversas da seringueira e castanheiras.²²⁷

Coube a Clabroz traduzir, quase que pontualmente, o teor do Decreto em arte propaganda que, na forma de cartazes, foi largamente difundida no Ceará e em outras localidades do Nordeste Brasileiro.

O que se viu, e o que se fixou na memória dos *Soldados da Borracha*, no entanto, foi algo bem diferente do alardeado. Repetia-se o engodo do propagandismo de finais do século XX, desta feita com participação direta do Estado Brasileiro. Nos novos seringais imperavam as antigas prática e proibições, onde o sistema de aviamento, atrelava, mediante um sistema de endividamento, o produtor ao barracão, impedindo sua autonomia na produção da subsistência.

Figura nº 5
Direitos dos Soldados da Borracha



Fonte: Cartilha do SEMTA

Na verdade o que ocorria é que desde o momento em que era escolhido e embarcado para o seringal, o brabo já começava a acumular uma dívida com o patrão. O mecanismo de prender o trabalhador por meio de uma dívida interminável foi chamado de "sistema de aviamento". Essa dívida

²²⁶ MENDONÇA, Carlos. *Gente do Nordeste no Amazonas. Op. cit.*, p. 27.

²²⁷ Decreto-Lei nº 4.841, de 17 de outubro de 1943, artigos 6º, 7º e 8º.

crescia rapidamente, porque tudo que se recebia no seringal era cobrado. Mantimentos, ferramentas, tigelas, roupas, armas, munição, remédios, tudo enfim era anotado na sua conta corrente. Só no fim da safra, a produção de borracha de cada seringueiro era abatida do valor de sua dívida. Mas o valor de sua produção era, quase sempre, inferior à quantia devida ao patrão.²²⁸

O Estado Brasileiro prometia aos trabalhadores arregimentados que não os desampararia à própria sorte nas mãos dos seringalistas, estabelecendo regras mínimas a serem observadas no contrato de trabalho objetivando coibir os abusos cometidos no período áureo da borracha, inclusive prevendo a solução de possíveis conflitos por intermédio a Justiça do Trabalho. É o que podemos observar em um trecho do Decálogo do Seringueiro²²⁹, de autoria do Interventor Álvaro Maia, que deveria ser proferido em tom de juramento perante a Bandeira Nacional pelos *Soldados da Borracha* chegados a Manaus:

6º Prometemos cumprir as ordens do Governo da República, porque, arregimentados como soldados, trabalhamos como homens livres, à luz de contratos assinados no Ministério do Trabalho, com as garantias das leis sociais, benemerências do Estado Nacional.²³⁰

Tal previsão ia ao encontro da política trabalhista de Getúlio Vargas, que buscava impor a todos os brasileiros a intervenção do Estado nas relações de trabalho, aos moldes do sistema trabalhista italiano²³¹. Tais promessas governamentais serviam para garantir aos *Soldados da Borracha* que as arbitrariedades relatadas no período áureo da borracha, nos tempo antigos, não se repetiria. Não é outra a posição de Seth Garfield:

To promote labor migration to the Amazon, the Brazilian and U.S. governments endorsed a two-pronged approach: state intervention in the Amazonian (and northeastern) economy and labor market; and massive propaganda to showcase the economic potential and strategic

²²⁸ NEVES, Marcus Vinicius. "A Heroica e Desprezada Batalha da Borracha". *Revista História Viva*. Junho de 2004.

²²⁹ É importante notar o tom messiânico da mensagem transmitida pelo representante de Vargas no Amazonas, que assemelhava o juramento dos *Soldados da Borracha* aos dez mandamentos da lei mosaica.

²³⁰ *Revista Sintonia*, nº37. Manaus, Junho de 1943.

²³¹ Em 1º de maio de 1943 Vargas promulga a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), com objetivo de garantir direitos trabalhistas aos trabalhadores, porém, fica claro que tais direitos, se eram pouco respeitados para os trabalhadores urbanos, eram inócuos para os trabalhadores rurais ou extrativistas.

importance of rubber tapping, which under state supervision, would be purged of its notorious abuses.²³²

Ao mesmo tempo em que se apela para o messianismo do juramento dos *Soldados da Borracha*, o Estado também busca impedir fugas ou resistências aos trabalhos nos seringais, tentando impor ao migrante, por meio de juramento de honra, a ideia de que como soldado não poderia fugir a batalha para qual fora convocado, o que mais e mais assemelhava e identificava a arregimentação do migrante à condição de militar: “7º Juramos permanecer nos seringais para que fomos designados, por que são quartéis do Brasil, e deles não sairemos, cometendo crime de deserção, como não sairíamos de uma frente de batalha”.²³³

É importante que façamos um parêntese para observar que o governo Vargas buscava coibir condutas criminosas dos seringalistas impondo, inclusive, a diretriz de que o Estado Brasileiro intervisse diretamente contra esses abusos. Contudo, o próprio Estado descumpria suas normas, ao exemplo do Código Penal, datado de 1940²³⁴, que caracterizava como crime o aliciamento de trabalhadores com fins de migração, proibindo-o de forma categórica:

TÍTULO IV DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO
Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional
Art. 207 - Aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional:
Pena - detenção de um a três anos, e multa.
§ 1º Incorre na mesma pena quem recrutar trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho, dentro do território nacional, mediante fraude ou cobrança de qualquer quantia do trabalhador, ou, ainda, não assegurar condições do seu retorno ao local de origem.²³⁵

O certo é que, apesar da interferência do Estado na arregimentação e colocação dos trabalhadores nos seringais, os abusos dos seringalistas não se tornaram exceção, em muitos casos utilizando-se dos benefícios concedidos pelo Governo Brasileiro. Exemplo disso era o medicamento atebрина, utilizado para combater a malária, doença que grassava pela região e provocava diversas morte

²³² Numa tradução livre: “Para promover a migração de trabalhadores para a Amazônia, os governos dos Estados Unidos e do Brasil aprovaram uma abordagem em duas vertentes: a intervenção do Estado na Amazônia (e no nordeste) na economia, no mercado de trabalho e propaganda massiva para mostrar a importância econômica potencial e estratégica da extração da borracha, que sob a supervisão do Estado, teiam removidos de seus notórios abusos”. GARFIELD, Seth. “*Soldiers’ and Citizen in the Rainforest*”. *Op. cit.*, p. 46.

²³³ *Revista Sintonia*, nº37. Manaus, Junho de 1943.

²³⁴ Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

²³⁵ *Código Penal Brasileiro*, Título IV, Art. 207. 1940.

ou incapacidades para o trabalho. Esse medicamento que tinha origem nos Estados Unidos deveria ser fornecido gratuitamente aos seringueiros em substituição ao quinino²³⁶. Porém, isso não ocorria, sendo o medicamento, na maioria das vezes, vendido a preços nada módicos. As agências governamentais até buscavam evitar tais condutas, ameaçando de severas penas aqueles que comercializassem os remédios, mas muitas das vezes não obtinham sucesso na empreitada.

O serviço Especial de Saúde Pública distribui gratuitamente comprimidos de atebrina facilmente identificáveis por um W (...) Aquele que for denunciado por estar vendendo a atebrina que é dada gratuitamente, será processado, dentro das disposições legais, pelas competentes autoridades.²³⁷

Com tais imperativos, foi comum que *Soldados da Borracha* evitassem tomar medicação para não aumentar sua dívida com o barracão, embora tal decisão acabasse por colocar em risco suas existências e, por vezes, inutilizá-los para o trabalho. Em alguns casos a única saída era ir até as grandes cidades, como Manaus ou Belém, em busca de tratamento de saúde, algo que ficava marcado nas memórias dos migrantes.

Eu peguei uma malária eu quando dava uma hora da tarde eu não fazia mais nada, me arriava mesmo. Passei quase um ano com essa malária e não tomava nada, só esperava para ver o que ai acontecer. Então eu vim para Manaus, lá eu fui pra um hospital e me deram uma injeção de palutônico. Era uma injeção que dava assim uns 8 centímetros, quase da grossura de uma garrafa e azul. Ai me deram essa injeção no braço e foi dor grande. Mas dessa injeção até hoje, já andei por um bocado de rios e malária nunca me perseguiu.²³⁸

A busca por majoração dos lucros por parte dos seringalistas resultava numa preferência clara pelos trabalhadores nordestinos, ao invés da utilização da mão-de-obra local, isto estava ligado não só ao senso comum que alegava uma suposta capacidade maior de trabalho do nordestino em relação ao índio ou ao caboclo, mas, principalmente, pela maior possibilidade de lucro a ser auferida com o *arigó*. É o que parece argumentar o texto de Cristina Wolff:

²³⁶ “Dez milhões de atebrinas para Amazônia. Rio, 18 (Do correspondente) – Para substituir o quinino no combate a malária, os Estados Unidos da América do Norte enviaram dez milhões de tabletes de atebrina para a Amazônia”. *O Acre*. Rio Branco, 24 de Janeiro de 1943.

²³⁷ *O Acre*. Rio Branco, 04 de julho de 1943.

²³⁸ Depoimento do Sr. Joel Batista Ribeiro, concedido ao autor no dia 18 de Janeiro de 2012, na cidade de Rio Branco – AC.

Uma explicação para preferência dos patrões pelos seringueiros nordestinos, é que estes, além de produzirem muito mais borracha por se dedicarem naquele primeiro momento, exclusivamente ao corte da seringa, ainda consumiam toda a subsistência em forma de mercadorias que comprava dos patrões. O patrão ganhava na compra e na venda da borracha, na renda cobrada pelas estradas de seringa e ainda nas mercadorias que vendia aos seringueiros. Os índios, entretanto, jamais abandonavam seus roçados, a caça, a pesca como atividades de subsistência, precisando assim de muito menos mercadorias, e produzindo menos borracha por dedicarem tempo a essas atividades essenciais para manutenção das famílias.²³⁹

Outra forma de buscar a majoração dos lucros incidia nos valores pagos pela borracha recebida. Para a borracha verde era dado um desconto, ou quebra, relativa a desidratação natural das pelas. Alguns patrões além de fraudar nos pesos e medidas utilizados, ainda usavam de valores altos de quebra o que reduzia sobremaneira o valor da produção do seringueiro e aumentava sua dívida com o barracão.

Bosses also whittled away tappers earning by fixing the scales used to weigh rubber or by charging tappers a commission on the cash or goods received (approximately 20% on cash and 10% on goods), especially when the patrão was a small merchant who did not receive rubber rents.²⁴⁰

Contra este tipo de atitude, que buscava dar lucros indevidos aos patrões e colocar os *Soldados da Borracha* em condição de maior submissão econômica ante o barracão, os migrantes lançaram mão de um sem número de ações de resistência, algumas delas aprendidas com os nativos, como a comercialização clandestina da produção com os regatões. Esses “empresários do rio” compravam borracha dos extratores, trocando-as por artigos de necessidade imediata que no barracão do patrão eram fornecidos a preços exorbitantes ou por artigos que sequer estavam disponíveis para fornecimento. Esse comércio clandestino, que se esgueirava por igarapés e paranás, era fortemente combatido pelos patrões e pelas autoridades,

²³⁹ WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da floresta: Uma História: Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 180-181.

²⁴⁰ Numa tradução livre: “Os seringalistas também exploravam os seringueiros fixando as medidas utilizadas para pesar borracha ou através da cobrança dos seringueiros de uma comissão sobre o dinheiro ou os bens recebidos (cerca de 20% em dinheiro e 10% em bens), especialmente quando o patrão era um pequeno comerciante que não recebia rendas de borracha”. GARFIELD, Seth. “*Soldiers’ and Citizen in the Rainforest*”. *Op. cit.*, p. 46.

como se tais comerciantes fossem uma espécie de quinta colunas – outro jargão militar! – ou, como eram mais comumente alcunhados, “piratas dos rios”.

Quinta coluna

Enquanto o governo em cooperação com a operosa classe seringalista empreende a gigantesca batalha que se trava na Amazônia, para que os seus seringais produzam mais borracha pela vitória da liberdade e da justiça, há um elemento que, entre nós já se tornou tradicional pelos seus malefícios e processos inescrupulosos de comércio, procura impedir a concretização dos planos elaborados: o regatão.

Visitando as colocações dos *Soldados da Borracha* levando pelo interesse de comerciar com aguardente e outros quinquilharias prejudiciais, a troca de ouro elástico, promovendo festas, reuniões e implantando a desordem e o descontentamento com boatos criminosos, o regatão assume nos dias que atravessamos o papel do quinta-coluna. (...)

Vendendo uma garrafa de aguardente por um preço que varia de 25 a 30 cruzeiros e em troca oferecendo 10 cruzeiros por um quilo de borracha, ou ainda, como geralmente acontece, pagando mais cinquenta centavos do que o preço pago pelo seringalista, esse elemento nocivo a boa marcha dos trabalhos no front da borracha, munido de uma balança especialmente para esse fim, rouba no peso do produto que recebe em troca no seu comércio criminoso. (...)

A esses autênticos quinta-colunas (sic) o prêmio que bem merecem: a cadeia.²⁴¹

Buscando melhorar sua condição financeira, bem como aumentar seu grau de liberdade em contrapartida ao regime de subordinação ao barracão, vinculada exclusivamente a produção de borracha, os seringueiros buscavam a mitigação de suas dívidas por intermédio de outras formas de auferir renda. É certo que em períodos de entressafra do fábriço de borracha, que normalmente se estendia de maio/junho até novembro, os seringueiros acabavam por majorar a renda utilizando de outra atividade extrativa, a castanha, cuja safra ia de dezembro a fevereiro:

Castanha dava mais dinheiro rápido em três meses do que em seis meses de seringa. Só não ganhava mais por que também tinha sujeira na castanha, assim com o tinha na borracha. Assim como o seringueiro ruim colocava sujeira na borracha. Tinha gente que colocava todo tido de castanha, xoxa, estragada. Por isso o patrão dava um quebra (desconto no peso da castanha).²⁴²

²⁴¹ *O Acre*. Rio Branco, 26 de Junho de 1943.

²⁴² Depoimento do Sr. Francisco de Assis Frazão, concedido ao autor em 03 de junho de 2013, na cidade de Manaus.

Alguns relatos informam que existiram seringueiros que obtiveram saldo e retornaram a suas plagas natais. No entanto, muitos deles, que se encontravam inutilizados por doenças ou acidentes para o trabalho tinham como solução o abandono da atividade. Alguns tiveram a sorte de o patrão cumprir os contratos de encaminhamento devolvendo o seringueiro ao local de origem, o que acabou por ser uma exceção:

Aqui teve muito cara que trabalhou e depois ia embora. Cortava bem tirava saldo e ia embora. Se com dois anos você trabalhasse e quisesse voltar, tinha a mesma passagem de volta. Depois de dois anos. Se você adoecesse não prestasse mais para trabalhar o para o tinha que mandar deixar de volta onde tinha pegado. Tinha lá um cozinheiro por nome Inácio que teve um derrame e não prestava mais para trabalhar. O patrão me chamou e disse “mande deixar ele em Belém, que foi lá que peguei ele”.²⁴³

Poucos relatos informam que algum seringueiro tenha tido um bom saldo, sendo assim capaz de pagar suas dívidas e ir embora dos seringais. De fato, esses casos parecem ter sido raras exceções. Muitos, resignados com sua situação, acabavam por gastar o pouco dinheiro acumulado durante longas jornadas na selva com os gastos necessários à uma modesta subsistência, embora sempre se dê mais destaque aos gastos que se faziam, vez por outra, com mulheres, bebedeiras e farras nas cidades, o que de certa forma estimulava o comércio nas cidades e gerava renda indireta, ligada à extração de borracha.

Outro “artigo” com que os *Soldados da Borracha* gastavam seu saldo nos seringais – na verdade um “artigo de luxo” – eram as mulheres. Em muitos casos as mulheres que derivavam aos seringais – quando o faziam por vontade própria! –, eram, frequentemente, aquelas que se encontravam em situação de abandono e miséria, muitas vezes já tendo trilhado o caminho da subsistência na cidade pelo sinuoso, violento e aviltante percurso da prostituição. Porém, na lógica dos seringais e de seus patrões, só deveriam ter direito a essas mulheres, os seringueiros considerados bons, trabalhadores e, claro, com saldo. A esse respeito, não deixa de ser interessante a memória dos depoentes:

Em 1945, tinha um patrão do rio machado que tava em Manaus. Esse patrão tava alistando gente e mulher também para levar para alguns seringueiros. Nessa época as mulheres era poca. Isso mulher solteira. Então o patrão ia na Joaquim Sarmiento que era só lugar delas. Hoje não,

²⁴³ Depoimento do Sr. Melquisedec Barroso da Silva, concedido ao autor no dia 16 de Janeiro de 2012, na periferia da cidade de Rio Branco – AC.

mulher vagabunda é em todo canto, você não sabe quem é moça quem é mulher casada. Mas naquele tempo elas tinha o lugar delas. Você passava ali oito horas da noite e escolhia a mulher que queria, do jeito que ele queria.²⁴⁴

Salta da fala do depoente a carga de pré-conceitos arraigados contra as mulheres, que são por ele consideradas por meio de concepções hierárquicas de gênero. No extremo, tais preconceitos tendem a associar a mulher popular, a mulher trabalhadora e aquelas que transitam nas ruas da cidade, como “vagabundas”. Não há ali, como se vê, a menor condescendência para com a prostituta. Com efeito, fruto de seu tempo, seus preconceitos não deixam de ser também àqueles partilhados amplamente no seio da sociedade. Tanto é assim, que a cidade descrita em sua fala é uma cidade onde parte da população se vê claramente segregada, social e espacialmente, em áreas consentidas. Embora o depoente não se aperceba, a mulher que ele despreza em sua fala, é a que se irmana com ele no infortúnio de uma vida cidadina regrada e opressiva. Dessa forma, seringueiros e prostitutas terminam por transitar pelas mesmas vias, usar os bancos das mesmas praças, dividir os mesmos espaços públicos, nas fímbrias de cidades que apenas os toleram.

A história da arregimentação de mulheres nas cidades amazônicas para o trabalho nos seringais ainda está por ser escrita, em que pese a existência de um ou outro trabalho a percorrer o assunto²⁴⁵. Por ora nos fica a suspeita de nela enxergar uma marca sombria, de aliciamentos, engodos, achaques, quando não o a pura e simples “escravidão branca”, quase sempre de mulheres destinadas à algum tipo de exploração sexual, cujo tráfico foi tão comum em todo o Ocidente (e no Brasil) na primeira metade do século XX.²⁴⁶

Enquanto isso, nos seringais da Amazônia, o sistema de obtenção de mulheres pelos seringueiros era algo que resultava, como se viu, de uma dupla estratégia, voltada numa ponta, para reforçar, por meio de uma estruturação familiar, mesmo que precária, os vínculos do seringueiro ao seringal; enquanto na

²⁴⁴ Depoimento do Sr. Joel Batista Ribeiro, concedido ao autor no dia 18 de Janeiro de 2012, na cidade de Rio Branco – AC.

²⁴⁵ Veja-se, por exemplo, o já citado *Mulheres da Floresta*, de Cristina Scheibe Wolff.

²⁴⁶ RAGO, Margareth. “O Tráfico de Escravas Brancas”. *Os Prazeres da Noite: Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Estrangeiros e o Comércio do Prazer nas Ruas do Rio de Janeiro (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992; SOIHET, Raquel. “Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano”. In: PRIORI, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Editora da UNESP, 2001, p. 362-400.

outra ponta, servia para aumentar as dívidas no barracão daqueles seringueiros de maior saldo, ou seja, daqueles que possuíam maior capacidade de trabalho e produção. Em ambos os casos, o processo reforçava o controle patronal e os vínculos de dependência, já significativos. Desse processo, os depoentes falam com precisão e detalhe:

Funcionava assim. O patrão ia baixar para Manaus e mandava avisar para todos os freguês que ia baixar. Ai chegava um e dizia, patrão traga uma mulher pra mim. Ele sabia que o sujeito era trabalhador, ele anotava para trazer. Ai chegava outro ele anotava e assim ia. Ai chegava um freguês ruim, que não produzia nem para ele comer, ai ele dizia, “eu vou trazer mulher pra ti? Vou trazer pra pessoa que trabalhe, senão morre de fome tú e ela”. Ai depois de chegar em Manaus, ele depois de resolver tudo e vender o produto dele, a borracha, ai ele ia procurar. Se ele precisava de freguês ia procurar freguês na hospedaria, se era mulher ele ia procurar de acordo com o que tava na lista. Nesse tempo mulher era poca em Manaus e para se conseguir uma mulher para levar para o seringal não era fácil. Ai ele ia pra zona mesmo, ai consegui 3 ou 4 , era o máximo que conseguia, por que a demanda era grande, as veze tinha encomenda de 6 ou 8. Aquela mulher desde a hora que o patrão contratava ela, ficava por conta do freguês. Ele tirava a mulher da zona e já colocava num hotel. Se ela precisa-se de calçado, dinheiro, alimentação remédio, já era tudo por conta do freguês. Ai quando ele chegava no seringal, começava a baixar freguês atrás de mulher. Ai ele dizia, “taí, escolha uma dessas”. Agora aquela pessoa que pegava aquela mulher ia trabalhar dois anos para pagar a conta daquela mulher.²⁴⁷

Na visão desse depoente, essa situação era mantida pela constante pressão sobre o seringueiro para que produzisse. A mulher era em muitos casos colocada como mercadoria garantida pelo barracão, da qual o freguês era obrigado a cuidar e manter, sob pena de perder para outro que tivesse a disposição para suportar a dívida.

E se ele morresse a mulher vinha para o barracão e quem quisesse levar ela ia pagar a conta do marido dela que morreu. E se ele judiasse com a mulher, ela vinha para o barracão e quem quisesse pagava a conta dele e levava a mulher.²⁴⁸

Vale dizer que, independente de sua origem, a mulher no interior do seringal via, muitas vezes, sua existência ressignificada, não sendo ali entendida como mero “objeto” de luxo e prazer sexual. Assim, foi comum que, qualquer que

²⁴⁷ Depoimento do Sr. Joel Batista Ribeiro, concedido ao autor no dia 18 de Janeiro de 2012, na cidade de Rio Branco – AC.

²⁴⁸ Depoimento do Sr. Joel Batista Ribeiro, concedido ao autor no dia 18 de Janeiro de 2012, na cidade de Rio Branco – AC.

fosse sua origem, ela se tornasse uma companheira e parceira fundamental não apenas para a produção de borracha, mas até mesmo para a sobrevivência do seringueiro, estando a ele ombreada e sendo, inclusive, em muitos casos, mais autônoma que as mulheres das cidades em seu tempo. Os Seringueiros reconheciam isso e valorizavam essas características nas mulheres, como podemos inferir de suas memórias:

Quando nos morava no seringal e minha mulher era mais nova, ela era danada. Ela aprendeu a atirar, ela caçava, ela pegava caça, ela pegava peixe. Fazia de tudo. Quando eu saía, ela ficava só com os dois garotinhos. Ai ela pegava a canoa e ia pescar. Tinha uns cachorro danado, eles iam sozinho e pegava aquelas pacas e traziam assim no porto de casa, ai ela ia, ela mesma e matava. Quando eu chegava tinha comida, tinha tudo e eu nem me preocupava. ²⁴⁹

Viver na Amazônia exigiu dos migrantes o contato e convivência não só com outras realidades ambientais, mas principalmente com outras culturas que já estavam instaladas na região. Seringueiros, ribeirinhos e índios, com suas crenças, costumes e tradições, foram sujeitos que passaram a fazer parte da realidade dos migrantes e que fizeram parte de sua mudança e transformação de *arigó*, de *brabo*, de *Soldados da Borracha*, em seringueiro e morador da Amazônia.

Na arte de se tornar seringueiro, o triste deserdado, ou esperançoso, do Nordeste vai moldando sua vida à nova realidade: de brabo, passa a manso, aprende a domar uma outra montaria, a canoa, e as pegadas do rio são marcas do tempo; sua alma torna-se tão profunda quanto os rios: vivazes, agitados, inquietantes como as águas das superfícies, onde as imagens do macro cosmo refletem no micro cosmo das águas, constituindo uma imagem indivisível, um todo único. ²⁵⁰

Esse contato, essa miscigenação, essa fusão de realidades distintas não foi sempre pacífica. Existiram conflitos e resistências. Em muitos casos, a falta de compreensão das culturas locais e a pressão pela abertura de novas áreas de exploração, resultaram em conflitos. É preciso dizer sem rodeios: os seringueiros, que hoje partilham com os índios, a condição de ponta de lanças da preservação da Amazônia, num primeiro momento foram algozes dos índios, ampliando o

²⁴⁹ Depoimento do Sr. Francisco de Assis Frazão, concedido ao autor em 29 de outubro de 2011, na cidade de Manaus.

²⁵⁰ FUNES, Euripedes. Eldorado no Inferno Verde "Quem vive no inferno se acostuma com os cães". In: GONÇALVES, Adelaide; COSTA, Pedro Eymar Barbosa (Org.). *Mais borracha para vitória*. Op. cit., p. 19.

processo de genocídio que já se arrastava por séculos. Como os índios resistiam à perda do controle de suas terras, o resultado eram conflitos sangrentos, sendo as famosas *correrias*, provas cabais dessas ações:

Lá onde eu tava tinha e tem muito índio. Só em 45 e 46 eles me atacaram 3 vezes. Dia 30 de março eles atacaram nois. Depois em agosto eles vieram de novo e atacaram o cozinheiro. Depois em 28 de janeiro eles atacaram de novo. Em janeiro de 1946. O patrão mandava fazer correria, mas não servia de nada. Eles eram brabo no mato. Em (19)49 o Pedro Biló passou o verão todinho matando índio. Eles não tava mais deixando o pessoal trabalhar. Ele vinha passava cinco seis dias descansando ai entrava no mato e ficava dez quinze dias na mata só matando índio. Ele andava com dez quinze homens para ajudar.²⁵¹

O Estado fazia vista grossa a tais atos de genocídio, apesar de, em alguns momentos, existirem pífias tentativas de tentar evitar tais conflitos. É certo que para seringalistas e seringueiros, a única forma de garantir a segurança era “correr” com os índios das áreas de exploração, e, portanto, qualquer ação do governo em sentido contrario era rechaçada de forma veemente.

Mas o Governo não queria que matasse. Em (19)45 o cara veio para tirar voto. E o homem tinha acabado de chegar da correria e tinha trazido uma caboquinha assim, pequena e deu prum nego véi que chamava até Manoel Antônio. Ai o cara quis tomar a caboca e disse não vão fazer correria mais não. Ai o Patrão, o Raimundo Prado ainda era vivo, disse, “então você traga sua mãe pra ficar no lugar dos meus freguês que tão morrendo aos monte. Eu mando matar todas as vez”.²⁵²

Em muitos casos, os índios, ou “caboclos brabos”, quando não eram mortos, eram levados para sede dos seringais como troféus vivos, revificando práticas escravistas que, de forma hipócrita, os discursos oficiais anunciavam ter ficado no passado colonial. Reduzidas à simples mercadoria pela sanha truculenta dos seringalistas e suas *correrias*, meninas e mulheres jovens eram abertamente vendidas ou trocadas para serem esposas dos seringueiros. Em outros casos, eram dadas como presente para pessoas importantes ou, ainda, conduzidas para cidades onde, frequentemente, seriam exploradas como verdadeiras escravas domésticas, a trabalhar por comida e um chão para dormir. Boa parte dessas condutas ficaram marcadas na memória e na fala de um *Soldado da Borracha* Amazonense:

²⁵¹ Depoimento do Sr. Melquisedec Barroso Soares, concedido ao autor em 16 de janeiro de 2012, na cidade de Rio Branco – AC.

²⁵² Idem.

Quando nos viemo de Aripuanã, ainda trouxemo dois índios quando viemo de lá. Era uns dois rapaizim assim. Hoje em dia estão bem de vida. Ficaram com um pessoal que são dono de num sei quantas casas de posto de gasolina e metalúrgica lá no Japiim. Eu ate batizei, o nome de um era Antônio e o outro José.²⁵³

Desse contato conflituoso e por vezes sangrento resultou uma miscigenação de valores, de culturas e modos de viver que se amalgamaram na figura dos *Soldados da Borracha*. Eles aprenderam com o índio as artimanhas da selva, os medicamentos que poderia retirar da mata, assimilaram muitas de suas crenças, lendas e mitos. Por tal motivo não é raro encontrar nomes de origem indígena, ligados diretamente ao fábriço da seringa, ao exemplo do *jamanxi*, a mochila do seringueiro. Desse contato resultaria ainda um novo modelo de encarar o meio ambiente, fruto de interesses econômicos, de conflitos culturais e principalmente da necessidade de sobrevivência, que se estendeu desde a primeira ocupação de áreas para extração de látex, e que se estende até os dias atuais.

Aqueles que para organismos e governos, tornou-se modelo de comportamento equilibrado com o meio ambiente foi construído historicamente, a partir do contato entre culturas indígenas e nordestinas, que sob o sistema dos seringais encontraram condições propícias para sua constituição e desenvolvimento, mas que não para no que acompanhamos hoje.²⁵⁴

Nos seringais, esses migrantes, *Soldados da Borracha*, passam a ter outra denominação, a de *fregueses*, sendo doravante supridos pelos patrões e submetidos não mais ao contrato de trabalho pré-estabelecido pelo Governo Federal, mas sim pelos regulamentos dos seringais onde estavam alocados. Nestes regulamentos, o rigor ou “brandura” dependia exclusivamente da boa vontade do seringalista.

De forma geral, o patrão-seringalista, fornecia a mercadoria ao freguês seringueiro até que este conseguisse construir sua barraca e aprontar as estradas para iniciar a exploração. Quinzenalmente as mercadorias necessárias ao sustento do seringueiro eram trocadas pela borracha produzida, sendo tais trocas anotadas na caderneta do seringueiro, objetivando o acerto de contas ao final do período de

²⁵³ Depoimento do Sr. Ovídio Batista, concedida ao autor em 23 de outubro de 2011, na cidade de Manaus – AM.

²⁵⁴ MONTYSUMA, Marcos. Entre o proibido e o permitido na floresta amazônica: uma historicidade da formação preservacionista entre os seringueiros de Xapuri. In: *História Poder e práticas sociais*. Cascavel, Edunioeste, 2006, p. 87.

produção (fábrico), podendo resultar em um saldo positivo, o que na maioria das vezes não ocorria.

No período da Segunda Guerra Mundial, devido à grande demanda por borracha, e à conseqüente pressão norte-americana por mais produção, aliada ainda ao desejo dos *Soldados da Borracha* em buscar desesperadamente o saldo no barracão, verificou-se em alguns seringais a utilização de práticas predatórias que levaram à exaustão muitas seringueiras. Essa disparidade entre grande necessidade de produção e a pressão por obtenção de saldo, fez com que alguns seringueiros – chamados pelos outros de “malvados” – utilizassem de métodos de extração predatórios, que retiravam da seringueira todo o látex até levá-la a morte, ao exemplo da antiga prática do garrote.²⁵⁵

Como é conhecido, essas ações, muito em voga no primeiro período de exploração da borracha, resultaram na quase extinção ou exaurimento das árvores de seringa nas áreas dos baixos rios amazônicos. Dessa prática surgem figuras especializadas nos seringais, os fiscais que cuidavam de verificar se o seringueiro estava extraindo látex de forma adequada, sem maltratar a seringueira e sem levá-la a morte. A guerra também trouxe uma pequena evolução tecnológica, que visava preservar a seringueira, a troca da machadinha de extração, cuja utilização resultava em feridas graves no lenho da madeira, pela faca *jebong* ou *malaia*, que tinha corte mais preciso e menos ofensivo à árvore de seringa.²⁵⁶ Sobre essas mudanças, diz um depoente:

Tinha um mateiro que ia levar você até tal colocação, chegava lá fazia a barraca, difumador. Ai se a estrada fosse num lugar virgem, que nunca tivesse sido cortado ele ainda ia dividir as seringueiras tudinho para agente trabalhar. Se uma seringueira pegasse oito tigelas, só podia trabalhar quatro, para não cansar. Não podia usar machadinha, que usava no tempo antigo, só a faca pra não machucar a madeira.²⁵⁷

Hélio Melo seringueiro e escritor autodidata acreano afirma: “O freguês tem que zelar as estradas, ou melhor, cortar dentro do regulamento exigido. Para isso, o

²⁵⁵ Amarração feita na parte superior do tronco da seringueira para que todo o látex escorresse de uma só vez. Geralmente resultava na morte da árvore.

²⁵⁶ BATISTA, Djalma. *O Complexo da Amazônia: Análise do Processo de Desenvolvimento*. 2ª Ed. Manaus: Valer, 2007, p. 177. A faca *malaia* e o corte em espiral ou *bandeira* foram evoluções na extração da borracha oriundas das plantações asiáticas.

²⁵⁷ Depoimento do Sr. Francisco de Assis Frazão, concedido ao autor em 29 de outubro de 2011, na cidade de Manaus.

patrão tem seu fiscal, que corrige as estradas”²⁵⁸. Com efeito, as lembranças de tais regramentos mantiveram-se vivas na fala dos ex-seringueiros:

Os patrões tinham muito cuidado e muita lei para cortar a seringueira. Eles tinha mateiro lá, que preparava estrada e deixava o tapiri pronto. Para cortar a madeira, sempre cortava de um lado e outro descansava. Sempre de cima pra baixo. Da altura de nossa cabeça para baixo. Depois, já por volta de 1964 que foi o último ano q cortei antes de vir para Manaus ai já não tinha mais lei cortava de qualquer jeito. Faziam maldade com a seringueira. Ela apodrecia e morria.²⁵⁹

Durante a *Batalha da Borracha*, nos seringais onde era permitido o plantio, a atividade de agricultura era subsidiária à atividade de produção de borracha, de castanha ou até mesmo de extração de madeira e caça. Porém, após a Segunda Guerra, e à medida que os preços da borracha caíam, as práticas de proteção foram, em muitos casos, abandonadas, só sendo retomadas novamente, pelos próprios seringueiros a partir da maior difusão do discurso ambiental, quando então a consciência de preservação volta a ser valorizada. Essa mudança de paradigma preservacionista é defendida por Marcos Montysuma:

Todo conhecimento de seringueiros em relação à floresta, que é admirado e estudado pelos cientistas de vastas áreas do conhecimento, compreendendo-o situado nos marcos do desenvolvimento sustentável, resulta de uma construção histórica em que se mesclam interesses do patrão dono do seringal, de um lado e extrativista seringueiro, por outro. Cada um em sua trincheira, dentro de seu papel que lhe cabe no organograma do extrativismo, colabora a seu modo para a constituição do esboço preservacionista que assistiremos tomar corpo na passagem do século XX para o XXI.²⁶⁰

Ainda de acordo com Montysuma, as referências à busca da preservação da seringueira e da floresta em pé, vinham, num primeiro momento, dos patrões, que tinham tal interesse estribado no fundamento econômico, e que de alguma forma impediram a extração do látex até a morte da seringueira, o que resultaria na perda de um investimento alto feito em prol da produção do “ouro elástico”. Por tal motivo, deixavam o chamado “inverno amazônico” (dezembro a abril) como período de descanso para as árvores: “Pelas leis do patrão, no inverno os patrão

²⁵⁸ MELO, Hélio. *Coletânea de textos*. Rio Branco: FMCGB, 2011, p. 29.

²⁵⁹ Depoimento do Sr. Francisco de Assis Frazão, concedido ao autor em 03 de junho de 2013, na cidade de Manaus.

²⁶⁰ MONTYSUMA, Marcos. *Entre o proibido e o permitido na floresta amazônica*. Op. cit., p. 86.

não queria que cortasse seringa, era época delas descansarem. No inverno o seringueiro vivia de um couro, da pesca, ia mariscando até passar o inverno”.²⁶¹

Existia no âmbito dos seringais um acordo tácito, em que se subentendia que as seringueiras pertenciam ao patrão, porém a borracha extraída pertencia ao seringueiro, cuja produção devia ser vendida ao patrão. Essa prática criava no seio dos próprios seringueiros uma repulsa a qualquer tipo de trabalho assalariado, uma vez que ele podia produzir o quanto fosse necessário para quitar seu saldo, algo que jamais ocorreria caso tivesse um salário fixo, ou seja, fosse empregado, como acontecesse atualmente em alguns seringais do Acre:

Eu não vendo a borracha, pois a borracha é deles, eu sou empregado... Quando o seringueiro era dono da borracha e fazia uma borracha bem difumada e bem feita, aquilo vinha outro dinheiro, as veis o dinheiro vinha drobrado pros seringueiro.²⁶²

Mesmo assim, a sede por borracha e a relativa liberdade e independência do seringueiro permitiam, em alguns casos, que eles chagassem a ter empregados para auxiliar no corte da seringa, visando o aumento da produção:

Eu conheci um lá no Coari Grande que era doido. Ele saia a boca da noite, cortava uma estrada. Só que ele pagava um empregado. Quando ele chegava, o empregado ia juntar o leite a estrada que ele tinha cortado e ele ia cortar a outra estrada. Quando era de manha ele ia difumar o que o rapaz trouxe e ele ia juntar o leite da outra estrada. Ele fazia mil e duzentos, mil e trezentos quilos de borracha.²⁶³

A impossibilidade de plantar junto às áreas de seringa, estava associada a dois fatores: de um lado, a necessidade de destinar todo o esforço para produção de látex e, de outro, à proibição por parte dos seringalistas que buscava manter seus fregueses em inteira dependência dos barracões. Como em sua maioria, os seringueiros eram nordestinos e afetos as atividades campesinas, eles acabavam de alguma forma buscando burlar a proibição de plantar seus legumes, vez que era uma forma de libertação do jugo do barracão, embora também fosse um trabalho por eles considerado natural. Aos seringueiros, que em sua maioria eram solteiros e cuja única intenção era formar saldo para voltar ao Nordeste, o fato de não poder

²⁶¹ Depoimento do Sr. Aldenor da Costa Souza, concedido ao autor em 19 de Janeiro de 2012, na cidade de Rio Branco – AC.

²⁶² Idem.

²⁶³ Depoimento do Sr. Francisco de Assis Frazão, concedido ao autor em 29 de outubro de 2011, na cidade de Manaus.

plantar em nada interferia na sua faina diária, porém, para aqueles que tinham decidido permanecer na Amazônia e que estavam acompanhados de famílias que haviam trazido consigo ou constituído na região, a busca por alternativas ao aviamento do patrão – como o plantio de roças, a caça e a pesca – eram recorrentes e consideradas questão de sobrevivência. Essa é uma afirmação que é corroborada pela pesquisa de Gerson Albuquerque. Para ele,

...geralmente os trabalhadores rurais têm, na floresta, alternativas controladas por eles próprios para “fugir” de um maior endividamento junto ao barracão, numa atitude de insubordinação contra as regras disciplinadoras do sistema de “troco”.²⁶⁴

Pelos relatos dos antigos *Soldados da Borracha*, verificamos que eles não consideravam natural ou justa a proibição de fazer plantações próximas aos seus ranchos. Essas distorções foram suprimidas aos poucos com a quebra da produção de borracha, quando os patrões não recebiam mais produtos das casas aviadoras e não possuíam mais condições de aviar ou fornecer mercadorias a seus seringueiros.

Durante a Guerra, enquanto os suprimentos disponibilizados pela *Rubber Development Corporation* (RDC) e Pelo Banco da Borracha abundavam na região, em alguns casos com muito desperdício, os seringalistas não tiveram problemas em aviar seus fregueses.

Com a queda dos preços da borracha, ocasionada pelo fim dos *Acordos de Washington*, muitos seringalistas perdem a capacidade de aviar seus fregueses, o que fez com que diversos patrões permitissem a prática da agricultura pelos seringueiros e suas famílias, ou que, simplesmente, não tivessem mais como a conter. A falta de capacidade de aviamento colocava em certos momentos o seringueiro em condição de completa penúria, vez que sua produção agrícola nem sempre era capaz de suprir todas as necessidades.

Os últimos dez anos foram marcados por quedas cada vez maiores nos preços pagos pela borracha vegetal amazônica, levando à redução e em alguns momentos, a completa inexistência de mercado para esse produto, alterando drasticamente as formas de abastecimento das populações rurais.²⁶⁵

²⁶⁴ ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues. *Trabalhadores do rio Muru: o rio das cigarras*. Rio Branco: EDUFAC, 2005, p. 41.

²⁶⁵ Idem, p. 104.

A nova crise da economia extrativista, ocasionada pela fuga do capital americano, teve consequências semelhantes a quebra da indústria gomífera na virada do século XX. A falta de capacidade de aviamento acabou por flexibilizar as rígidas relações existentes de trabalho nos seringais, dando uma maior autonomia e liberdade aos seringueiros, para que buscassem outras formas de sustento.²⁶⁶

Dessa vez, ao que parece não houve mudanças substanciais em relação ao primeiro período de exploração extrativa da borracha, exceto pelo fato de que os capitais excedentes oriundos da exploração do látex não geraram monumentos cheios de brilho e fausto²⁶⁷, porém, a arregimentação de trabalhadores que durante a *Batalha da Borracha* ocorria às expensas do governo brasileiro, acabou em muitos casos por resultar em trabalho compulsório, quase escravo, da mesma maneira de antes.

Como as histórias se misturam e os dramas se repetem, resulta natural notar a existência de muitas confusões acerca dos dois períodos de extração do látex da seringueira, sendo que muitos não conseguem discernir os atos, fatos e sujeitos do primeiro período de exploração de borracha, associados mais com a situação decorrente do suposto fausto que ela proporcionou, dos *Soldados da Borracha*, arregimentados durante a Segunda Guerra Mundial. Outro equívoco é a veiculação da imagem do seringueiro como um preservador da floresta, desde o momento em que chega na Amazônia, como se pode observar numa famosa toada do Boi Garantido, de Parintins:

Vem desbravador das matas
Vem, “Soldado da Borracha”, vem ver
Os monumentos erguidos com teu sofrimento

No teatro da vida, és o protagonista
De uma história de glória, desse povo valente
Seguidor das ideologias de preservação
Do seringueiro Chico Mendes

Seringueiro amazônida, mateiro destemido
Vem garantir o teu sustento ignorando o perigo
Vem pra dizer que defender o verde
É o teu destino.²⁶⁸

²⁶⁶ COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia ocidental: Contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez, 1992, p. 59.

²⁶⁷ CORRÊA, Luiz de Miranda. *A borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial*. *Op Cit.*, p. 17-18.

²⁶⁸ Toada “Seringueiro da Amazônia”, composição de Rozinaldo Carneiro. Boi Garantido, 2007.

O nordestino que sai de sua terra como trabalhador pobre e despossuído, e que é utilizado pelos patrões, dentre outras coisas, como instrumento para “limpar” a selva de seus habitantes originais – vistos como empecilhos ao avanço do “progresso” e da “modernidade” – aos poucos vai se associando aos elementos nativos da Amazônia e com eles aprendendo. É como fruto dessas experiências históricas, que *fazem-se* seringueiros, “*construindo seus diálogos e a hora de soltar os gritos*”²⁶⁹, e, dessa forma, tornam-se, eles mesmos, elementos formadores dos *povos das florestas*, responsáveis por sua manutenção e preservação.²⁷⁰ Assim, para os seringueiros e *Soldados da Borracha*, o ambientalismo é ponto de chegada e não ponto de partida.

O seringueiro, que durante muito tempo necessitou ser controlado pelo patrão para que não matasse a seringueira extraíndo o látex até sua exaustão, tronou-se, por sua própria experiência, construída na lida diária, o protetor da floresta e, junto com outros *povos da floresta*, passou a ser defensor do meio ambiente. Essa mudança de posicionamento resultou no surgimento de uma consciência de preservação da floresta e de seu meio de vida, principalmente porque não se poderia esperar para sempre pela atenção do aviamento ou por recursos vindos de fora da região.

Com o fim da Guerra e a retomada das zonas produtoras de borracha aos japoneses, os norte americanos perderam o interesse na Amazônia e em sua produção de borracha. A saída da *Rubber Development Corporation* (RDC) – a agência americana que estimulava produção de borracha – se dá quase em forma de uma debandada, como afirma Valter Aleixo, ex-funcionário da corporação norte americana. Para ele a saída da empresa lhe parecia uma

revoada de jacus, feita na maior pressa e desordem. Tratores foram abandonados em plena floresta, barcos foram deixados incompletos nos estaleiros, os aeroportos operados por pessoal americano ficaram, de um dia para o outro, à mercê de inexperientes e atônitos funcionários brasileiros, estruturas para construção se viram abandonadas nas barrancas dos rios etc.²⁷¹

²⁶⁹ FUNES, Euripedes. Eldorado no Inferno Verde. Op. cit., p. 19.

²⁷⁰ LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. Resenha. Op. cit., p. 161.

²⁷¹ Apud MARTINELLO, Pedro. *A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial*. Op. cit., p. 320.

Apesar de o preço da borracha estar garantido pelos *Acordos de Washington* até 1947²⁷², o que se observa é um paulatino endividamento dos seringalistas e arrendatários, que prefere, dessa forma, entregar suas propriedades hipotecadas ao Banco da Borracha, ou ainda vendê-las para empresários interessados em implementar a criação de gado de corte. A partir desta época, o que se vê em muitos casos na Amazônia e a secular prática da grilagem, que quase sempre vinha associada a violência contra os posseiros ou ocupantes tradicionais das terras, como podemos observar numa notícia associada a cidade de Boca do Acre, no Estado do Amazonas:

Grilagem, em suma, é o que passou a fazer em Boca do Acre, escandalosamente. E não foi outra a razão pela qual muitos (sic) sulistas, entre grandes médios e pequenos fazendeiros, acabaram aportando por lá. Compravam as terras em escritórios montados no sul pelos grileiros, e quando iam assumir as propriedades adquiridas, encontravam-nas ocupadas por posseiros que viviam ali a 30 ou 40 anos.²⁷³

A chegada destes novos empreendedores, chamados na região dos altos rios de “*paulistas*”, causou grande impacto na vida dos povos da floresta. A derrubada da floresta para plantio de capim e colocação de gado bovino resultava na expulsão das populações que viviam da extração dos produtos da floresta, entre eles a borracha.

A produção em larga escala de carne bovina acabava por afastar as culturas tradicionais e por destruir a floresta que dava o sustento dos seringueiros e outros extrativistas, piorando a condição de vida destes trabalhadores e sem que nada fosse dado a eles em contrapartida. Isso fica evidente na fala contida no jornal *O Varadouro*, que se autointitulada um *Jornal das Selvas* e que circulou na capital do Acre entre o final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. O jornal recorrentemente denunciava os desmandos dos “paulistas” e dos governantes que apoiavam suas ações:

No caso do Acre e da Amazônia em geral é de se perguntar, antes de tudo, sobre quem sai lucrando com a devastação das florestas e a exploração do seu potencial mineral e vegetal. O próprio diretor do INPA teve uma expressão adequada para responder a esta questão: “Não devemos permitir – disse ele – que gaúchos, paulistas e outros venham acabar com as florestas da Amazônia. Eles chegam aqui: criam o boi;

²⁷² MARTINELLO, Pedro. *A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial*. Op. cit., p. 321.

²⁷³ *O Varadouro*, nº 12. Rio Branco, setembro de 1978, p. 15.

mandam carne para a Alemanha e outros países; o dinheiro fica lá e o homem da Amazônia fica apenas com o 'berro do boi'".²⁷⁴

Os seringueiros passam e se chocar com as agressões promovidas pelos paulistas, não só as agressões físicas para a expulsão dos posseiros e dos ocupantes tradicionais das propriedades adquiridas, mas também para com a natureza. A ausência de floresta, de roças, de água, enfim do mundo a qual estavam habituados, causava espanto aos seringueiros, conforme podemos inferir da fala dos depoentes:

Eu saia daqui de Rio Branco um dia desses e fui no (KM) 100 da transacrea numa picape de um fazendeiro que tem ali por nome Marcelo eu na carroceria. Fomos até o 100 e eu não vi um pé de roça, uma árvore, só capim e campo, campo, campo. Isso ai que acabou com tudo, por que a natureza é uma coisa muito bem feita, se vc faz um campo numa vertente d'água, se você limpa, ali logo não tem mais água. Ai se acaba tudo. Nós homi é que acaba tudo.²⁷⁵

A experiência construída pelo seringueiro no seio da floresta, a percepção de que a natureza era sua provedora, a forma de produzir mantendo a floresta em pé e, principalmente a consciência de como se relacionar com o meio ambiente em que viviam, fez surgir no seio destes sujeitos a necessidade de resistir a essa "invasão". Daí surgiram os movimentos organizados visando impedir a derrubada da floresta e a extinção do modo de vida construído na floresta, os *empates* e a ideia até das futuras reservas extrativistas. Como pode inferir da fala do Sr. José Barbosa:

Entonces, o caminho mais fácil prá nós vencer é a união, para reivindicar os direitos em nome de uma classe. Se for em nome de uma pessoa, não vai conseguir, por que esse direito pertence a muitos. Mas unido, ela pode conseguir. Essa união tem favorecido muito a gente.²⁷⁶

A consciência de que o homem é que acaba com tudo, faz com que o seringueiro, reconhecendo-se como homem, busque formas de preservar a floresta. Isso tem possibilitado, frequentemente, a união deles com índios, castanheiros e ribeirinhos, e resultado em processos organizacionais que tentam

²⁷⁴ *O Varadouro*, nº 1. Rio Branco, Maio 1977, p. 5.

²⁷⁵ Depoimento do Sr. Aldenor da Costa Souza, concedido ao autor em 19 de Janeiro de 2012, na cidade de Rio Branco – AC.

²⁷⁶ *O Varadouro*, nº 12. Rio Branco, setembro de 1978, p. 21.

resistir a essa avalanche de “modernidade” (leia-se: desmatamento, poluição, etc.) que destrói seu modo tradicional de relacionamento com a floresta e de viver com e para ela.

O seringueiro fez correrias contra o nativo e mudou a paisagem, alterou parcialmente o meio ambiente, pois a riqueza que buscava estava sobre a terra. Ele sangra a árvore para fazer a “péla” de látex, não precisa arrancar a “pele” da natureza. Não desfigura a paisagem de forma violenta como ocorrerá na fase de ocupação da Amazônia, de forma caótica, desenfreada, desordenada e criminosa, pela agropecuária, mineração e, especialmente hoje, pelo agronegócio. Neste processo, a terra é rasgada, despojada de sua paisagem e de sua gente índios e seringueiros que assumem, juntos, uma nova identidade: “Povos da Floresta”, guardiões das matas, da vida, da natureza.²⁷⁷

É de se ressaltar que a constituição de sindicatos rurais e a busca de união entre os povos da floresta, cujo expoente maior foi o seringueiro Chico Mendes²⁷⁸, nem sempre foram vistas com bons olhos pelos próprios *Soldados da Borracha*. Existem algumas vozes que destoam das falas que atribuem à criação dos sindicatos a situação de penúria em que hoje vivem os seringueiros. É o que nos informa o Senhor Melquisedec:

O preço da borracha só caiu e quebrou depois que o sindicato entrou. O sindicato que acabou com tudo. Botaram uns presidente que não sabia de nada. Dizia que o seringueiro podia vender borracha para quem quisesse. Ai ficava devendo pro patrão o tempo todo. Ai quem é que aceita isso? Quem é que aguenta? Ai os patrão saíro tudo.²⁷⁹

Existiram casos de trabalhadores que conseguiram tirar saldo e retornar a suas terras, mas a maioria resultou em permanência nos seringais, ou, quando não mais foi possível manter o sustento única e exclusivamente com o que a floresta lhe permitia extrair, buscavam sobreviver indo para as cidades. Ir para a cidade para um homem da floresta era o fim, era a perda daquilo que lhe era mais caro, a vida em contato com a natureza, onde ele experimentava a liberdade. A cidade era um lugar de perdição, lugar de gastar o saldo, lugar onde o homem trabalhador, frequentemente, se transformava em indigente.

²⁷⁷ FUNES, Eurípedes. Eldorado no Inferno Verde. *Op. cit.*, p. 19.

²⁷⁸ Chico Mendes era seringueiro, mas não foi *Soldado da Borracha*, porém foi um dos primeiros a encampar a luta pelo reconhecimento dos direitos destes ex-combatentes.

²⁷⁹ Depoimento do Sr. Melquisedec Barroso da Silva, concedido ao autor no dia 16 de Janeiro de 2012, na cidade de Rio Branco – AC.

Um parente da minha mulher tinha dois filho. Eles cortavam e faziam borracha, borracha. Muita borracha. Eram trabalhador. Eles trabalharam assim uns quatro anos seguido nas castanha e na seringa. Eles tinham uns trinta contos de reis de saldo, na época era muito dinheiro. Ai eles nunca tinham vindo aqui em Manaus, ai eles pediram e o patrão liberou. Eles viero e o que fizeram? Gastaram o dinheiro todinho, trinta conto todinho, todinho. Se o senhor visse ia se admirar. Gastou com os outros, com bebedeira, mulher. Ai resultou voltando para o seringal com uma mão na frente e outra atrás. Os que não voltasse ficava na cidade com o meu cumpadre, que nem um mendigo. pedindo na rua. ²⁸⁰

A saudade dos seringais, o desejo de voltar mais uma vez a sua colocação para morrer, ao fim e ao cabo são recorrentes nas falas dos ex-seringueiros e *Soldados da Borracha*. A saudade dos seringais e até de uma vida sofrida, presa ao patrão, mas em que eles se consideravam mais livres: “Eu só to aqui na cidade por causa dos meus fio. A minha família é que me segura aqui. No seringal ninguém passa necessidade, temo caça, a mandioca, a fruta. Você vivia do que queria”. ²⁸¹

É certo que muitos foram para as cidades, sob os mais diversos argumentos, ao exemplo de dar uma melhor educação para os filhos ou por força de expulsão, devido às terras que ocupavam terem sido vendidas a algum *paulista* para criar gado; porém, na cidade eles sempre se sentiam – e muitos ainda se sentem – como estranhos. A seringueira, a borracha e a floresta fazem falta, pois, como eles mesmos dizem: “quem se habitua a viver do seu leite, não se acostuma mais a qualquer outro serviço”. ²⁸²

²⁸⁰ Depoimento do Sr. Francisco de Assis Frazão, concedido ao autor em 29 de outubro de 2011, na cidade de Manaus – AM.

²⁸¹ Depoimento do Sr. Melquisedec Barroso da Silva, concedido ao autor no dia 16 de Janeiro de 2012, na periferia da cidade de Rio Branco – AC.

²⁸² Extraído do Regulamento Interno dos Seringais de Otávio Reis. Apud BENCHIMOL, Samuel. O Romancero da Batalha da Borracha. Manaus: Ed. Governo do Estado, 1992, p. 41.

Capítulo 4

O Ocaso dos *Soldados da Borracha*

No dia em que abandonarmos os nossos bravos, os homens que desbravaram essa terra, em que nos esquecermos de nossos antepassados e de nossos ancestrais, de nossas tradições e de nossos costumes, em que não tivermos os mesmos interesses de construir uma sociedade livre, justa e solidária, de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, e abandonarmos à própria sorte aqueles que em situações adversas tiveram a coragem de colocar o seu tijolo na construção de nossa pátria, então não seremos mais uma Nação, mas uma massa disforme, que não sabe de onde veio e para onde vai.

Juíza Federal Maria Divina Vitória²⁸³

É manifesto que a memória de cada sujeito sofre influências diretas não só do vivido, mas também do momento histórico em que ela é resgatada, o que significa dizer, apoiado nas palavras de Michel Pollack²⁸⁴, que a memória é seletiva.

Essas inferências ficam clarificadas nas falas dos *Soldados da Borracha* no que tange ao fim da Segunda Guerra Mundial, que, apesar de ter marco definido nos livros oficiais de história, não tem datas tão bem definidas para as populações que de alguma forma sofreram seus efeitos, vivenciando-a de maneira diversa do que as elites pretenderam estabelecer. Como afirma Pollack²⁸⁵, “a memória individual acaba predominando sobre a cronologia política, mesmo essa tendo um estofo de cientificidade”. Logo, com relação aos *Soldados da Borracha*, uma constatação que salta aos olhos, é a de que, por sua interveniência direta, tanto no passado, quanto na contemporaneidade, a *Batalha da Borracha*, na qual se viram inseridos, não acabou com o fim da Segunda Guerra Mundial, mas, de alguma forma, se estendeu até os dias atuais, transmutada em uma luta constante por sua identidade e por seu reconhecimento. É hoje, portanto, uma luta por *direitos!*

²⁸³ Voto Vista PEDILEF 200532007062286, TNU, DJU 11/12/2007.

²⁸⁴ POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Op. cit.*, p. 203.

²⁸⁵ Idem, *ibidem*.

Lembrando de Edward Thompson²⁸⁶, é preciso levar em conta o esforço dos homens (sua *experiência*, diria!) e trazer à narrativa, os sujeitos da história, debatendo, problematizando e criando alternativas de reflexão e investigação. Assim, a diversidade de experiências por eles vivenciadas está relacionada à complexidade dos sentidos dados à condição de *Soldado da Borracha* por cada um deles.

Esses sujeitos são homens e mulheres, indivíduos que, por meio de suas experiências cotidianas, constroem identidades sociais, moldando-se conforme seus interesses, contradições, conflitos e resistências. Não são sujeitos abstratos e homogêneos, despersonalizados e com vontades determinadas como queria a historiografia tradicional.

De pronto, emerge das falas desses sujeitos que o fim da guerra não trouxe mudanças efetivas para os seringais, persistindo o modo de vida e produção que imperava naquelas plagas desde meados do século XIX e que foram, com maior ou menor intensidade, reproduzidos durante a *Batalha da Borracha*. Os *Acordos de Washington* estabeleciam que os preços mínimos e as condições de produção e aquisição de borracha seriam mantidos até junho de 1947, o que pode ter contribuído para tornar a atividade nos seringais inalterada mesmo com o fim oficial da guerra em agosto de 1945²⁸⁷. Mesmo com notícias desencontradas, muitos acreditaram que o fim da guerra traria não só a possibilidade de retorno para casa, mas também a prometida indenização: “Foi em 8 de maio de 1945 que eu ouvi as notícias, e estávamos muito felizes porque pensamos que receberíamos nossos pagamentos e poderíamos voltar para casa”.²⁸⁸

Porém, se a vida nos seringais não mudou de forma imediata, é certo que uma coisa mudou quase imediatamente: a esperança e o sentimento de heroísmo, ou pelo menos de dever cumprido, e a certeza de que a pátria reconheceria aqueles que, durante o esforço de guerra aliado, permaneceram embrenhados nas selvas, extraindo o látex indispensável ao funcionamento da máquina militar norte-americana.

²⁸⁶ THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria*. *Op. cit.*, p. 180-201; THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. *Op. cit.*, p. 7.

²⁸⁷ A Alemanha Nazista rendeu-se aos soviéticos em 8 de maio de 1945 e o império japonês rendeu-se aos Estados Unidos da América, em 15 de agosto de 1945, terminando oficialmente com a Segunda Guerra Mundial.

²⁸⁸ Entrevista concedida pelo Sr. Manuel Pereira de Araújo ao jornal *O Estado de São Paulo*, edição de 10 de agosto de 2010.

O que se verificou foi uma situação de imobilismo resultante do fim da guerra e do anunciado fim dos acordos de Washington. Começou-se a pensar em alternativas para aqueles que trabalhavam na indústria do látex, e principalmente na busca de algum reparo ou indenização para aqueles que começaram a abandonar os seringais e retornar às cidades, pois estes foram os primeiros a relatar os fatos que se passaram no interior da floresta. É de se observar que nem todos perderam; alguns setores ganham com o fim da guerra e a crise da borracha. Aqueles que viviam dos financiamentos públicos ou que de alguma forma administravam recursos públicos destinados ao amparo dos trabalhadores na seringa, nada perderam. Mesmo os seringalistas que tinham seus seringais hipotecados em nome dos empréstimos realizados pelo Banco de Crédito da Borracha (BCB), também não perderam, pois era melhor abandonar as terras cheias de seringueiras, que agora nada mais valiam, do que continuar explorando uma indústria que de certa forma causava prejuízo ou pelo menos não fornecia os lucros de outrora.

Nas falas dos *Soldados da Borracha*, é explícito o sentimento de abandono e mesmo de *malogro*, em alguns casos, porém, esse sentimento gerado pelo fim da guerra e pelo não cumprimento por parte do Governo Brasileiro, das promessas feitas quando da arregimentação, não retirou desses homens o desejo de lutar por seus direitos. Outro segmento de seringueiros, aqueles que não conseguiram chegar às cidades para expor suas necessidades e reivindicar seus direitos, buscaram formas de resistir no seio da floresta e de manter-se o máximo possível ligados a sua atividade natural de extratores de látex.

Em que pese à existência de algumas falas²⁸⁹, informando que quem possuísse saldo e quisesse retornar às suas plagas natais, poderia fazê-lo, isto não aconteceu efetivamente, pelo menos não na maioria dos casos. Muitos iniciaram seus deslocamentos de retorno ao Nordeste ou para as cidades, por conta própria, sem qualquer apoio governamental ou dos patrões.

É certo que as condições de trabalho não eram adequadas e que as relações freguês/patrão nem sempre eram amistosas. Vejamos a fala do Sr. Armédio Saíd

²⁸⁹ O senhor Melquisedec Barroso Soares, em depoimento ao autor na cidade de Rio Branco, afirma que os patrões tinham a obrigação de devolver os trabalhadores inválidos às suas terras natais, e que, muitos, assim o faziam.

Dene, que foi dono de cinco seringais no Acre. Referindo-se aos “arigós”, ele argumenta:

O patrão controlava comida, a roupa, o transporte e o remédio. “Tudo Ladrão, do calibre de lampião” (...). Para ele, os “*Soldados da Borracha*” não mereciam confiança. Ele exercia o comando usando a carabina. “Era nós (os seringalistas) ou eles [os seringueiros]”.²⁹⁰

Ressalte-se que as posições acerca do insucesso pessoal na *Batalha da Borracha* são conflitivas e, mesmo no seio dos *Soldados da Borracha*, existem vozes que destoam da ideia do abandono estatal e vociferam que a adaptação à vida no seringal estava diretamente ligada à disposição para o trabalho. A esse respeito, vejamos uma manchete de entrevista realizada com o Sr. Arthur Jadir de Andrade,

Uma opinião diferente sobre a *Batalha da Borracha* – A Amazônia não é nenhum “inferno”; Seus habitantes não são “demônios”. Queixas dos que fracassaram e os motivos do fracasso – Trabalhos “perigosos” e “pesados” que centenas de meninos afrontam sorrindo – Maria Isabel e seus corajosos 15 anos – Elementos desclassificados comprometendo o trabalho e a disciplina – imprudências vícios e crimes – Original depoimento de um ex-“*Soldado da Borracha*”.

Os *Soldados da Borracha*, em sua maior parte, tem grande culpa no que lhes sucedeu no Amazonas.²⁹¹

Em sua maioria, os relatos tomados hoje, momento em que os pleitos pelos direitos indenizatórios desses sujeitos se tornam mais acirrados, de alguma forma buscam retroceder no tempo as suas reclamações. É certo que o direito à indenização estatal e o reconhecimento como *Soldados da Borracha* portadores desses direitos só surgiram com o advento da Constituição Federal de 1988, vez que, os pleitos passados caíram todos no vazio das promessas e de interesses políticos diversos. Porém, verificou-se que as primeiras reivindicações que tratam dos direitos dos seringueiros combatentes da *Batalha da Borracha* surgiram de um instante político específico que o Brasil passava, já no fim da Segunda Guerra Mundial.

Com efeito, o fim da guerra veio, aqui no Brasil, associado à deposição de um presidente que capitaneava um Estado de força, e que com sua queda iniciou-se

²⁹⁰ Reportagem: “A Batalha da Borracha”, publicada na revista *Isto é!* de 30 de dezembro de 1998.

²⁹¹ *O Acre*, nº 837. Rio Branco, 14 set. 1947, p. 5. O Sr. Arthur Jadir de Andrade foi inscrito como *Soldado da Borracha* nº 24.202. Todos os *Soldados da Borracha* recebiam uma numeração e um nome de guerra, assim como os soldados regulares que prestavam o serviço militar. Esse é mais um argumento para os que advogam a causa da condição militar dos que lutaram a *Batalha da Borracha*.

uma verdadeira “caça às bruxas”, na qual todas as políticas implementadas pelo governo deposto, que até pouco tempo eram consideradas salvadoras, tornam-se, de um momento para o outro, políticas nefastas e sujeitas a todo tipo de reprovação. No bojo desse processo, estão inseridas as ações relacionadas à *Batalha da Borracha*. Esse conflito fica patente em um editorial do *Jornal do Brasil*, sob o título *A Tragédia dos Soldados da Borracha*, citado por Valentim Bouças:

A ditadura cavilosa e desumana arrancou dos labores rurais, em plena guerra, 50.000 nordestinos e fê-los marchar para fome e para a morte, com a legenda negaceadora de - soldados da borracha - induzindo-os, com lérias de patriotismo e falsas promessas, as regiões inóspitas da Amazônia, onde os abandonou de maneira impiedosa.

Cem mil braços foram subtraídos do trabalho campestre, da Paraíba, Rio Grande do Norte, do Ceará, do Maranhão, sob o pretexto de produção de intensificação da produção da borracha, material estratégico de que tanto necessitavam os EUA, concorrendo destarte, o governo despótico de então, para o declínio de nossa produção de cereais e de outros gêneros alimentícios que nos dá a terra. Agravou-se consideravelmente a crise de braços em que já vinham se debatendo os lavradores daquela região do país. O DIP [Departamento de Imprensa e Propaganda], que era o reino da mentira, entupia as colunas da imprensa com uma publicidade rica de grosseiras fantasias, acerca daquela providência falaciosa do Chefe Nacional, que procurava, com tanta demagogia, espertezas e passes de mágica, reabilitar-se perante o Brasil e as nações aliadas, depois de um noivado prolongado com os Chefes criminosos do Eixo, que esteve a pique de identificar a sorte de nossa pátria ao destino trágico da Alemanha, Itália e Japão...²⁹²

Um exemplo desse fenômeno aparece no jornal *O Acre*, que se autointitulava, *órgão oficial do Governo do Território*. Enquanto no ano de 1942 o jornal exaltava os feitos do Vargas, alcunhando-o de “Patriótico Presidente”, no ano de 1947, o Estado Novo e seus dirigentes passaram a ser defenestrados com igual firmeza²⁹³. Vejamos o artigo intitulado “Os Párias do Brasil”, reproduzido no mesmo periódico:

(...) Os fatos são de ontem. A famosa “*Batalha da Borracha*” constituiu um dos episódios mais tenebrosos da ditadura para que a possamos esquecer tão depressa. **Visitando o extremo norte, o Sr. Getúlio Vargas prometia, em discurso, que em breve toda aquela imensa região seria convertida pelo gênio desbravador do Estado Novo. Era o sinal de sentido para os soldados executores de sua vontade. E não tardou muito, de fato, para que começasse a mobilização geral**

²⁹² Apud: MARTINELLO, Pedro. *A Batalha da Borracha* na segunda guerra mundial. Rio Branco: EDUFAC, 2004, p. 341.

²⁹³ O autor realizou, na primeira quinzena de Janeiro de 2012, consulta em exemplares do jornal *O Acre*, correspondentes ao período que se estende de 07 de janeiro de 1940 a 14 de novembro de 1948. Tais exemplares encontram-se disponíveis no Museu da Borracha localizada na Cidade de Rio Branco – AC.

para conquista dos seringais. Chame-se a isto, se quiserem de esforço de guerra, mas o certo é que a aventura se converteu em num dos maiores crimes de que temos memória. (...) Foi um crime que deveria ser punido e que não o foi e nem o será, porque os que cometeram continuam dispondo do necessário para não serem incomodados nem sequer pela sombra do remorso.²⁹⁴

Como vimos nos capítulos anteriores, desde o final do século XIX os nordestinos apresentaram-se como pontas de lança da exploração da planície amazônica, principalmente no que diz respeito à extração do látex da seringueira²⁹⁵. A seca, a fome e o autoritarismo dos chefes políticos locais, os “coronéis”, formaram fatores que sempre influenciaram a decisão de abandonar o semiárido nordestino em direção à úmida floresta tropical.

No período áureo da borracha (1880-1910), os trabalhadores vinham ao Amazonas sem promessas governamentais explícitas, sendo introduzidos nos seringais muito mais por força dos interesses privados, que, de resto, lhes impunha modalidades de trabalho compulsório que, como mencionava Euclides da Cunha²⁹⁶, assemelhava-se à escravidão, onde o único interesse era produzir látex para terceiros. Na maioria das vezes o papel do Estado resumia-se ao fornecimento de passagens para a região norte com a finalidade de desafogar as cidades litorâneas das massas de difícil controle oriundas do sertão.²⁹⁷

No entanto, vimos também no terceiro capítulo, que o trabalhador arregimentado para a *Batalha da Borracha* vinha para a Amazônia com promessas governamentais de tratamento diferente dos idos tempos da primeira corrida pela exploração do látex²⁹⁸. Esse deslocamento para a Amazônia diferia dos antigos deslocamentos do final do século XIX e início do século XX, uma vez que agora o Estado Brasileiro passava a ter uma participação efetiva no processo, por intermédio de órgãos estatais criados com o fim de encaminhar trabalhadores para Amazônia²⁹⁹, como afirma Maria Verônica Secreto: “(...) os órgãos encarregados de

²⁹⁴ *O Acre*, nº 833. Rio Branco, 17 de agosto de 1947, p. 5. Originalmente publicado em *A Notícia*. Rio de Janeiro em 02/08/1947. (grifo nosso).

²⁹⁵ BENCHIMOL, Samuel. *Romanceiro da Batalha da Borracha*. *Op. cit.*, p. 45.

²⁹⁶ CUNHA, Euclides. *À Margem da História*. Rio de Janeiro: ABL, 2005, p. 17 e 48.

²⁹⁷ ALBUQUERQUE JR, Durval M. "Palavras que calcinam palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste". In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 15, nº 28, 1995, p. 111-120.

²⁹⁸ Vide Decreto-Lei nº 4.841, de 17 de outubro de 1943.

²⁹⁹ SAVA – Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico; SEMTA – Superintendência Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia; Substituídas em 1943 pela CAETA –

encaminhar trabalhadores para a Amazônia se comprometiam a oferecer assistência médica aos trabalhadores, concentrá-los, transportá-los, vesti-los e alimentá-los até sua colocação nos seringais”.³⁰⁰

Samuel Benchimol demonstrou essa mudança de posicionamento do Estado Brasileiro em relação à migração para a Amazônia. Sua opinião corrobora o posicionamento acima exposto:

O governo chamou para si por intermédio de seus órgãos competentes, D.N.I., S.E.M.T.A., mais tarde C.A.E.T.A., S.A.V.A., etc., o controle da política de recrutamento, hospedagem, distribuição, alimentação e transporte destas massas humanas em movimentação.³⁰¹

O Estado Brasileiro prometia aos seringueiros que não os desampararia à própria sorte nas mãos dos seringalistas, estabelecendo regras mínimas a serem observadas no contrato de trabalho, objetivando coibir os abusos cometidos no período áureo da extração do látex da seringueira (1880-1910), inclusive prevendo a solução de possíveis conflitos por intermédio da Justiça do Trabalho, conforme já visto no capítulo três.

Verificou-se que os contratos jamais foram cumpridos nos termos das previsões contidas na legislação da época. Os seringalistas, em alguns casos, continuaram a tratar os *Soldados da Borracha* como se escravos fossem e a Justiça do Trabalho e o Governo Brasileiro jamais se interessaram efetivamente pela causa dos seringueiros.

Ao fim da guerra, aqueles que não haviam morrido e que permaneceram presos aos seringais por dívidas, ou ainda que não tiveram condições de retornar para suas plagas natais, foram entregues à própria sorte. Dessa forma, os *Soldados da Borracha* trilharam caminhos diversos, fosse lançando-se à subsistência ali onde lhe foi possível vincular-se informalmente a terras devolutas e à margem dos rios – tornando-se o que na Amazônia ficou conhecido como “ribeirinhos” –, fosse perambulando pelas cidades, oferecendo-se a trabalhos de baixa remuneração. Tais condições de abandono são relatadas em tom de denúncia pelo Chefe do

Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para Amazônia. (DL nº 5.813, de 14 Set. 1943).

³⁰⁰ SECRETO, Maria Verônica. A Ocupação dos “Espaços Vazios” no Governo Vargas. *Op. cit.*, p. 93.

³⁰¹ BENCHIMOL, Samuel. *Romanceiro da Batalha da Borracha*. *Op. cit.*, p. 16.

Departamento de Migrações do Instituto Nacional de Imigração e Colonização,
Alcino de Mello:

Abandonando os seringais por falta de assistência médica e premidos pela crise econômica, agravada pela ganância da maior parte dos seringalistas que vendem mercadorias aos seringueiros por preços exorbitantes, os imigrantes nordestinos afluem às cidades e capitais do Vale (Amazônico) em busca de meios para regressar a terra natal. (...) Trabalham em regra como operários braçais, percebendo diária insignificante de dez a doze cruzeiros, quantia essa que não atende às suas necessidades, por mais privações que passem. A mulher passa a engomar, lavar e a coser para fora.³⁰²

Nessa esteira, é emblemático o relato feito por Raimundo Ferreira de Souza, tratando da chegada de sua família, oriunda de um seringal do vale do Purus, na cidade de Rio Branco, em busca de alguma atividade que garantisse sua sobrevivência:

Chegando na Capital do Acre, tentaram conseguir trabalho e ficar morando em Rio Branco, mas devido à falta de uma profissão especializada e também os ganhos para os trabalhadores braçais serem irrisórios nos trabalhos que conseguiram, os Ferreira decidiram não permanecer na cidade. (...) Os Ferreira juntaram os poucos recursos que ainda restaram e compraram uma colônia, de nome Poção, localizada nas margens do Rio Acre, um pouco acima de Rio Branco, para tentarem a vida como agricultores.³⁰³

Durante esse período os governos dos Estados e Territórios Amazônicos buscaram formas de conter o êxodo de trabalhadores dos seringais e da região como um todo, visando evitar o esvaziamento da região, como ocorrera no primeiro período de exploração da borracha. Foram criados projetos de fixação daqueles que afluíam dos seringais, em colônias agrícolas, objetivando a produção de mandioca, milho, arroz, feijão, açúcar, mel, leite, carne, ovos e frutas, visando sua subsistência e o abastecimento das cidades mais próximas.

Porém, essa adaptação à vida fora dos seringais não acontecia de forma tranquila, pois as relações de dependência econômica, decorrentes do sistema de aviamento que imperava nos seringais, apesar de reduzir o seringueiro a uma condição análoga a de um escravo, que trabalhava para comer³⁰⁴, de alguma forma

³⁰² MELLO, Alcino Teixeira de. *Nordestinos na Amazônia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1956, p. 101.

³⁰³ SOUZA, Raimundo Ferreira. *Arigó*. São Paulo: Socrtecci, 2004, p. 41.

³⁰⁴ "Nós era como um porco que tá no chiqueiro, trabalhando o ano todo trocando borracha por mercadoria, quando era no fim do ano, uns tinha pago a conta outros não tinha pago e ficava pedaço

garantiam ao “freguês” a certeza de que se tivesse condições de trabalho poderia comprar fiado no barracão, coisa que não acontecia, por exemplo, no caso da agricultura, que demandava um certo tempo de espera sem a certeza de ser abastecido por ninguém. Assim Souza, continua a saga de sua família:

O homem acostumado com a vida no seringal, dificilmente consegue se adaptar de imediato com a atividade da roça. (...) Começaram a ficar sem dinheiro e, nas suas avaliações, concluíram que os ganhos com o plantio da lavoura de subsistência, não são de imediato e a barriga não poderia esperar tanto tempo, pois no seringal podiam manter-se comprando fiado no barracão e aos poucos produzindo borracha e castanha para liquidar a dívida, ou seja, o **seringueiro, mesmo sendo explorado, tinha o patrão como alguém que garantia a “segurança” para sua família.**³⁰⁵

Ao fim da guerra, muitos *Soldados da Borracha*, apesar de todas as agruras, lograram sair dos seringais e até da Amazônia, retornando a suas terras de origem, porém em condições precárias de saúde, muitos considerados imprestáveis para a atividade laboral. Martinello, consultando os registros de agências governamentais que subsidiaram as passagens de retorno de *Soldados da Borracha*, afirma que, 6.030 migrantes deixaram a Amazônia entre 1945 e 1947. Dos 2.160 imigrantes que deixaram os seringais em 1945, o maior contingente (804 pessoas) sofria de malária, enquanto o desajuste econômico foi listado como o segundo motivo mais comum (712 pessoas) de retorno.³⁰⁶

É certo que as cidades e capitais amazônicas foram obrigadas a absorver o contingente de migrantes retornados dos seringais, seja ele de nordestinos, que de alguma forma não conseguiram retornar ao nordeste, ou de nativos que resolveram lá não mais permanecer devido a condições econômicas ou sanitárias. De acordo com Seth Garfield:

It is unclear how many remained in the seringais or settled in amazonian cities, although entire neighborhoods in the amazonian cities of Manaus (Educandos) and Porto Velho (Arigolândia) absorbed significant contingents of Soldados da Borracha.³⁰⁷

de conta para o outro ano, assim era nossa vida de seringueiro”. Depoimento do Sr. Walter Nunes de Castro ao Documentário “Soldados da Borracha”.

³⁰⁵ SOUZA, Raimundo Ferreira. *Arigó. Op. cit.*, p. 41. Grifos meus.

³⁰⁶ MARTINELLO, Pedro. *A “Baralha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial. Op. cit.*, p. 355-356.

³⁰⁷ Numa tradução livre: “Não está claro quantos deles permaneceram nos seringais ou se estabeleceram em cidades amazônicas, embora bairros inteiros das cidades amazônicas de Manaus (Educandos) e Porto Velho (Arigolândia) tenham absorvido contingentes significativos de *Soldados da Borracha*”. GARFIELD, Seth. “Soldiers” and Citizen in the Rainforest. *Op. cit.*, p. 65.

Nas cidades, os *Soldados da Borracha* ocuparam, por vezes, espaços que antes pertenciam à parcela mais abastada da população, e impuseram ali sua presença, fazendo valer seu viver na cidade que em muitos momentos negou e combateu sua existência. Em Manaus, por exemplo, existem bairros inteiros cuja origem remonta ao retorno desses migrantes dos seringais, a exemplo do Nossa Senhora das Graças:

O bairro Nossa Senhora das Graças teve sua origem com a invasão promovida por um grupo de paraibanos, no ano de 1947, logo após o final do esforço de guerra, que trouxe para a Amazônia muitos migrantes nordestinos para trabalhar nos seringais abandonados depois de encerrado o primeiro ciclo da borracha, no início do século passado.

Os trabalhadores ficaram conhecidos como Soldados da Borracha. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, só restava a eles buscar condições de vida nos centros urbanos. Sem ter onde morar, o grupo passou a ocupar as terras pertencentes à Maçonaria, encravada numa região que na época era o principal ponto de lazer dos moradores da cidade, por causa do Parque Amazonense, fundado pelos ingleses quando estes traçaram as linhas urbanas de Manaus, nos primeiros anos do século XX.³⁰⁸

Apesar da acolhida nem sempre calorosa, aqueles migrantes que optaram por permanecer nas cidades, usando de sua sensibilidade própria, elaboraram suas próprias representações daquele espaço urbano que se aparentava como novo, mas que seria adotado como seu local de vivência coletiva e individual. Buscaram construir uma cidade, um espaço que de alguma forma também lhes pertencesse, trazendo para o norte e para as maiores *urbis* amazônicas (Belém e Manaus) sua música, sua alimentação e seu modo de viver, que em grande parte foi adotado e assimilado pela população local³⁰⁹.

Enquanto centenas ou talvez milhares de *Soldados da Borracha* sobreviventes retornaram para suas plagas natais e outro tanto fixou-se nas cidades, aqueles que permaneceram nos seringais continuaram a cortar seringa, porém, buscaram, como forma de sobrevivência, a diversificação de sua atividade, fosse extrativistas, como a caça para fornecimento de peles, o corte de madeiras nobres, a coleta de castanha, a pesca, ou ainda na produção agrícola. Estes que permaneceram nos seringais, juntos às demais culturas existentes na região Amazônica, com as quais convivem e trocam experiências, tornaram-se um novo

³⁰⁸ *Manaus 342 Anos*. Bairro Nossa Senhora das Graças. *Jornal do Comércio*. Manaus. 24 de Outubro de 2011. Encarte.

³⁰⁹ A importância do nordestino na Amazônia tornou-se tão evidente que no dia 08 de outubro se comemora o Dia do Nordeste na Amazônia, conforme reportagem de *A Crítica*, de 08 de Outubro de 2012.

conjunto de sujeitos, os “Povos da Floresta”³¹⁰, ou, como são referenciados mais comumente,, populações tradicionais:

De extratores de borracha, mão-de-obra transumante entre a seca do nordeste e a possibilidade da fortuna, os seringueiros passaram a ser uma “população tradicional”, apegada a seu território, vivendo em seu próprio ritmo de sincronia com a floresta. (...)

Foi no período de crise do preço da borracha, quando a migração se tornou menos intensa e a volta para o nordeste muito mais difícil, que se constituiu verdadeira forma de convivência dos seringueiros com a floresta, com o aproveitamento dos diversos recursos desta para a sobrevivência ³¹¹.

Em todo caso, os *Soldados da Borracha*, receberam pouco ou nenhum amparo do Estado Brasileiro e, apesar de a compensação financeira ter sido dada pelo Governo dos Estados Unidos³¹², os valores parecem ter tomado outro caminho que não os seringais amazônicos.

Logo após a segunda guerra, foram instaladas diversas comissões visando investigar os atos da ditadura varguista, entre elas uma Comissão Parlamentar de Inquérito (1946) com objetivo de apurar os Acordos de Washington e as condições em que foram deixados os *Soldados da Borracha*, fruto principalmente das denúncias que começavam a chegar aos grandes centros urbanos, relatando as condições em que aqueles indivíduos foram deixados, ao exemplo da notícia veiculada no Jornal *O Acre*:

Ceará – O triste destino de 40 mil cearenses – Fortaleza, 20 – (Asapres) – O Instituto do Nordeste, depois de longos debates, resolveu solicitar ao governo notícias sobre cerca de 40.000 cearenses que deixaram este Estado para lutar na “*Batalha da Borracha*”. As informações chegadas da Amazônia, dizem que estes bravos estão ali abandonados nas piores condições. ³¹³

Nesse momento, marcado pelo fim do Estado Novo e pelo ressurgimento da democracia, as críticas à campanha de produção de borracha orientada para a

³¹⁰ Para uma discussão mais aprofundada sobre a categoria “Povos da Floresta”, recomenda-se a leitura do Artigo: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia”. In: D’INCAO, Maria Ângela e SILVEIRA, Maria Isolda (Orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1994.

³¹¹ WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta: uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 142-143.

³¹² Nos termos do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em: 25 jul. 2012.

³¹³ *O Acre*, nº 772. Rio Branco, 13 de Junho de 1946.

guerra se multiplicam e foram reproduzidas na Assembleia Constituinte recém-instalada, que resultou na criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), visando apurar as consequências e os resultados da *Batalha da Borracha*.

Ali, na CPI, os parlamentares adotaram basicamente duas posições. De um lado, perfilaram-se aqueles que defendiam apenas ações atinentes ao viés econômico, mormente no que tange à manutenção de preços da borracha e que afirmavam que os trabalhadores deslocados para a Amazônia estavam em boas condições físicas e de trabalho, e que continuavam laborando regularmente nos seringais. A essa postura, filiaram-se os deputados Cosme Ferreira Filho e Francisco Pereira da Silva, por coincidência, ambos do Amazonas e integrantes do Partido Social Democrático (PSD), cujos expoentes eram “filhos” do Estado Novo³¹⁴. Esse posicionamento, de certa maneira, pouco preocupado com a sorte daqueles que extraíam o látex da seringa, talvez seja um dos motivos, do desaparecimento dos *Soldados da Borracha*, como sujeitos históricos, por um período tão longo de tempo.

De outro lado estavam aqueles que argumentavam o abandono dos trabalhadores e a desorganização da campanha. Aliados a essa segunda postura, estavam parlamentares dos partidos oposicionistas, como a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Progressista (PSP), representantes de Estados nordestinos fornecedores de mão de obra, como Manuel do Nascimento Fernandes Távora, do Ceará, e João Fernandes Campos Café Filho, do Rio grande do Norte. Martinello corrobora essa afirmação:

Travaram-se violentas diatribes em que se distinguem os representantes do nordeste, profligando a insensatez e leviandade dos governantes da época e responsáveis pela malfadada *Batalha da Borracha*, que brincaram com a vida de tantos nordestinos, além de empobrecer os Estados do Nordeste de uma mão-de-obra preciosa. A resposta dos representantes da Amazônia, além de minimizar a tragédia e o número de mortes, tentava demonstrar que a maioria destes nordestinos continuava labutando nos seringais ou em outros afazeres na Amazônia, bem colocados e contribuindo com seu trabalho para o desenvolvimento da região, como sempre fizeram seus antepassados.³¹⁵

Como resultado dessas pressões, foi editado pelo então Presidente Eurico Gaspar Dutra, Decreto-Lei, que determinava ao Departamento Nacional de

³¹⁴ MARTINELLO, Pedro. *A “Baralha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial*. Op. cit., p. 345.

³¹⁵ Idem, p. 345.

Imigração do Ministério do Trabalho, “a elaboração de um programa de assistência imediata aos trabalhadores encaminhados ao Vale Amazônico, durante a intensificação da produção de borracha, para o esforço de guerra”³¹⁶. É de se observar que tal decreto nunca chegou a efetivamente dar algum auxílio aos *Soldados da Borracha*, posto que, inexistente registro de quaisquer medidas práticas adotadas para reparação desses sujeitos, tendo por fundamento o referido ato normativo.

Nessa CPI, muitos depoimentos foram tomados, objetivando esclarecer as causas do fracasso da *Batalha da Borracha*, apontaram seus erros e falhas, enquanto outros a defenderam. Uma das falas mais emblemáticas oriundas dos responsáveis pela campanha de extração de borracha foi a do ex-Ministro do Estado Novo, João Alberto Lins e Barros, que, buscando, de alguma forma, justificar o descaso do Governo Brasileiro em relação à situação daqueles homens e mulheres, argumentou:

O nosso desejo era transportar os trabalhadores com o mínimo de sacrifícios. No momento era uma guerra, ninguém vai perguntar quem foi o responsável pela derrota do exército inglês na África. O importante é vencer. Se, no momento atual fossemos tomar medidas apressadas, impondo sacrifícios aos homens nordestinos seria uma crueldade, mas naquela ocasião era preciso obter borracha a qualquer preço, de qualquer maneira. A guerra exigia, era nossa cooperação. ³¹⁷

Naquele momento se observava a existência de três grupos distintos de *Soldados da Borracha*: o primeiro era o daqueles que resolveram permanecer na floresta, por serem nativos da Amazônia, ou por terem se adaptado ao meio, buscando a sua subsistência, transmudando-se em ribeirinhos; o segundo é o dos que retorna ao nordeste por meios próprios ou com pouca ou nenhuma ajuda estatal e/ou particular, oriunda, neste caso, de um ou outro seringalista; e o terceiro é o que, deslocando-se do ambiente rural para a zona urbana, resolve permanecer nas cidades amazônicas, buscando ser instalado pelos governos em terras para produção agrícola, ou realizando trabalhos não especializados e de baixa remuneração.

O que continuou a reverberar nos jornais foram as reclamações, oriundas principalmente do nordeste e fruto do relato daqueles que conseguiram retornar,

³¹⁶ Brasil, Decreto-Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1946.

³¹⁷ MARTINELLO, Pedro. A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial. *Op. cit.*, p. 347.

acerca da situação calamitosa em que se encontravam os *Soldados da Borracha* que remanesciam na região Amazônica. Tais notícias relatam suas mazelas e agruras, somadas às dificuldades de retorno aos torrões natais. Essa afirmação pode ser corroborada pela nota publicada no jornal *O Acre*:

O INFERNO VERDE - Fortaleza, 30 - Do correspondente - Falando a um diário local, vários "Soldados da Borracha" que regressaram da Amazônia, declaram que a doença, a distância e a crueldade dos seringalistas são os maiores inimigos daqueles que seguem para o "inferno verde". Acrescentaram que a maioria dos "Soldados da Borracha" se encontram presos na Amazônia, por enormes dívidas, não podendo fugir, sob pena de serem capturados, presos e espancados.³¹⁸

Enquanto tais discussões se acirravam na CPI instalada para apurar os rumos da *Batalha da Borracha*, começaram a surgir, principalmente nos jornais, relatos de que alguns trabalhadores deslocados para a Amazônia na condição de *Soldados da Borracha* e que haviam retornado dos seringais para as capitais amazônicas, Rio Branco, Porto Velho, Belém e Manaus, em busca de auxílio para instalarem-se como colonos ou ainda para receber passagens objetivando seu retorno ao Nordeste.

Pode-se dizer que no período compreendido entre o fim da CPI da *Batalha da Borracha*³¹⁹ e o fim do regime militar que vigorou no Brasil entre 1964 e 1984, as vozes de pleito dos *Soldados da Borracha* foram praticamente silenciadas, uma vez que parece não ter existido qualquer relato sobre algum benefício que poderia ou deveria ter sido concedido a esses sujeitos, em decorrência de sua condição de seringueiros no período da segunda guerra mundial.

Apenas com a morte de Chico Mendes e com as discussões acerca da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, essas vozes passaram a ser ouvidas com maior intensidade no âmbito nacional, mormente devido aos movimentos de preservação da floresta³²⁰ iniciados no Acre desde fins dos anos 1970. Já nessa época, era possível observar nos jornais a reverberação dos pleitos dos *Soldados da Borracha* e também a indignação pelo abandono do governo brasileiro em relação a esses indivíduos. Esse é o sentido de uma das reportagens publicada pelo jornal *O Varadouro*:

³¹⁸ *O Acre*, nº 778. Rio Branco, 28 jul. 1946.

³¹⁹ Cabe ressaltar que a CPI foi encerrada ainda no ano de 1946, sem chegar à conclusão alguma.

³²⁰ Esses movimentos só decolam mesmo quando associados ao ambientalismo, cuja pauta tinha adeptos internacionais fortes, bem identificados e trabalhados por Chico Mendes.

“Soldado da Borracha” é um símbolo, mas também uma grande empulhação. Símbolo, enquanto merecem respeito milhares de nordestinos que apostaram suas vidas nessa empreitada, acreditando estar prestando um serviço à pátria e À humanidade; e empulhação, enquanto nada do que lhes foi prometido receberam. Somente lucraram e mais uma vez, os nababos seringalista e, em última instância, o capitalismo internacional, arrebatado, a partir dessa época, pelos americanos do Norte.³²¹

Aos seringueiros ainda era imposta uma condição cruel, pois, no fim dos anos 1970, principalmente no Acre, os projetos agropecuários, expulsam os trabalhadores dos seringais para as cidades, derrubando as florestas. Tal processo resulta em nova mudança na condição social desses indivíduos, já que de pobres extratores de látex no seio da floresta, transformaram-se em miseráveis moradores da periferia das cidades amazônicas, sem qualquer auxílio para o trabalho ou para a construção da casa própria. Isso pode ser observado nas palavras de um seringueiro chamado Almir, reproduzidas pelo *O Varadouro*:

Fundaram esse tal de FUNRURAL³²² e dizem que o seringueiro está amparado por ele, mas nos não somos ruralistas, não somos do campo, somos da borracha. Naquele tempo, pelo menos, o seringueiro tinha uma colocação para trabalhar. Ele se acostumava com a seringa. Hoje vêm os de fora, compra o seringal e bota o pessoal para correr. O seringueiro não tem mais nem seu canto para trabalhar e nem o Governo cria emprego para ele. Hoje, no final de tudo, no final da história, o seringueiro ficou à mercê do desamparo, sem moradia, sem ocupação. Foi ele que mais pagou com a miséria em que hoje vive. Veja bem: a gente tinha a faca de seringa e só podia cortar a casca, não podia ferir o pau de seringa, isso era um crime. Os fiscais diziam que a seringueira era a mãe do seringueiro e multavam a gente quando a gente feria o pau da árvore. E hoje o pessoal derruba a árvore toda, não só deslocando o povo como acabando com o Estado, com o minério, com a floresta, com os rios. A situação do seringueiro nunca se consertou, sempre vai piorando. O Acre está virando sertão, o povo aumentando, sem trabalho, sem ter para onde ir. “Sertão” porque logo nesse começo do progresso do boi, a gente já vê mudança por falta d’água. Tanto desenvolvimento, tanto capim, tanto gado e a gente não tem nem carne para comer, passa um tempo sem poder comprar. Cadê o progresso?³²³

Infere-se da fala reproduzida, que os *Soldados da Borracha* não se viam como homens da agricultura, mas sim como homens da floresta, que tinham a agricultura como atividade secundária e a cidade ou a rua, como lugar de perdição.

³²¹ *O Varadouro*, nº 4. Rio Branco, setembro de 1977.

³²² Em 11 de dezembro 1974, foi editada a Lei nº 6.179, que instituiu amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos, mesmo sem estarem filiados à previdência social. Estes receberiam o valor correspondente a 50% do valor do salário mínimo, nos termos da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971.

³²³ *O Varadouro*, nº4. Rio Branco, setembro de 1977.

A luta não era por uma simples indenização em dinheiro, mas sim pelo reconhecimento como seringueiro, como *Soldado da Borracha*, como homem da floresta:

Minhas irmãs, quando foi para eu tirar os documentos, queria que eu tirasse como agricultor. Eu fui e disse para elas que ia pensar. Depois, quando eu pensei, eu digo, não; se eu nasci no seringal, me criei no seringal, eu sou seringueiro. Por que tirar como agricultor? Vou tirar e na profissão que eu tenho; ai eu botei. E não to arrependido não, por que se não fosse eu recebi só um salário. ³²⁴

A situação de penúria nas cidades é evidente, somada à revolta ao ver seu modo de produção ser extinto de forma brutal³²⁵. Essas falas surgem de depoimentos reproduzidos nos jornais, como este do Sr. Antenor Pereira dos Santos, morador do Bairro Papoco, na periferia de Rio Branco:

Homens de 30, 40 anos de colocação sendo expulso. É uma falta de justiça, sim senhor. Quantos anos trabalhando nesta terra, lutando, sofrendo e vem os de fora botar nós pra fora. Agente é expulso, chega aqui e fica com a cara pra cima, dormindo no chão, nu, sem fazer nada. Só penso duas coisas, nunca matar, nem roubar. Passo muita dor e estou todo arrebatado. E assim é todo esse povo pobre, povo sofrido. ³²⁶

Aqui é relevante que façamos um parêntese para efetuar uma ligeira comparação acerca da diversidade de tratamento dada pelo governo Brasileiro aos sujeitos envolvidos no esforço de guerra. Os “pracinhas”, ou ex-combatentes, da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que lutaram na península italiana ao lado do exército norte-americano, já em 1950³²⁷, recebiam amparo e assistência do Estado, quais sejam: financiamento para aquisição e construção da casa própria, doação de terrenos para a construção dos referidos imóveis, preferência em concursos públicos e matrículas em escolas, extensível a seus filhos.

A constituição da República do ano de 1967 corroborava e ampliava os direitos dos pracinhas, concedendo estabilidade se fossem funcionários públicos,

³²⁴ Os valores pagos aos trabalhadores rurais, correspondente ao antigo FUNRURAL, hoje equivale a um salário mínimo. Depoimento do Sr. Elias Dias de Souza, de Xapuri-AC, contido no documentário *Soldados da Borracha*. Transcrição nossa.

³²⁵ Para uma discussão mais aprofundada sobre seringueiros que passaram a essa condição de mendicância na periferia de Tarauacá, a exemplo de outras cidades Amazônicas, consideradas por eles como local de sofrimento, abandono e carestia, ver ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues. *Trabalhadores do rio Muru: o rio das cigarras*. Rio Branco: Edufac, 2005, p. 54.

³²⁶ *O Varadouro*, nº 4. Rio Branco, setembro de 1977. Segundo o jornal, “seu” Antenor era Migrado do Ceará, da cidade de Quixadá, em 1943. Foi *Soldado da Borracha*, colono, diarista, limpador de quintal, vigia e à época da entrevista (1977), candidato a uma aposentadoria pelo FUNRURAL.

³²⁷ Brasil, Lei nº 1.147, de 25 de Junho de 1950.

aposentadoria com 25 anos de serviço, assistência médica, hospitalar e educacional, além do aproveitamento no serviço público sem a necessidade de realização de concurso³²⁸. Tais direitos foram confirmados e ampliados por outros diplomas normativos subsequentes até a constituição de 1988.

Portanto, durante os quarenta e três anos que separam o fim da Segunda Guerra Mundial e a Constituição de 1988, os ex-combatentes, receberam diversos benefícios estatais em reconhecimento por seus esforços, enquanto os seringueiros perdidos em meio às florestas foram esquecidos, sem a concessão de nenhum benefício.

Só em 17 de abril de 1974, o então Ministro de Estado de Trabalho e da Previdência Social, Arnaldo Pietro, através da Portaria nº 3.188, criou um grupo de trabalho com a finalidade de promover os estudos necessários para reparar essa grande situação. Essa atitude inicialmente foi recebida com grande entusiasmo, mas, infelizmente, mais uma vez, nada deu resultado. E de novo o silêncio foi adotado.³²⁹

Observa-se, dessa forma, o tratamento diferenciado dado aos cidadãos que nos idos dos anos quarenta recebiam a opção de ir para o *front* de guerra da Europa ou para o *front* da *Batalha da Borracha*. Nesse interregno, foi concedida aos *Soldados da Borracha*, mesmo assim com muitas limitações, uma aposentadoria pelo Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), no valor de meio salário mínimo, sem o acréscimo de qualquer outro benefício.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, surgiram várias críticas acerca da extensão de direitos a grupos sociais específicos, como quilombolas, indígenas e *Soldados da Borracha*, entre outros. Tais críticas eram o reflexo da experiência politico-constitucional brasileira, desde 1824, concernente a um completo desencontro do país com sua gente, com sua história e com seu futuro. A Constituição de 1988, editada em um momento de purgação cívica, e atendendo, mesmo que em parte, aos anseios de diversos grupos sociais, foi marcada pela preocupação com a democracia, com os direitos humanos e com a justiça social. Essas lutas por uma reparação sempre prometida e nunca recebida que, no caso dos Seringueiros/Soldados, vinham desde o fim da Segunda Guerra Mundial, tiveram azo para fortalecimento, nesse momento político.

³²⁸ Brasil, *Constituição Federal* de 1967, Art.178.

³²⁹ Depoimento de Carlos Eduardo Barros da Silva, Defensor Público do Estado do Pará, audiência Pública realizada em 15/05/2012, na Câmara dos Deputados.

Não sem motivo, o legislador constituinte de 1988 resolveu tratar das duas matérias, *Pracinhas e Soldados da Borracha*, em artigos subsequentes da Constituição, em um claro reconhecimento da dívida do Estado Brasileiro com ambos os segmentos.³³⁰

Assim, o art. 53 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, que trata dos ex-combatentes, previa:

Art. 53. Ao ex-combatente que tenha efetivamente participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, nos termos da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, serão assegurados os seguintes direitos:

I – aproveitamento no serviço público, sem a exigência de concurso, com estabilidade;

II – pensão especial correspondente à deixada por segundo-tenente³³¹ das Forças Armadas, que poderá ser requerida a qualquer tempo, sendo inacumulável com quaisquer rendimentos recebidos dos cofres públicos, exceto os benefícios previdenciários, ressalvado o direito de opção;

III – em caso de morte, pensão à viúva ou companheira ou dependente, de forma proporcional, de valor igual à do inciso anterior;

IV – assistência médica, hospitalar e educacional gratuita, extensiva aos dependentes;

V – aposentadoria com proventos integrais aos vinte e cinco anos de serviço efetivo, em qualquer regime jurídico;

VI – prioridade na aquisição da casa própria, para os que não a possuam ou para suas viúvas ou companheiras.

Parágrafo único. A concessão da pensão especial do inciso II substitui, para todos os efeitos legais, qualquer outra pensão já concedida ao ex-combatente.

Já o Art. 54 dos referidos Atos Transitórios, que trata dos Seringueiros arregimentados para o esforço bélico no curso da 2ª Guerra Mundial, os *Soldados da Borracha*, receberam do legislador constituinte, pela primeira vez desde o fim do referido conflito mundial, os seguintes direitos:

Art. 54. Os seringueiros recrutados nos termos do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, e amparados pelo Decreto-Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1946, receberão, quando carentes, pensão mensal vitalícia no valor de dois salários mínimos³³².

³³⁰ Constituição Federal de 1988, artigos 53 e 54 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, que são atos editados junto a uma nova Constituição, buscando a regulamentação de matérias que ou não foram tratadas, ou foram tratadas de forma superficial na Constituição anterior, necessitando, por conseguinte, de uma regulação provisória, que estabeleça as regras para a implementação desses direitos no período de transição entre uma ordem constitucional e sua subsequente. Brasil, *Constituição Federal de 1988*, Art.53 e 54.

³³¹ O valor do Soldo de segundo tenente das forças armada e desde 1º de março de 2013, de R\$ 5.010,00, nos termos da Lei nº 12.778, 28 de dezembro de 2012.

³³² Desde 1º de janeiro de 2013, esse valor é de R\$ 1.356,00, nos termos da lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011.

§ 1º - O benefício é estendido aos seringueiros que, atendendo a apelo do Governo brasileiro, contribuíram para o esforço de guerra, trabalhando na produção de borracha, na Região Amazônica, durante a Segunda Guerra Mundial.

§ 2º - Os benefícios estabelecidos neste artigo são transferíveis aos dependentes reconhecidamente carentes.

§ 3º - A concessão do benefício far-se-á conforme lei a ser proposta pelo Poder Executivo dentro de cento e cinquenta dias da promulgação da Constituição.

Aqui é interessante observar que o termo *Soldado da Borracha*, não aparece em momento algum no texto legal, talvez como forma de esconder ou escamotear a alcunha dada de forma oficial a eles durante o período da Segunda Guerra Mundial.

Fica evidente a discrepância dos benefícios, mais ainda se formos observar a lei de que fala o parágrafo 3º da supracitada norma, a qual só foi editada em 28 de dezembro de 1989, ou seja, mais de quatorze meses após a edição da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

Outro ponto a ser observado e pouco abordado nos livros de História, é o fato de que a lei brasileira considerou *Soldado da Borracha*, não apenas os seringueiros migrados para a Amazônia, visando contribuir com o esforço de guerra, mas também, aqueles seringueiros que aqui já estavam trabalhando na extração do látex. Inferimos daí o fato de que, quando falamos de *Soldados da Borracha*, temos algumas categorias: os que foram alistados em idade de prestar o serviço militar, como opção alternativa a este; os voluntários que se deslocaram para Amazônia, acompanhados de suas famílias, esposas e filhos; aqueles que já se encontravam na Amazônia extraindo látex; e, por fim, os que nasceram nos seringais, todos participando e contribuindo com o alardeado esforço de guerra.³³³

Essas diferentes origens dos *Soldados da Borracha* fizeram surgir no seio deste grupo preconceitos em relação àqueles que foram deslocados e àqueles que nasceram nos seringais amazônicos e que aqui já estavam quando da eclosão da Segunda Guerra Mundial. É o que se infere do depoimento do Sr. Walter Nunes de Castro:

Nasci no seringal independência, na colocação Costa Rica, em 1933. Aí vim trabalhar já no Iracema e Perseverança. Lá eu trabalhei minha vida toda lá. Por que eu cheguei lá com 14 anos de idade e sai de lá avô. (...) Desde o começo nós estamos aqui, desde nossos pais, antes da guerra de

³³³ Esta pesquisa localizou nos Estados do Acre e do Amazonas, *Soldados da Borracha* de origem diversa, desde aqueles que migraram do nordeste até aqueles que são nativos da Amazônia, e que mesmo assim foram reconhecidos com o mesmo direito dos primeiros.

40, que nossos pais já vivia aqui. Então se eles tem esse dizer “o soldado da borracha é aquele que vem de lá”. Não, foi considerados todos nós porque nós ajudamos eles (os arigós), ensinamos eles. Aí eles começaram a trabalhar, uns vei novo, com 19, 20 anos. Aí casaram com as irmã da gente, as filha da gente aqui aí muitos voltaram para terra deles e muitos ficaram aqui mesmo.³³⁴

A fala acima que denota mágoa e tristeza por uma suposta ingratidão daqueles que vieram migrados para a Amazônia, e que os coloca em uma situação de inferioridade moral em relação aos demais *Soldados da Borracha*, é corroborada pela fala do Sr. Justino Perna de Souza, que denota o preconceito com aqueles que aqui já estavam:

Fui me aposentar, cheguei lá e o doutor mandou eu entrar e sentar e disse: “você foi *Soldado da Borracha*, por que aqui aparece muita gente que não é *Soldado da Borracha*. Se você for *Soldado da Borracha* seu nome tá aqui (Livro dos Arigós), que veio do Ministério da Guerra”. (...) Ele mandou buscar as pastas de Tianguá. Logo nas primeiras ele perguntou como era meu nome na guerra, eu disse que era Justino Perna de Souza. Ele disse: seu nome de guerra era Perna. (...) Ele levantou os papeis e disse: “Aqui só tem a verdade”. Pronto, aí me aposentou.³³⁵

Ressalte-se que os *Soldados da Borracha* que não foram recrutados entre pessoas do Nordeste e que são nativos da região Amazônica e ajudaram, a amansar os “arigós”, não possuem qualquer documento de arregimentação, pois já estavam na Amazônia no momento da deflagração da *Batalha da Borracha*, o que dificulta ainda mais a concessão dos benefícios para estes sujeitos.

Os regramentos para a concessão dos benefícios dos seringueiros foram estabelecidos em lei, nos seguintes termos:

Art. 1º É assegurado aos seringueiros recrutados nos termos do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, que tenham trabalhado durante a Segunda Guerra Mundial nos Seringais da Região Amazônica, amparados pelo Decreto-Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1946, e que não possuam meios para a sua subsistência e da sua família, o pagamento de pensão mensal vitalícia correspondente ao valor de 2 (dois) salários-mínimos vigentes no País.

Parágrafo único. O benefício a que se refere este artigo estende-se aos seringueiros que, atendendo ao chamamento do governo brasileiro, trabalharam na produção de borracha, na região Amazônica, contribuindo para o esforço de guerra.

Art. 2º O benefício de que trata esta Lei é transferível aos dependentes que comprovem o estado de carência.³³⁶

³³⁴ Depoimento a César Garcia Lima, na cidade de Rio Branco, contido no Documentário “*Soldados da Borracha*”.

³³⁵ Ibidem.

³³⁶ Brasil, Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989.

Verifica-se que aos *Soldados da Borracha* foi concedido apenas o benefício de natureza assistencial vitalícia, correspondente a dois salários mínimos nacionais, desde que não recebessem quaisquer outros valores que extrapolassem o limite do benefício. Some-se a isso que, à época, a lei previa a justificação judicial, como forma de comprovação junto à previdência social, da atividade de seringueiro para a obtenção do benefício.

Tal justificação consistia em que, inexistindo prova documental da condição de seringueiro que tenha trabalhado na Amazônia ou no Mato Grosso durante o período da Segunda Guerra, eram aceitas quaisquer outras provas admitidas em direito, como a prova testemunhal ou documental indireta. O legislador, de alguma forma, buscou compreender as agruras enfrentadas pelos moradores da região amazônica, cujas intempéries, a umidade e as péssimas condições de moradia impedem a guarda adequada de quaisquer documentos, principalmente após mais de meia década, desde o fim da Segunda Guerra Mundial até a época do início da concessão dos benefícios.

Em virtude da relativa leniência legislativa no que tange à concessão das pensões, surgiram diversas fraudes, fato que ocasionou conflitos diversos no seio do grupo dos próprios *Soldados da Borracha*. Nota-se em suas falas uma disputa acirrada pelo fato de “realmente ter trabalhado na seringa” e de “não ser como esses que nunca entraram numa mata” e que mesmo assim recebem benefícios:

Tem um monte de gente aposentada que nunca cortou seringa. Tenho um cumpadre meu que mora ali no Rui, que é aposentado como *Soldado da Borracha* e chegou aqui só em [19]49 para trabalhar mais eu em madeira, nunca entrou nem numa estrada [de seringa].³³⁷

Surgem também diversas denúncias de recebimento fraudulento de benéficos por interferências de políticos, em troca de votos. Relatos de que até índios, ou caboclos brabos, na linguagem dos seringueiros, passaram a receber o benefício de *Soldado da Borracha*, em troca de favores políticos.³³⁸

Essa facilidade na comprovação testemunhal da condição de seringueiro no período da Segunda Guerra Mundial gerou situações inusitadas, como no caso de

³³⁷ Depoimento do Senhor Melquisedec Barroso Soares, concedido ao autor na cidade de Rio Branco – AC no dia 16 de janeiro de 2012.

³³⁸ O Senhor Melquisedec Barroso Soares atribui, em seus depoimentos, a aposentadoria de muitos índios (caboclos brabos) a Ex-Governadores do Estado do Acre.

uma pessoa contatada por nós, residente em Manaus, que foi dono de seringal na região de Aripuanã no Amazonas e hoje recebe o benefício *Soldado da Borracha*.

Apareceu um Clóvis, um senhor já idoso, do Acre, alistando gente que era *Soldado da Borracha*. Ai eu fui lá com ele. Eu servi de testemunha pra oito, e nada de conseguir a minha. O último eu fui no Acre. Eles queria que soubesse cortar seringa, eu sabia. Aposentei oito pessoas para conseguir me aposentar. Na época da guerra eu cortava seringa e vendia na minha propriedade³³⁹.

Constatou-se que muitas pessoas passaram a receber o benefício mesmo sem possuir direitos. Por conseguinte, procedeu-se à mudança na legislação³⁴⁰, sob o argumento de recuperação de haveres do tesouro nacional do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), passando, a partir de 22 de outubro de 1989³⁴¹, a se exigir que o requerimento esteja baseado em início de prova material/documental contemporânea ao período da Segunda Guerra Mundial. Exigia-se agora a comprovação do exercício da atividade ligada à extração da seringa no período correspondente, para a aferição da condição de *Soldado da Borracha*, somada à prova testemunhal, o que limitou a concessão do benefício vitalício e dificultou bastante o acesso dos trabalhadores sobreviventes a essa prestação pecuniária vitalícia. Novamente, as discrepâncias surgem. Assim foi que, pessoas que trabalharam em seringais, por possuírem apenas provas testemunhais, acabaram não tendo a concessão do benefício.

Neste ponto, verifica-se que o interesse estatal de reduzir os gastos com pagamento de benefícios se sobrepôs ao interesse social da concessão de tais benefícios. É evidente que o serviço prestado pelos *Soldados da Borracha* no início da década de 1940, nas condições inóspitas proporcionadas pela selva amazônica, em situações absolutamente adversas, em tempo de guerra e sem plena liberdade de contratação, é completamente diferente da situação experimentada pelos atuais trabalhadores urbanos e rurais de quem é exigida a prova documentação para concessão de seus benefícios.

No Estado do Pará, a defensoria pública vem implementando um projeto cognominado *Ação Soldado da Borracha*, capitaneada pelo advogado Carlos

³³⁹ Depoimento do Senhor Ovídio Batista de Souza, concedido ao autor na cidade de Manaus – AM, em 23 de outubro de 2011.

³⁴⁰ A Lei 7.896/89 foi modificada pela Lei 9.711/98.

³⁴¹ Brasil, Portaria do Ministério da Previdência e Assistência Social nº 4.630, de 13 de março de 1990.

Eduardo Barros da Silva, visando facilitar o acesso dessas pessoas aos benefícios assistenciais estatais. Porém, grandes dificuldades têm sido enfrentadas por aquele órgão de Advocacia Pública:

Qual é a grande dificuldade da Defensoria Pública? Infelizmente, só 43 anos depois de terminada a Segunda Guerra Mundial, em 1988, foi editado o ADCT 54, regulamentado por uma lei, e essa lei, em 1998, uma MP, a MP 1.663, de 22 de outubro de 1998³⁴², altera o dispositivo, exigindo o início de prova material. O que significa isso? Antigamente, de 1988 a 1998, para comprovar a condição de *Soldado da Borracha* só era preciso apresentar testemunhas. Hoje, não. É preciso ter testemunha e também o início de prova material, assim considerados contratos de encaminhamento do CAETA, da SEMTA, da SAVA, que são órgãos ou instituições criados na época de Getúlio Vargas, documentação como contrato de corretagem. Só que as pessoas que exigiram esse tipo de documentação se esqueceram de uma característica própria da atividade: a palavra dizia a verdade. Para o seringalista, o seringueiro, o aperto de mão e a medição do peso da sua balata ou do seu látex já bastavam. Outra coisa: ninguém guarda documentação durante tanto tempo, e nenhum desses órgãos públicos extintos teve a preocupação de guardar essa documentação³⁴³.

Em novembro de 2001, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ajuizou no Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn)³⁴⁴ com pedido de liminar, contra o artigo 21 da lei 9.711/98, que alterou o artigo 3º da lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989, passando a exigir dos seringueiros da Amazônia prova concreta dos serviços prestados na Segunda Guerra Mundial para receberem benefícios constitucionais no valor equivalente a dois salários-mínimos.

A petição inicial da referida Ação alegava em síntese que o recebimento do benefício tinha sido dificultado pelo fato de os seringueiros não terem acesso ao Poder Judiciário por residirem em lugares remotos na floresta. Alegavam ainda que os seringueiros, com a idade avançada, não possuíam mais os documentos que comprovam seus serviços na Segunda Guerra Mundial. Por fim, o PTB arguia que tal norma jurídica feria o princípio do direito adquirido garantido pela Constituição Federal³⁴⁵.

³⁴² Posteriormente convertida na Lei 9.711/98.

³⁴³ Depoimento concedido em Audiência pública na Câmara dos Deputados em 15/05/2012.

³⁴⁴ Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2555-4.

³⁴⁵ Constituição Federal artigo 5º, inciso XXXVI – a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Para maiores esclarecimentos acerca da aplicação do Princípio do Direito adquirido na seguridade social, recomenda-se a leitura do artigo intitulado “O Princípio do direito adquirido na seguridade social”, da lavra de Luciano Monti Favaro, disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/rvmd/article/viewFile/2572/1565>>. Acesso em: 04 set. 2012.

O julgamento da referida ADIn no Supremo Tribunal Federal, cuja relatoria coube à Ministra Ellen Grace, considerou constitucional a exigência do início da prova documental por parte dos seringueiros:

A vedação à utilização da prova exclusivamente testemunhal e a exigência do início de prova material para o reconhecimento judicial da situação descrita no art. 54 do ADCT e no art. 1º da Lei nº 7.986/89 não vulneram os incisos XXXV, XXXVI e LVI do art. 5º da CF. O maior relevo conferido pelo legislador ordinário ao princípio da segurança jurídica visa a um maior rigor na verificação da situação exigida para o recebimento do benefício. Precedentes da Segunda Turma do STF: REs nº 226.588, 238.446, 226.772, 236.759 e 238.444, todos de relatoria do eminente Ministro Marco Aurélio.

Descabida a alegação de ofensa a direito adquirido. O art. 21 da Lei 9.711/98 alterou o regime jurídico probatório no processo de concessão do benefício citado, sendo pacífico o entendimento fixado por esta Corte de que não há direito adquirido a regime jurídico.

Ação direta cujo pedido se julga improcedente ³⁴⁶.

Em virtude dessa condição de inferioridade jurídica confirmada e mantida pela Suprema Corte do País, no que tange aos benefícios e sua concessão, surgiram diversos projetos de lei e de emendas constitucionais que de alguma forma buscaram ampliar a reparação estatal a esses homens e mulheres, como a Proposta de Emenda Constitucional nº 24, de 2002, de autoria do Senador Chico Sartori, que busca conceder o décimo terceiro salário aos *Soldados da Borracha*, ou ainda o Projeto de lei nº 3.688, de 1997, do Deputado Pauderney Avelino (PFL-AM), que busca alterar a redação da lei nº 7.968/1999, objetivando facilitar a forma de comprovação dos serviços prestados pelos seringueiros recrutados durante a Segunda Guerra. Hoje, o que se encontra em estágio mais avançado de tramitação, e que possui a proposta mais ampla de extensão de benefícios é a Proposta de Emenda Constitucional nº 556/2002, da lavra da então Deputada Federal Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que visava estender aos *Soldados da Borracha* os mesmos direitos dos ex-combatentes da Força Aérea Brasileira e da Força Expedicionária Brasileira.

O Ministério da Previdência Social informa que no mês de março de 2012 foram emitidos ou estavam ativos 13.418 benefícios referentes aos *Soldados da Borracha*, aí inclusos titulares e dependentes; destes, cerca de oito mil

³⁴⁶ Acordão publicado no DJ 02.05.2003, e disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&s1=2555&processo=2555>>. Acesso em: 20 Out 2012.

beneficiários estão no Estado do Acre, e os demais estando espalhados principalmente pelos Estados do Amazonas, Rondônia e Pará.³⁴⁷

O Estado Brasileiro durante anos buscou de forma categórica descaracterizar a situação dos *Soldados da Borracha*, não os considerando militares, ou mesmo que suas atividades na Amazônia estavam fora dos interesses bélicos daquele período. A esse respeito, o *Jornal do Brasil*, publicou matéria encimada pela seguinte manchete:

DEFESA NEGA PENSÃO A EX-SERINGUEIROS. Ministro Afirma que trabalhadores não estavam em Guerra. (...) A expressão "*Soldados da Borracha*", afirma o Ministro da Defesa Geraldo Quintão, é apenas um apelido dado aos trabalhadores na época. "**não são ex-combatentes**"³⁴⁸.

Ao que parece, o Estado Brasileiro, durante anos, sistematicamente ignorou os apelos dos *Soldados da Borracha*, negando de forma categórica os fatos que teimavam em saltar aos olhos. Aqueles que deveriam ter sumido nas selvas, não o fizeram e ao reaparecerem foram tratados com somenos importância, como se seu sacrifício fosse insignificante, talvez como forma de silenciá-los mais uma vez:

(...) o 'silêncio' do Governo brasileiro, dos movimentos organizados e da própria imprensa durante todos esses anos parece ter como significação ou a própria inexistência dos fatos ou medo pela cobrança. Nos parece que dar pouca importância a fatos que não queremos lembrar é a forma perfeita para considerá-los insignificantes e sendo assim eles passarem despercebidos pela história³⁴⁹.

Os pleitos dos *Soldados da Borracha* nos dias de hoje já não caem no vazio. Nos últimos anos, o Estado Brasileiro começa a mudar seu posicionamento em relação a essas pessoas, e o que se extrai da fala da Ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário é:

Eles foram convocados pelo Estado Brasileiro e se dirigiram para região Amazônica, trabalhando de acordo com o interesse do Brasil e com a contribuição que o Brasil oferecia internacionalmente. Eles recebem os benefícios nos dias atuais, um benefício que me parece, nos estudamos, pela condição de idosos que são, como um direito, mas muitos tem a

³⁴⁷ Informações repassadas pelo Sr. Rogério Nagamine Constanzi – Diretor do Regime Geral de Previdência Social, do Ministério da Previdência Social, em audiência pública realizada no dia 15/05/2012, pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, objetivando discutir a PEC 556/2002. Disponível nas Notas taquigráficas da referida audiência.

³⁴⁸ *Jornal do Brasil*, 22 de maio de 2002. (grifo nosso).

³⁴⁹ COSTA, Mariete Pinheiro da. *O parlamento e o Soldado da Borracha no limiar da II Guerra Mundial* [Manuscrito]. Brasília: Cefor / Câmara dos Deputados, 2008, p. 27.

saúde precária e eles precisam de atendimento(...) Uma série de parlamentares, e o os próprios *Soldados da Borracha*, tem nos procurado e tem lutado, e nos estamos lutando dentro do governo para ver que caminhos existem. Nos não temos um caminho pronto em que pese nos reconhecermos a urgência, pois eles são idosos e reconhecer os direitos humanos dessas pessoas e olhar para nossa própria história e ver que e gente que contribuiu muito com o Brasil e que merece o retorno do próprio País. Com esse sentimento e que a gente vai trabalhando junto

³⁵⁰.

Um exemplo da mudança de posicionamento Estado Brasileiro em relação àqueles que dedicaram suas vidas ao esforço de extração do látex - fosse para movimentar a máquina de guerra, para preservar a floresta em pé ou para manter o seu modo tradicional de vida - é a lei nº 12.447, de 15 de julho de 2011, de autoria da Deputada Federal Perpétua Almeida (PCdoB-AC), que inscreveu os *Soldados da Borracha* no Livro de Heróis da Pátria³⁵¹, concedendo àquele grupo de homens o status de heróis nacionais, ao lado de nomes como Sepé Tiarajú³⁵² e Francisco Alves de Mendes Filho, o Chico Mendes.

Hoje, esse grupo de pessoas, já organizado em associações e sindicatos, e lutando de forma mais organizada por seus benefícios, busca na esfera judicial a reparação pelos danos sofridos nessa campanha bélica. Esses sujeitos resistiram e sobreviveram e hoje fazem com que suas vozes sejam ouvidas, em sua reivindicações e na luta pelo seu reconhecimento como *Soldados da Borracha* e seringueiros³⁵³, com quem o Estado Brasileiro possui uma dívida ainda não paga.

Desde os anos 70 do século passado, essas reivindicações expressam a desilusão dos seringueiros pelo não cumprimento das obrigações por parte do governo brasileiro, como podemos inferir de suas falas, em entrevista ao jornal *O Varadouro*:

³⁵⁰ Entrevista concedida em 27 de junho de 2012, após audiência pela Ministra dos Direitos Humanos a integrantes do Sindicato *dos Soldados da Borracha* de Rondônia. Disponível em: www.rondonianahora.com/lendo.asp?id=2623>. Acesso em: 24 jul. 2012. Transcrição nossa.

³⁵¹ Não discutiremos aqui o conceito de herói nacional. O que se pretende é apenas apresentar a mudança de posicionamento do Estado Brasileiro em relação aos *Soldados da Borracha*. A lei está disponível em: <www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>. A Solenidade de inscrição dos *Soldados da Borracha* no livro de heróis da pátria ocorreu no dia 04 de setembro de 2012, no Panteão da Pátria na Praça dos Três Poderes.

³⁵² Herói das Guerras Guaraníticas.

³⁵³ Seringueiros que atuaram como *Soldados da Borracha* durante a Segunda Guerra Mundial pretendem receber quase R\$ 800 milhões de indenização dos governos do Brasil e dos Estados Unidos por conta de violações aos direitos humanos sofridas em seringais da Amazônia na década de 1940. É esse o Objeto da Ação promovida pelo Sindicato dos *Soldados da Borracha* de Rondônia (SINDISBOR), perante a 1ª Vara Federal de Rondônia.

Nas propagandas que faziam mostravam uma fotografia, onde aparecia até caminhão que era para carregar o látex, mas quando chegamos aqui, quem carregava o látex era as nossas costas. O tal dinheiro, do “prêmio”, que a gente ia receber por um decreto, um conchavo entre Getúlio Vargas e os Estados Unidos, que diziam que a gente ia ser recompensado, a gente nunca viu esse dinheiro.³⁵⁴

Um fato pitoresco é que os *Soldados da Borracha* acreditam que a indenização devida foi paga pelo governo norte americano, porém que o Presidente Juscelino Kubitschek utilizou tal indenização para construir Brasília. Talvez por isso, em algumas de suas falas é possível ouvir que “Brasília é nossa, foi construída com nosso dinheiro!”. A esse respeito, é ilustrativo o depoimento do Senhor Melquisedec:

Do dinheiro que nós merecemos, só estão pagando a metade (dois salários mínimos). Nós temos direito a quatro salários e estamos recebendo dois só. Esse dinheiro, quando terminou a guerra, o americano pagou, indenizou os *Soldados da Borracha* que foram para a Guerra, e mandou o dinheiro para o Brasil para indenizar os *Soldados da Borracha*. Aí eles pegaram e o Kubitschek foi fundar Brasília. Aqui no Brasil só tem ladrão. Brasília não é do Brasil, do Estado brasileiro; Brasília é dos *Soldados da Borracha*, foi fundada com o dinheiro deles. Depois de quarenta anos que eles estavam com esse dinheiro é que começaram a pagar, e só a metade.³⁵⁵

Na atualidade, devido à avançada idade dos *Soldados da Borracha*, seus pleitos não mais se resumem apenas a indenizações pecuniárias ou ao pagamento de 13º salário, mas também e principalmente à possibilidade de atendimento médico em hospitais militares.

³⁵⁴ *O Varadouro*, nº 4. Rio Branco, setembro de 1977.

³⁵⁵ Melquisedec Barroso Soares., 93 anos, depoimento tomado na periferia da Cidade de Rio Branco – AC, em 16 de janeiro de 2012. Acreano, imigrado para o Ceará, na serra da Uruburetama, voltou ao Acre em 1945, como opção para não incorporar no Exército.

Considerações Finais

A história da Amazônia relacionada à borracha e às suas relações com a floresta e com os homens que a buscaram avidamente, foi, quase sempre, muito pouco Social, abraçando com mais dedicação a economia e suas seriações de preços, produção, capital e mão-de-obra. Da geografia, reportou-se às distâncias, ao isolamento dos seringais, o desafio das matas e dos rios, as dificuldades de transporte e escoamento do produto. Frequentemente reduzida a umas poucas décadas do final do século XIX e início do XX, ela tem preferido nos falar de uma época dourada, em que a riqueza trazida pelo látex ancorava um urbanismo frenético e monumental, sempre lembrados, em franco saudosismo ufanista, como uma época de modernização e progresso.

Poucos, como Euclides da Cunha, foram os que não se deixaram levar por esse canto da sereia. Antecedendo as observações de Benjamim, para quem nunca houvera um “monumento de cultura, que não fosse também de barbárie³⁵⁶”, Euclides, de fato, desgostou da afamada manumentalidade manauara, asseverando a falta de caráter da cidade que chamava de “monótona e opulenta capital dos seringueiros”³⁵⁷. Preocupava-se mais visivelmente com as dimensões humanas inseridas naqueles processos e, talvez por isso, as coisas boas e dignas de nota que encontrou estavam não nos monumentos *art nouveau* ou nos fraques engomados dos engravatados ou nas afetações mundanas da *belle époque* amazônica, mas no povo, nas pessoas simples e humildes. Dirá ele: “Felizmente, a gente é boa”. Em boa medida, é à ele que devemos o despertar de nossa sensibilidade para os seringueiros, vilipendiados, e reduzidos à uma condição de trabalho análoga à escravidão.

No percurso de nossas pesquisas e, ainda na condição de aprendiz de historiador, sempre que os caminhos a minha frente se bifurcavam, tentei fechar os olhos aos monumentos e à história oficial, e segui com Euclides em direção às ruínas, aos escombros, ali, onde, abandonados à própria sorte, jaziam esquecidos os sujeitos de uma história ainda por contar.

³⁵⁶ BENJAMIM, Walter. *Obras Escolhidas. Op. cit.*, p. 225.

³⁵⁷ CUNHA, Euclides da. *Um Paraíso Perdido. Op. cit.*, p. 220.

Há, talvez, um sentido e uma urgência nas ruínas de Ayrão Velho, a pequena cidade que um dia se encheu de gente, edificações e esperanças, e que hoje, sufocada pela floresta³⁵⁸, insiste em manter de pé alguns de seus monumentos. Ayrão quer nos falar, quer ser ouvida, nos contar o que viu e o que sentiu, e por isso, apenas por isso, não pode ainda perecer. Assim também encontrei os *Soldados da Borracha*, travando uma batalha inglória por direitos, diante de um Estado insensível, e clamando apoio à uma sociedade que, todavia, não os reconhece, e não os reconhece porque simplesmente os esqueceu no passado, para seguir pelo outro caminho.

No contato com os *Soldados da Borracha*, o que vi foram vidas que se equilibravam na beira do abismo de suas existências, em busca de um benefício da seguridade social que pode, enfim, jamais ser utilizado, mesmo que um dia venha a ser conquistado. Vi homens teimosos, renitentes, com mais de 90 anos, insistindo em manter-se de pé, quando todos já os haviam abandonado. No contato com eles, em meio a incontáveis dificuldades, percebi que muitos não estão de pé pelo tão sonhado benefício, mas porque, como as ruínas de Velho Ayrão, eles também querem nos falar, querem ser ouvidos, lembrados, inseridos na “grande história” que eles, sem dúvida, ajudaram a construir e da qual se orgulham imensamente.

Com eles e através deles, aceitei o desafio de sair em busca dessa história que apenas finca suas raízes no passado, pra se espriar-se do passado aos nossos dias.

O período da Segunda Guerra Mundial e da *Batalha da Borracha* é um de fato um período pouco referenciado, até mesmo no âmbito do ensino escolar de História. Seus sujeitos e atores principais nunca são lembrados e quando o são, recorrentemente são confundidos como meros seringueiros, como os extratores de borracha do chamado período áureo, na virada do século XIX para o XX.

Durante os anos 1940, esses homens foram trazidos dos mais diversos rincões do Brasil para, juntos com os moradores da floresta amazônica, serem utilizados como ponta de lança da máquina de guerra Norte Americana, que no despontar do segundo conflito mundial precisava urgentemente de borracha, uma

³⁵⁸ LEONARDI, Victor. *Os Historiadores e os Rios: natureza e ruínas na Amazônia Brasileira*. Brasília: UnB/Paralelo 15, 1999.

matéria prima que se manteve e se mantêm fundamental para a indústria moderna.

Motivos diversos os impeliram para região amazônica, desde deslocamento forçado pelas autoridades policiais, passando pela – sempre presente – seca e por problemas familiares, até chegar a busca por aventura e fortuna. Porém, um fato os unia e articulava um desejo latente por mudança: a campanha implementada pelo governo Vargas em busca de mão-de-obra para suprir a escassez de braços na região norte, que se encontrava, novamente, carente da quantidade adequada de força de trabalho para atender as necessidades de extração de látex necessária ao cumprimento dos patamares de produção estabelecidos pelos Acordo de Washington.

Com efeito, a Amazônia, que desde o fim do primeiro ciclo de exploração de borracha, na primeira década do século XX, vinha experimentando uma queda significativa em sua população, precisava novamente de braços para implementar o novo surto exploratório da látex. A isso era somado o preconceito das autoridades em relação às população local, considerada, em muitos casos, indolente e de pouca capacidade laborativa.

Fatores como esse fizeram com que o governo brasileiro, secundado pela corporação norte americana *Rubber Development Corporation*, direcionasse seus esforços principalmente para a população nordestina e, mais especificamente, cearense, considerada mais apta e capaz (e submissa!) de realizar a atividade extrativista. Essa campanha foi realizada em tons quase messiânicos, o que ensejou a vinda de um número, nunca oficialmente estabelecido, de *Soldados da Borracha*, embora estimativas produzidas pelos estudiosos do tema, mesmo quando conservadoras, afirmem que esse número tenha ultrapassado facilmente as cinquenta mil almas.

Na Amazônia esses sujeitos travaram contato, nem sempre amistoso, com uma nova ecologia, com as populações locais e povos tradicionais. Esse contato resultou muitas vezes na morte de migrantes, de índios e na devastação de inúmeras áreas de extração de látex. Doenças, animais peçonhentos e conflitos forma algumas das inúmeras causas de perdas de vidas, sendo importante não esquecer jamais as condições desumanas das relações de trabalho à que foram submetidos.

Seria equivocado pensar que os *Soldados da Borracha* ficaram inertes e a mercê da correnteza da história, sem esboçar reação. Esses homens, mulheres e até crianças, foram sujeitos de sua própria história e, do contato com essa nova realidade, construíram uma nova relação com o ambiente em que viviam e com as populações que lá estavam. Tornaram-se, como os outros, novos amazônidas, laborando no ofício que aprenderam na estranha guerra para a qual foram chamados.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, sobrevêm o abandono da indústria extrativa de borracha, e o imperativo da sobrevivência na floresta para aqueles soldados que, um dia mobilizados, nunca foram desmobilizados, mas tão somente deixados de lado. Na Amazônia do pós-guerra, em meio à tantos desafios, surge um novo, uma nova figura no concerto das relações construídas no seio da floresta: o “*paulista*”, criador de gado, que a preços módicos adquiria ou mesmo grilava os antigos seringais hipotecados e cheio de dívidas, visando unicamente colocar a floresta abaixo e plantar capim para criação extensiva de gado, sem considerar as populações que tradicionalmente ocupavam tais áreas e que da floresta em pé tiravam seu sustento.

Esse novo fator, cria no seio dos antigos *Soldados da Borracha* – já transmudados em seringueiros – e demais habitantes da floresta a necessidade da união para resistir e sobreviver. Assim, juntos com os outros povos que convivem nesse espaço – castanheiros, índios, balateiros, etc., os *povos da floresta* – novas formas de resistência a imposição do capital que deles tudo tirava e que, agora, os expulsava da terra, sem nada lhes dar em troca.

A organização e resistência destes homens faz surgir, aos poucos, uma nova consciência; a consciência do papel que eles possuíam como preservadores da floresta que os sustinha. Junto com essa consciência ecológica e ambiental surgem também a luta pelos direitos e, em especial, pelo reconhecimento de que, se eram seringueiros, foram também, bem mais que isso, foram *Soldados da Borracha*, chamados a lutar no esforço de guerra, deixando para trás, sem rodeios, toda uma vida em família e comunidade em sua terra natal.

Os “*pracinhas*” lutaram e voltaram, heroicizados, da guerra. Um retorno que para os *Soldados da Borracha* jamais ocorreu. Por isso, ainda hoje travam uma luta, que vem se arrastando desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Uma luta cheia de

promessas, mentiras, abandonos e descasos e, que, por isso mesmo, em muitos momentos arrefeceu o ímpeto destes homens. Todavia, a chama da esperança se reacendeu no seio da redemocratização do Brasil e da construção de uma nova Constituição, chamada de “Cidadã”.

Atualmente vários projetos de lei e de emendas constitucionais buscam conceder aos cerca de treze mil remanescentes dessa estranha guerra o direito de receber do Estado brasileiro os mesmos direitos – valores pecuniários e assistência de saúde – que recebem aqueles homens que foram convocados para ir à Itália lutar contra o exército da Alemanha Nazista.

Após quase 70 anos do fim oficial da Segunda Guerra Mundial, para os *Soldados da Borracha*, sua *Batalha* efetivamente ainda não terminou. Suas lutas pelo reconhecimento, perdurando no tempo, tornam-nas, igualmente, num assunto da história do tempo presente, impossível de ser apreendida em sua plenitude se enfocada apenas como um tema passado.

A luta por reconhecimento e por direitos³⁵⁹ dos *Soldados da Borracha*, começa a fazer eco. Pequenas e até o momento, e quase inócuas medidas vem sendo adotadas pelo governo Brasileiro, porém, suas reivindicações tomam corpo, passam a ser ouvidas por mais pessoas. Definitivamente a estranha guerra da borracha e a historia de seus protagonistas ainda terão novos capítulos.

³⁵⁹ Como sustenta a advogada Ana Maria Ribeiro Marques: “É consenso que a luta pelo reconhecimento e cumprimento de direitos dos pobres e excluídos da sociedade passa e sempre passou pelos movimentos reivindicatórios. A atual concepção de acerca do conceito de direitos humanos é o resultado histórico da existência de conflitos de interesse, o que encerra uma relação dialética com inúmeras circunstâncias históricas que levam a conquistas progressivas”. RIBEIRO, Ana Maria Marques. *Rompendo a Cerca da Lei*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Maranhão, 2004, p. 1.

Referências

1. Referências Bibliográficas:

- AGASSIZ, Luís e AGASSIZ , Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil 1865-1866*. Brasília: Senado, 2000.
- ALBERTI, Verena, FERNANDES, Tania M. e FERREIRA, Marieta Moraes (Orgs.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.
- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. "Palavras que calcinam palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste". In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 15, nº 28, 1995, p. 111-120.
- ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues. *Trabalhadores do rio Muru: o rio das cigarras*. Rio Branco: EDUFAC, 2005.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. "Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia". In: D'INCAO, Maria Ângela e SILVEIRA, Maria Isolda (Orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- ALVES, Vagner Camilo. *O Brasil e a segunda guerra mundial: a história de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.
- ANDRADE, Rômulo de Paula. *A Amazônia vai ressurgir! Saúde e saneamento na Amazônia no Primeiro Governo Vargas (1930-1945)*. Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2007.
- BARATA, Manoel. "Apontamentos para as Ephemerides Paraenses". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 99. Rio de Janeiro, 1924, p. 52-53.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BATISTA. Djalma. *O Complexo da Amazônia: Análise do Processo de Desenvolvimento*. Manaus: Valer, 2007.
- BENCHIMOL, Samuel. *Romanceiro da Batalha da Borracha*. Manaus: Imprensa Oficial. 1992.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*, Vol. 1: Magia e Técnica, Arte e Política. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus, Ano VII, nº 91, fevereiro de 1949.

- BOUÇAS, Valentin Fernandes. *Estudos Econômicos e Financeiros: meio século de trabalho*. Rio de Janeiro: Financeiras, 1953.
- BRANCO, Manoel Thomaz. *O Brasil da II grande guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.
- BRASIL. Presidência da Republica. *Coordenação da Mobilização Econômica. Esboço Geral do Livro do SEMTA*. Biblioteca Nacional, Arquivo Paulo de Assis Ribeiro, 1943.
- BRASIL. Presidência da Republica. Coordenação de Mobilização Econômica. *Livro Histórico do SEMTA*. 1º Vol., 30 de novembro 1942 a 31 de maio de 1943.
- BRASIL. Presidência da Republica. *Relatório da CAETA*. Dezembro de 1945. Rio de Janeiro, p. s/n – CPDPC/FGV Ref: 061.1(811) (047) CAETA/C733.
- CANCELA, Cristina e CHAMBOUREYRON, Rafael. *Migrações na Amazônia*. Belém: Açáí, 2010.
- CÂNDIDO, Antonio. “O Significado de Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª Ed. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. XI-XXII.
- CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano. vol. 2: o tempo do nacional-estadismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 107-143.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em Cena: Propaganda política no varguismo e peronismo*. 2ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.
- CARDOSO, Fernando Henrique e MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*, 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- CASTRO, Plácido de. *Apontamentos Sobre a Revolução Acreana*. Manaus: Valer, 2003.
- CAVALIN NETO, Francisco. *Kriegsmarine: Os Corsários Do III Reich*. São Paulo: 24 Horas, 2010.
- CHALHOUN, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo. Brasiliense, 1986.
- COHEN, Marleine. *Getúlio Vargas: Personagens que marcaram época*. São Paulo: Globo, 2007.
- CORRÊA, Luiz de Miranda. *A Borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial*. Manaus: Ed. Governo do Estado, 1967.
- COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia ocidental: Contribuição à historia social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez, 1992.
- COSTA, Mariete Pinheiro da. *O parlamento e o Soldado da Borracha no limiar da II Guerra Mundial* [Manuscrito]. Brasília: Cefor / Câmara dos Deputados, 2008.
- CUNHA, Euclides da. *Um Paraíso Perdido: Ensaio, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- D’INCAO, Maria Ângela e SILVEIRA, Maria Isolda (Orgs.). *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém: MPEG, 1994.

- DEAN, Warren. *A Luta pela Borracha no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.
- FAUSTO, Boris. "A Crise dos Anos Vinte e a Revolução de 1930". In: FAUSTO, Boris (Org). *História Geral da Civilização Brasileira*, nº 9. São Paulo: Difel, 1985, p. 401-426.
- FAUSTO, Boris. "Expansão do Café e Política Cafeeira". In: FAUSTO, Boris (Org). *História Geral da Civilização Brasileira*, nº 8. São Paulo: Difel, 1985, p. 193-248.
- FERREIRA FILHO, Cosme. *Porque Perdemos a Batalha da Borracha*. Manaus: Ed. Governo do Estado, 1965.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *No tempo dos seringais: o cotidiano e a sociedade da borracha*. São Paulo: Atual, 1997.
- FONSECA, Cássio. *A Economia da Borracha: aspectos internacionais e defesa da produção*. Biblioteca Documental da Borracha. Ministério da Indústria e Comércio: Manaus, 1970.
- FONTES, Edilza. A Batalha da Borracha, a Imigração Nordestina e o Seringueiro: A relação história e natureza. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas e LIMA, Maria Roseane Pinto (Orgs.). *Faces da História da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006.
- FORLINE, Louis Carlos. "O ladrão de Sementes". In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Ano 8, nº1, Abril 2013, p. 70-74.
- FUNES, Euripedes. Eldorado no Inferno Verde "Quem vive no inferno se acostuma com os cães". In: GONÇALVES, Adelaide e COSTA, Pedro Eymar Barbosa (Org.). *Mais Borracha para Vitória*. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008.
- FURTADO FILHO. *A Batalha da Borracha: alguns aspectos e sua propaganda*. In GONÇALVES, Adelaide e COSTA, Pedro Eymar Barbosa (Orgs.). *Mais borracha para vitória*. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal, 2008, p. 32-33.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1985.
- GARFIELD, Seth. "Soldiers" and Citizen in the rainforest: Brazilian rubber tappers during World War II. In *Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos*. Ano 1, n.1. Manaus: EDUA, 2009.
- GIRÃO, Blanchard. *O Liceu e o Bonde na Paisagem Sentimental da Fortaleza Província*. 2ª ed. Fortaleza: ABC, 1997.
- GONÇALVES, Adelaide e COSTA, Pedro Eymar Barbosa (Orgs.). *Mais Borracha para Vitória*. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal, 2008.
- GRANDIN, Greg. *Fordlândia: A ascensão e a queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
- GUILLEN. Isabel Cristina Martins. *Errantes da Selva: Histórias da migração nordestina para a Amazônia*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HARDMANN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Ática, 1991.

- HEBETE, Jean (Org.). *O Cerco Está se Fechando: O Impacto do Grande Capital na Amazônia*. Petrópolis: Vozes/NAEA/FASE, 1991.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: ALBERTI, Verena, FERNANDES, Tania M.; FERREIRA, Marieta M. (Orgs). *História oral: desafios para o século XXI* Op. cit., p. 33.
- LA CONDAMINE, Charles Marie de. *Viagens na América meridional descendo o rio das Amazonas*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes Cearenses no Pará*. Belém: Editora Açai/Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, 2010.
- LADISLAU, Alfredo. *Terra Imatura*. Manaus: Valer, 2008.
- LANNA JR, Mário Cleber Martins. “Tenentismo e Crises Políticas na Primeira República”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 313-350.
- LAPA, José Roberto do. *A Economia Cafeeira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LE GOFF, Jacques. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa, Edições 70, 1991.
- LEONARDI, Victor. *Os Historiadores e os Rios: natureza e ruínas na Amazônia Brasileira*. Brasília: UnB/Paralelo 15, 1999.
- LIMA, Araújo. *Amazônia, a Terra e o Homem*. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: IBL, 1975.
- LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. Resenha de “Mais Borracha Para Vitória”, de Adelaide Gonçalves e Pedro Costa. *Fronteiras do Tempo: Revista de Estudos Amazônicos*, v. 1, 2011, p. 159-164.
- LOUREIRO, Antônio *A Grande Crise*. 2ª ed. Manaus: Valer, 2008.
- LOUREIRO, Antônio. *Tempos de Esperança (1917-1945)*. Manaus: Sérgio Cardoso, 1994.
- Manaus 342 Anos*. Bairro Nossa Senhora das Graças. *Jornal do Comércio*. Manaus. 24 de Outubro de 2011. Encarte.
- MARTINELLO, Pedro. *A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial*. Rio Branco: EDUFAC, 2004.
- MELLO, Alcino Teixeira de. *Nordestinos na Amazônia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1956.
- MELO, Hélio. *Coletânea de textos*. Rio Branco: Fundação Garibaldi Brasil, 2011.
- MENDONÇA, Carlos. *Gente do Nordeste no Amazonas: Reportagem em tono do repovoamento do Amazonas em 1942*. Manaus: Imprensa Pública, 1943.

- MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Sociedade: A consolidação da República oligárquica. In: LINHARES, Maria Yedda Linhares (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p. 316-326.
- MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Estrangeiros e o Comércio do Prazer nas Ruas do Rio de Janeiro (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória: A cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.
- MONTYSUMA, Marcos. “Entre o proibido e o permitido na floresta amazônica: uma historicidade da formação preservacionista entre os seringueiros de Xapuri”. In: *História Poder e práticas sociais*. Cascavel, Edunioeste, 2006.
- NECES, Marcus Vinicius. “A Heroica e Desprezada Batalha da Borracha”. *Revista História Viva*. Junho de 2004.
- CAVALIN NETO, Francisco. *Kriegsmarine: Os Corsários do III Reich*. São Paulo: 24 Horas, 2010.
- NOGUEIRA, Ricardo José Batista. *Amazonas: A divisão da Monstruosidade Geográfica*. Manaus: EDUA, 2007.
- NORA, Pierre. “Entre Memória e História”. *Projeto História*. São Paulo (10), Dez 1993, p. 7-28.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar, 1982.
- PANDOLFI, Dulce. “Os Anos 30: As incertezas do regime”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 10-21.
- PERES, Leopoldo. *Frente do Trabalho na Guerra: O Proletariado Brasileiro e a Palavra de Ordem do Presidente Getúlio Vargas, na Marcha Para a Vitória*. Manaus: Imprensa Pública, 1942.
- PERES, Leopoldo. *Política e Espírito do Regime*. Rio de Janeiro: A Noite, 1941.
- PERROT, Michele. *Os Excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Na Contramão da História: Mundos do Trabalho na cidade da borracha, 1920-1945. *Canoa do Tempo*, v. 1, p. 11-32, 2007.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. “O Espelho Francês na ‘Paris das Selvas’”. In: VIDAL, Laurent e LUCA, Tania de (Orgs). *Franceses no Brasil: Séculos XIX e XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 271-287.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)*. 2ª ed. Manaus: EDUA, 2003.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes Médias Urbanas: Formação, natureza, intervenção na vida política. In: FAUSTO, Boris (Org). *História Geral da Civilização Brasileira*, nº 9. São Paulo: Difel, 1985, p. 7-37.
- POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.
- POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.

- PORRO, Antonio. *O Povo das Águas: Ensaio de Etno-História Amazônica*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Projeto História, São Paulo: Departamento de História da PUC/SP, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.
- PORTELLI, Alessandro. "Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral". In: PARELMUTTER, Daisy e ANTONACCI, Maria Antonieta. *Ética e História Oral. Projeto História*, nº. 15. (p. 13-33). São Paulo: PUC, Abril/1997, p. 13-49.
- PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 7-24, fev. 1997.
- PRADO, Maria Lígia e CAPELATO, Maria Helena Rolim. "A Borracha na Economia Brasileira da Primeira República". In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da Civilização Brasileira*. Vol. 8. São Paulo, 1977, p. 285-307.
- PRIORE, Mary Del e VENÂNCIO, Renato Pinto. *O livro de Ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- RAGO, Margareth. "O Tráfico de Escravas Brancas". *Os Prazeres da Noite: Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RAMOS, Francisco Regis Lopes. "A falta que ela me faz". In GONÇALVES, Adelaide; COSTA, Pedro Eymar Barbosa (Orgs.). *Mais Borracha para Vitória*. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal, 2008, p. 41.
- RANGEL, Alberto. *Inferno Verde*. 6ª ed. Manaus: Valer, 2008.
- REIS, Arthur César Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura. 1953.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Temas Amazônicos*. Manaus: Editora do Estado, 1983.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- RIBEIRO, Ana Maria Marques. *Rompendo a Cerca da Lei*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Maranhão, 2004.
- RIOS, Kênia Souza. *A batalha de João nas terras do sem fim*. In GONÇALVES, Adelaide; COSTA, Pedro Eymar Barbosa (Org.). *Mais Borracha para Vitória*. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008.
- ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. São Paulo: Nova Aguilar, 1994.
- SANTANA, Arthur Bernady. A BR-163: "ocupar para não entregar", a política da ditadura militar para a ocupação do "vazio" Amazônico. In: *Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética*. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.
- SANTOS, Eloína Monteiro dos. *Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia*. Manaus: EDUA, 1997.
- SANTOS, Eloína Monteiro. *A rebelião de 1924 em Manaus*. Manaus: Valer, 2001.
- SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

- SCHMITT, Jean-Claude. "A História dos Marginais". In: LE GOFF, Jacques (Org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 261-289.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- SCOLES, Ricardo. Do rio Madeira ao rio Trombetas: novas evidências ecológicas e históricas da origem antrópica dos castanhais amazônicos, in: *Novos Cadernos NAEA*. v. 14, n. 2, p. 265-282, dez. 2011. Belém, p. 266-267.
- SECRETO, Maria Verônica. A Ocupação dos "Espaços Vazios" no Governo Vargas: do "Discurso do Rio Amazonas" à saga dos soldados da borracha. *Estudos históricos*, nº 40, julho-dezembro de 2007, p. 115-135.
- SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da Borracha: Trabalhadores entre o Sertão e a Amazônia no Governo Vargas*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo. 2007.
- SHARP, Jin. "A História Vista de Baixo". In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 39-62.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "Crise da Ditadura Militar e o Processo de Abertura Política". In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (Orgs.). *O Brasil Republicano*, vol. 4: O Tempo da Ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 243-282.
- SILVA, Hélio. *História da República Brasileira*. Vol. 12: Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Editora Três, 1975.
- SINGER, Paul. "O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional, 1889-1930". In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, nº 8. São Paulo: Difel, 1985, p. 345-390.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- SOIHET, Raquel. "Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano". In: PRIORI, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Editora da UNESP, 2001, p. 362-400.
- SOUZA, Márcio. *A Expressão Amazonense: Do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- SOUZA, Marcio. *História da Amazônia*. Manaus: Valer, 2009.
- SOUZA, Raimundo Ferreira. *Arigó*. São Paulo: Socrtecci, 2004.
- TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *Servidão Humana na Selva: o aviamento e o barracão nos seringais amazônicos*. Manaus: Valer, 2009.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa: A árvore da Liberdade*. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Louis Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A Peculiaridade dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2001.

- THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: História Oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- TOTA, Antonio Pedro, *O imperialismo Sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- VARGAS Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1937.
- VARGAS, Getúlio. *Discurso do Rio Amazonas*. Belém: Oficinas Gráficas Lauro Sodré, 1943.
- VARGAS, Getúlio. *Foi no Poder que me Tornei Amigo Vosso*. Rio de Janeiro: DNP, 1938.
- VARGAS, Getúlio. *O Ceará e os seus Homens de Trabalho*. Brasília: Biblioteca Digital da Presidência da República, s/d.
- VARGAS, Getúlio. *Realizações e Projetos do Estado Novo*. Brasília: Biblioteca Digital da Presidência da República, s/d.
- VARGAS, Getúlio. *Mês nacional da borracha*. Brasília: Biblioteca Digital da Presidência da República, s/d.
- VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os Assassinos da Memória: “Um Eichmann de papel” e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1988.
- VIEIRA, Maria do Pillar et al. *A Pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1990.
- WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/ Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- WIESEBRON, Marianne L. Historiografia do cangaço e estado atual da pesquisa sobre banditismo em nível nacional e internacional. *Revista Ciência e Trópico*. Recife, v. 24, nº 2, 1996, p. 417-444.
- WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da floresta: Uma História: Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

2. Periódicos

- A Crítica*. Manaus, 2012;
- Correio Brasiliense*. Brasília, 1988;
- Correio do Ceará*. Fortaleza, 1943;
- Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1946;
- Jornal do Comércio*. Manaus. 2011;
- O Acre*. Rio Banco, 1942-1945;

O Estado de São Paulo. São Paulo, 2010;
O Maskate. Manaus, Ed. nº 2255, 2013;
O Varadouro. Rio Branco, 1977-1981;
Revista Sintonia. Manaus, 1939-1945;

3. Legislação

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de Julho de 1934.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 18 de setembro de 1946.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 de janeiro de 1967.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.237, de 1º de maio de 1939.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.750, de 28 de setembro de 1942.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.841, de 17 de outubro de 1943.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.225, de 1º de Fevereiro de 1943.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.813 - de 14 de setembro de 1943.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1946.

BRASIL. Emenda a Constituição da República Federativa do Brasil de nº 1, de 17 de outubro de 1969.

BRASIL. Lei Nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011.

BRASIL. lei nº 12.447, de 15 de julho de 2011.

BRASIL. Lei nº 12.778, de 28 de dezembro de 2012.

BRASIL. Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974.

BRASIL. Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989.

BRASIL. Lei Nº 9.711, de 20 de novembro de 1998.

BRASIL. Medida Provisória 1.663, de 22 de outubro de 1998.

BRASIL. Portaria nº 4.630, de 13 de março de 1990, do Ministério da Previdência e Assistência Social.

BRASIL. Portaria nº 5, de 1º/5/1943, da Coordenação da Mobilização Econômica.

BRASIL. Projeto de lei nº 3.688, de 1997.

BRASIL. Proposta de Emenda Constitucional nº 556, de 2002.

BRASIL. Proposta de Emenda Constitucional nº 24, de 2002.

BRASIL. Aviso do Ministro da Guerra nº 1262, de 24 de maio de 1943.

4. Julgados:

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2555-4, DJU 02/05/2003.

PEDILEF 200532007062286, TNU, DJU 11/12/2007.

5. Documentários:

Mais Borracha Para Vitória. Produção de Margarita Hernández. Ceará/Acre: Tv Cultura. DVD (55 min.): son., color. Port., 1986.

Borracha para Vitória. Dirigido por Volney Oliveira, em 2004.

Soldados da Borracha. Dirigido por César Garcia Lima. 2010.

6. Sites de Internet:

[http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/a heroica e desprezada batalha da borracha imprescindivel.html](http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/a_heroica_e_desprezada_batalha_da_borracha_imprescindivel.html)

Acesso em: 29/01/12, às 00:10hs.

<http://www.portalamazonia.globo.com/pscript/amazoniadeaaz/artigoAZ.php?idAz=130>

Acesso em: 23/07/12, às 23h30hs.

[http://www.geocites.com/2ª guerra borracha.htm](http://www.geocites.com/2a_guerra_borracha.htm)

Acesso em: 23/07/12, às 23h45hs.

http://www.ibge.com.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1052&id_pagina=1

Acesso em: 01/03/13, às 22:10hs.

<http://www.naval.com.br/blog/tag/navios-afundados/#axzz2SdRY5iuU>

Acesso em: 07/05/13, às 15:00hs.

<http://www.opniaotv.com.br/index.php?vid=3349>

Acesso em: 11/06/12, às 17:00hs.

<http://www.rondonianahora.com/lendo.asp?id=2623>

Acesso em: 24/07/12, às 14:32hs.

7. Outros Documentos:

Boletim da Associação Comercial do Amazonas- ACA, Ano VII, nº 91, fevereiro de 1949.

Brasil, Coordenação da Mobilização Econômica. Esboço Geral do Livro do SEMTA. 1943

Brasil, Relatório da CAETA. Dezembro de 1945. Rio de Janeiro. p. s/n – CPDPC/FGV Ref: 061.1(811)(047) CAETA/C733

BRASIL. Acordo Firmado entre SEMTA e RRC em 21 de dezembro de 1942.

BRASIL. Portaria da Comissão de Mobilização Econômica nº 28, de 30 de novembro de 1942

BRASIL. Presidência da República. Coordenação de Mobilização Econômica. *Livro Histórico do SEMTA*. 1º Vol, de 30 Nov1942 a 31 Maio 1943. Mimeo

BRASIL. Regulamento do SEMTA, Portaria nº 5, de 1º/5/1943^a. Da Coordenação da Mobilização Econômica.

Diário Oficial do Amazonas, Edição de 26 de janeiro de 1942

BRASIL. Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia. Secretaria Geral de Saúde e Assistência. Albergue da Boa Vontade. 24 de Fevereiro de 1943. Disponível no Arquivo Nacional, Notação AP 50, Código Anual 87, Caixa 5, Pasta 2, Doc. 62.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. Audiência Pública para Discussão acerca da PEC 556. Transcrição literal de notas taquigráficas. 2012.

Mensagens do Governo do Estado do Amazonas do período de 1937 a 1946, disponível no Site da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas;

Mensagens do Governo Municipal da cidade de Manaus do período de 1937 a 1946, disponível no Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas (IHGA);

Mensagens do Governo Estadual para o Governo Federal do período de 1937 a 1946, disponível no site da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

8. Depoimentos:

Aldenor da Costa Souza. 70 Anos, Acreano, Filho de Cearenses migrados para o Acre na década de 1940. Depoimento tomado numa manhã chuvosa de 19 de janeiro de 2012, em Rio Branco, no seringal do parque Capitão Ciríaco, pertencente à Fundação Garibaldi Brasil.

Elias Dias de Souza. Xapuri – AC. Depoimento prestado ao Documentário “Soldados da Borracha”, dirigido por César Garcia Lima em 2010.

Eurico Ferreira. Nascido no ano de 1921, no Seringal Bom Destino, na cidade de Tarauacá – AC. Depoimento tomado na periferia da cidade de Manaus, no dia 22

- de outubro de 2011. Duas semanas após este depoimento o Senhor Eurico veio à óbito, sem ter obtido o tão sonhado benefício de *Soldado da Borracha*.
- Francisco de Assis Frazão.** Nascido em 1928, na cidade de Tefé – AM, reside atualmente em Manaus. Depoimentos tomados pelo autor em 29 de outubro de 2011 e em 03 de junho de 2013.
- Francisco Jonas Bandeira.** Natural de Morada Nova – CE. Depoimento prestado ao Documentário “Borracha para Vitória”, dirigido por Volney Oliveira, em 2004.
- Joel Batista Ribeiro.** Nascido em 1926 na Cidade de Borborema – PB. Deslocou-se para a Amazônia no Ano de 1942. Depoimento tomado pelo autor em 18 de Janeiro de 2012, no bairro Sobral, na periferia a da Cidade de Rio Branco – AC.
- José Romão Grande.** 89 anos, natural de Campo Maior – PI. Atualmente reside em Porto Velho, sendo ali o presidente do SINDSBOR. Depoimento obtido no site www.opniaotv.com.br/index.php?vid=3349, acessado em 11 de junho de 2012, as 17:00hs.
- Justino Antônio de Souza.** Residente em Rio Branco. Depoimento prestado ao Documentário “Soldados da Borracha”, dirigido por César Garcia Lima em 2010.
- Maria do Rosário Nunes.** Ministra dos Direitos Humanos. Entrevista concedida em 27 de junho de 2012, após audiência com integrantes do Sindicato dos Soldados da Borracha de Rondônia. Disponível em: www.rondonianahora.com/lendo.asp?id=2623. Acesso em: 24 jul. 2012.
- Melquisedec Barroso Soares.** 93 anos. Acreano, imigrado para o Ceará, na serra da Uruburetama, voltou ao Acre em 1945, como opção para não incorporar no Exército. Depoimento tomado pelo autor na periferia da cidade de Rio Branco – AC, em 16 de janeiro de 2012.
- Ovídio Batista de Souza.** Nascido em Aripuanã – AM, em 25 de dezembro de 1927. Depoimento tomado pelo autor na periferia da cidade de Manaus – AM, em 23 de outubro de 2011.
- Vicenza Bezerra da Costa.** “Tia Vicença”, Moradora de Xapuri. Migrou para o Acre aos 14 anos acompanhando a família no ano de 1943. Depoimento prestado ao Documentário “Borracha para Vitória”, dirigido por Volney Oliveira em 2004.
- Walter Nunes de Castro.** Depoimento prestado ao Documentário “Soldados da Borracha”, dirigido por César Garcia Lima em 2010.